

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos
Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII.**

Soraya Geronazzo Araujo

Fortaleza
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos
Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII**

Soraya Geronazzo Araujo

Dissertação apresentada
como exigência parcial
para obtenção do grau de
Mestre em História Social
à Comissão Julgadora da
Universidade Federal do
Ceará, sob a orientação do
Prof. Dr. Almir Leal de
Oliveira.

Fortaleza
Junho de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Soraya Geronazzo Araujo

Dissertação examinada em ____ de junho de 2007, em sua forma final, pelo orientador e membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira
Orientador

Profa. Dra. Maria Emília Monteiro Porto

Profa. Dra. Marilda Santana da Silva

Fortaleza
Junho de 2007

**Dedico este trabalho à minha
irmã Stella, filha do coração, que
com sua batalha contra as
tribulações e doença, mostrou-
me que mesmo com seqüelas,
viver plenamente nossos
sonhos é possível. Basta ter fé!**

AGRADECIMENTOS

Ao meu Senhor Deus dos Exércitos, a quem tenho conhecido, servido e amado, minha mais profunda expressão de gratidão. Por sua eterna demonstração de amor e cuidado a mim, somente a Ele sejam dadas: toda a honra, toda a glória e todo o louvor.

Ao pesquisador Olavo de Medeiros Filho (in memoriam), pelo cuidado em me abrir sua biblioteca e dispor não só seus livros, mapas e escritos, mas também suas idéias, suas críticas e principalmente, seu bom humor, os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas professores da UERN, no Campus Walter de Sá Leitão/Assu, Departamento de História, especialmente a professora Rita Maria de Oliveira e ao professor Augusto Sérgio de Oliveira pela compreensão e apoio em todo o tempo deste meu Mestrado. E aos meus alunos, que entenderam meus momentos de correria e ausência.

A todas as pessoas que compõem o Programa de Mestrado em História da UFC, coordenadores, professores e funcionários, que com palavras de estímulo (e também com as cobranças) me ajudaram a chegar até aqui. E aos meus colegas de sala de aula, com quem dividi dúvidas e certezas acadêmicas.

Aos meus pais e irmãs, que nunca me deixaram desistir e sempre creram em minha capacidade. Aos meus sogros e cunhados que me acolheram como se fosse sua filha e irmã, e especialmente, à minha sogra Mascota (in memoriam) com quem aprendi a ser mais perseverante em meus sonhos.

À minha amiga, comadre e companheira de ofício, Fátima Martins Lopes, meu obrigado pelos livros, palavras e cafezinhos.

Ao meu orientador, Dr. Almir Leal de Oliveira que com calma e paciência durante este tempo, me ajudou a enxergar uma nova “guerra dos bárbaros”.

E finalmente, a meu marido Roberto e minha filha Ana Beatriz, minha profunda gratidão. A você Roberto, por segurar minha mão e me ensinar a caminhar nas sendas do conhecimento, e não me deixar desistir jamais. A você

filha querida, pelos beijos e abraços que me aqueceram o coração e me fizeram sentir o amor verdadeiro, mesmo quando não pude atender a todas as suas necessidades.

Muito obrigada pelo apoio, a todos que aqui citei, e alguns que porventura deixei de citar.

RESUMO

A Guerra dos Bárbaros foi uma série de conflitos entre colonos e indígenas nos sertões do Estado do Brasil, desde a segunda metade do século XVII até o início do século XVIII, especialmente, na capitania do Rio Grande, e são examinados neste trabalho pela ótica da relação entre economia e cultura. A partir da análise dos elementos estruturais e conjunturais do Império Atlântico Português e as relações deste com a ocupação e exploração efetiva dos sertões das capitanias do Estado do Brasil no século XVII são discutidos e analisados os processos de resistência desses grupos indígenas, denominados de Tapuias, bem como as modificações na maneira de se fazer a guerra de ambos os lados. A Guerra dos Bárbaros, do ponto de vista do colonizador, enfatizou os Tapuia como uma espécie de barreira, obstáculo, isto é, uma muralha demoníaca que impedia a efetivação do projeto de colonização.

Palavras – chave: Colonização, Resistência indígena, Guerra dos Bárbaros, Tapuias, capitania do Rio Grande.

ABSTRACT

The “Guerra dos Bárbaros” was a great numbers of conflict surrounding settlers against indians in the State of Brazil at the second half of 17o century to beggining from 18o century, specially in the Capitania of Rio Grande. In this research these facts were analyzed from the view of relations between economy and culture. According to analisys of the aspects from estrutura and historical conditions of the Portuguese Atlantic Empire and his relations with the hinterland’s exploration and occuppation in the State of Brazil northern capitanias, were examined here the “Tapuia” native indian resistance, and the variated forms of to realize the war from both the component parts. The “Guerra dos Bárbaros”, at the colonialist view, emphasized the Tapuia indians how a bound, obstacle, a “devil wall” that bounded the effective colonization of the northern brazilian hinterland region .

Key – words: Colonization, Indian resistance, “Guerra dos Bárbaros”, “Tapuias”, capitania of Rio Grande.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – GENTIOS, BÁRBAROS E SELVAGENS: VISÕES SOBRE LEVANTES INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	15
1.1. O gentio nos relatos de viagem e crônicas históricas do período colonial	18
1.2. Políticas, idéias liberais e o projeto de civilização indígena nos séculos XIX e XX.	26
1.3. O índio na História do Brasil e os novos estudos da temática indígena	35
CAPÍTULO II – O IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUES: O PROJETO DE EXPANSÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	51
2.1. A capitania do Rio Grande e suas vizinhas	56
2.2. Colonização, economia e resistência	59
CAPÍTULO III – O MURO DO DEMÔNIO: TAPUIAS E COLONOS NOS SERTÕES	75
3.1. O sertão Tapuia	76
3.2. A Nova Guerra, a Guerra Brasília e a Guerra do Sertão	84
3.3. “A Guerra dos Bárbaros”: índios e colonos na Guerra do Sertão	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
FONTES	109
BIBLIOGRAFIA	112
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O interesse na temática apresentada neste trabalho se iniciou a partir de contato documental na catalogação de fontes primárias, em pesquisa realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte no ano de 1994, durante um curso de especialização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde tivemos oportunidade de trabalhar e observar documentação sobre fatos relativos à guerra contra o índio, denominada como Guerra dos Bárbaros, durante os séculos XVII e XVIII na capitania do Rio Grande.

Chamou-nos a atenção tanto a duração quanto a extensão do processo de luta armada contra esses indígenas, que se propagou para além da própria capitania do Rio Grande, e o tratamento dado pelas autoridades coloniais a este conjunto de eventos. Assim, como finalização do referido curso de especialização sobre História da América Latina, desenvolvemos trabalho monográfico cujo tema versava sobre as variadas formas de resistência indígena, no período colonial, nas possessões portuguesas e espanholas na parte central e sul da América.

Neste trabalho inicial, nos ficou evidente que a Guerra dos Bárbaros era vista na maior parte das vezes, pelas autoridades da administração portuguesa colonial, como algo resultante da simples relação de causa e efeito, isto é, quando os colonos instalavam-se nas novas terras, automaticamente, em razão da índole dos indígenas, estes atacavam violentamente os colonos, impedindo assim a fixação desses na terra.

Em face disto, pela própria curiosidade, buscamos mais informações em outros arquivos, de forma que essas fontes documentais nos dessem condições de perceber a dimensão e a amplitude do problema gerado pelo início da colonização nas terras relacionadas a esses eventos da Guerra dos Bárbaros no século XVII, em partes do Estado do Maranhão e partes do Estado do Brasil.

O tema da Guerra dos Bárbaros, porém, já havia sido trabalhado nos últimos anos por outras pesquisas em que se pontuava vários aspectos frente à

complexidade do evento, onde cada um dos autores tratou de aspectos específicos, que foram: a economia colonial, a dimensão militar do evento, a questão religiosa envolvida e as variadas formas de resistência indígena. Tal situação nos levou a analisar criticamente cada um desses referenciais historiográficos.

O principal objetivo deste trabalho é analisar a(s) maneira(s) pela(s) qual (is) se produziu esta guerra, desvendando não somente seus aspectos internos, mas também seus aspectos externos, isto é, relacionando-a com a dimensão do chamado Império Atlântico Português durante os séculos XVII e XVIII.

Neste caso, pensamos a referida guerra como uma série de conflitos que resultaram de uma adequação da chamada Guerra Brasília, nos termos de Evaldo Cabral de Mello, quando trata da guerra de restauração portuguesa nos domínios de Pernambuco frente à presença holandesa no início do século XVII, e ainda, de Pedro Puntoni, ao tratar a Guerra dos Bárbaros, situando suas origens nos conflitos iniciados no Recôncavo Baiano no início do século XVII, e que por sua vez, estendeu-se geograficamente para as áreas dos atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, e temporalmente, até a primeira metade do século XVIII. Neste sentido, entendemos que a Guerra dos Bárbaros se propagou nos ditos séculos em áreas geográficas denominadas de “sertão”, ou como genericamente referido à época como: “sertões”; vistos aqui como uma grande extensão de terras da parte interior das capitanias, e principalmente, àquelas que ainda não haviam sido exploradas por completo.

Quanto à noção de Império Atlântico Português, enquanto construção historiográfica, seguimos a abordagem de Charles R. Boxer, ao analisar aquilo que chamou de Império Marítimo Português e a decorrente crise deste no século XVII. Assim, tratamos aqui acerca deste Império Atlântico como todos os domínios e possessões portuguesas no Oceano Atlântico, enquanto partes do Antigo Império Marítimo e comercial lusitano. Tal configuração de domínios e possessões exigiu do Estado Português uma sistematização da administração desses domínios. Segundo Boxer, o Brasil, diante da retração da importância econômica das possessões portuguesas no Oriente, tornou-se a partir da

segunda metade do século XVII parte importante dos interesses da Coroa, principalmente, quanto à intensificação da exploração das terras.

Para compreender as relações existentes entre o processo histórico da Guerra dos Bárbaros e a configuração da exploração econômica efetiva das terras do Brasil e as suas decorrências culturais, no contexto do Império Atlântico Português, tomamos como referencial teórico a História Social.

Ao trabalharmos com a História Social, procuramos nos remeter ao fazer historiográfico que contemplasse os procedimentos e possibilidades da ação social, seja ela coletiva ou individual. Segundo este referencial, buscamos perceber a totalidade de um processo abrangente que trata de definir o centro de uma análise, e que ademais a história é produzida pelos homens e que esses homens são seres que agem e que dão início aos processos. Seguimos esta idéia da ação humana como força motriz da história, objetivando com esta pesquisa compreender como as ações de um grupo étnico determinaram a configuração de um “lôcus” histórico no Brasil.

Para isto, tomamos emprestado um conceito elaborado há bastante tempo por Max Weber¹ de que as comunidades étnicas poderiam ser formas de organização eficientes para resistência ou conquista de espaço, uma vez que, eram formas de organização política. Em nossa pesquisa tratamos o agente histórico (o indígena do nordeste colonial) como um grupo étnico que age com atitudes contestatórias à dominação. Este agir torna o sujeito histórico um agente do processo, pois o evento não possui significado sozinho, mas está ligado a outros eventos. Assim, só pudemos entender esses levantes indígenas, produtores da guerra, como parte componente de um processo que deu início a outros processos mais, pois a continuidade resulta em um novo produto.

Utilizamos, ainda, a perspectiva de James C. Scott², de que se olharmos as ações de forma isolada elas não possuem significado, no entanto, vistas em conjunto passam a ter sentido, pois estão interligadas, gerando uma nova

¹WEBER, MAX. Apud. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense / Edusp, 1986.

² SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande: Edufcg, vol 09, 2000.

situação. As ações cotidianas de resistência dos indígenas neste contexto, denominados de Tapuias pelos cronistas, durante muito tempo foram vistas apenas como atitudes de incompetência, incapacidade e desleixo. As formas silenciosas e anônimas de resistência desses indígenas quando vistas isoladamente passam despercebidas e muitas vezes, como diz Scott, contribui para a “estereotipação” deles. Somente quando analisamos o conjunto dessas ações é que visualizamos a resistência contida neles.

Outro referencial utilizado em nosso trabalho foi o entendimento sobre o que diz Edward P. Thompson³ quando trata a respeito da noção de diferença (utilizada pela antropologia), e de como esta veio ajudar o historiador na medida em que fornece a concepção de que os povos são diferentes, não pensam da mesma forma. A circularidade cultural está presente no cotidiano, nas ações diárias daqueles povos que estão interagindo em um mesmo espaço e tempo. O próprio Thompson afirma que a noção de classe social só pode ser compreendida quando levamos em conta que ela é uma formação social e cultural. A idéia de circularidade cultural nos ajudou, portanto, no momento em que elementos mesmo fragmentados, quando submetidos a uma análise, nos permitiram construir um todo, dando-nos uma visão de conjunto, uma noção de sistema necessária para a interpretação dos fatos.

A nossa intenção foi então demonstrar que a Guerra dos Bárbaros não foi apenas um conjunto de conflitos e enfrentamentos militares, mas uma questão de luta pelo controle desses domínios territoriais, e que para isso, foi necessário desenvolver um controle sobre a economia e ao mesmo tempo, desenvolver formas de controle cultural. Assim, nos defrontamos com o problema de saber como, aos poucos, a administração portuguesa construiu a imagem dos Tapuia como “muro do demônio”, ou seja, de que forma se constituíram esses grupos como impedimentos ativos e reais, verdadeiras “muralhas” de contenção ao desenvolvimento pleno da colonização. Procuramos também saber quem foram esses Tapuia, no sentido de que a denominação genérica a eles determinada, agregava, na verdade, uma variedade de grupos indígenas.

³ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

A pesquisa foi realizada seguindo alguns procedimentos em relação ao *corpus* documental dos séculos XVII e XVIII, constituído de: Relatos e Crônicas portuguesas e holandesas do século XVII; a sistematização e análise das fontes documentais constituídas de documentos referentes à administração, tanto das capitanias quanto dos Estados do Brasil e do Maranhão, no período relativo à segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII; confrontados com a historiografia recente sobre o tema da chamada Guerra dos Bárbaros, incluindo autores e suas pesquisas em âmbito apenas regional e em âmbito mais geral.

No primeiro capítulo, procuramos fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática indígena na historiografia brasileira, a partir de crônicas, relatos de viagem até às abordagens históricas da atualidade. Tratamos especificamente das produções que versaram sobre a integração do indígena à sociedade brasileira por entendermos que o fazer historiográfico é em grande parte reflexo da conjuntura política, social e cultural em que foi elaborada e que fugir da historiografia não é necessariamente garantia de evitar seus equívocos e estereótipos, sendo necessário muito mais relê-la do que apenas contrapô-la.

No segundo capítulo, tratamos dos aspectos internos, portanto, factuais, da Guerra dos Bárbaros, bem como suas relações com a Guerra Brásílica ou a guerra da restauração portuguesa no Brasil, e a vinculação desses conflitos com o espaço que foi palco desses embates, os chamados “sertões”. Além disto, enfocamos também a dimensão do conflito enquanto embates culturais, incluindo as disputas, negociações e o próprio extermínio dos grupos indígenas como elemento de análise.

No terceiro e último capítulo, analisamos os aspectos de ordem externa, ou melhor dizendo, a respeito do Império Atlântico Português e seu projeto de expansão, bem como as dificuldades em relação à ocupação das terras do Brasil. Procuramos mostrar assim, os impedimentos reais e concretos a essas intenções e como se configurou a denominação de “muro do demônio” para os Tapuia, e os resultados decorrentes desse processo de aculturação.

CAPÍTULO I

GENTIOS, BÁRBAROS E SELVAGENS: VISÕES SOBRE LEVANTES INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

Podemos afirmar que a partir da segunda metade do século passado até hoje, a historiografia brasileira tem buscado ampliar temas até então deixados em segundo plano. Os debates da nova historiografia ampliaram-se, desenvolvendo novas temáticas e trazendo novas abordagens sobre o processo histórico. Em relação ao interesse sobre os grupos indígenas e sua participação efetiva na construção da história do Brasil, percebemos que esta presença foi aos poucos sendo construída como tema desde o período colonial.

Em primeiro lugar, devemos considerar na construção desta recente historiografia, a forma como os relatos e crônicas do período colonial (séculos XVI e XVII) foram tomados como fontes etnográficas sobre os grupos indígenas. Em segundo lugar, observamos que os primeiros esforços de elaboração de uma narrativa da terra brasílica, no final do século XVII e durante o século XVIII, esboçaram marcos cronológicos e os fatos relevantes para a compreensão da presença dos grupos indígenas.

Em terceiro lugar, após a criação do IHGB (1834) iniciaram os esforços de sistematização das fontes documentais brasileiras e da construção de uma história do Brasil nos padrões considerados científicos pelas academias européias. Nesta produção, os grupos indígenas foram vistos e citados como meros coadjuvantes dos fatos importantes da história do país e em sua presença na construção da identidade brasileira.

Em quarto lugar, temos a produção historiográfica brasileira da primeira metade do século XX, que na construção de trabalhos temáticos sobre os indígenas do (no) Brasil preocupou-se em estudar o processo colonizador português. Em quinto lugar, destacamos a produção historiográfica produzida

entre a década de 1950 e a década de 1980, que desenvolveu uma diversidade de trabalhos específicos acerca de temas variados, inclusive em relação ao período colonial, como a economia colonial, a evolução jurídico - administrativa do Estado, o trabalho escravo negro, os conflitos pela posse da terra, etc. Todos estes temas estavam inseridos dentro de sínteses da cronologia político - administrativa do Brasil dos tempos coloniais até a contemporaneidade desses autores.

Finalmente, temos a produção historiográfica da década de 1980, voltada à temática indígena com todos os contornos de uma história preocupada em inserir os grupos indígenas como co-participantes do processo de construção histórico e social do Brasil, dando ênfase inclusive aos mecanismos de resistência social, das identidades étnicas, do uso do trabalho escravo indígena e análises sobre o imaginário colonial a respeito destes grupos indígenas.

Entendemos que o fazer historiográfico está imbricado profundamente ao universo social em que foi elaborado, pois a idéia é formada dentro de um determinado contexto histórico. Precisamos situar os autores e suas obras a partir das condições históricas objetivas e subjetivas a que estavam submetidos para que possamos realizar uma análise. Desta forma, delineamos aqui um painel geral da produção historiográfica referente à temática indígena destacando o objeto de estudo: a Guerra dos Bárbaros.

Evidentemente, foi necessário estabelecer alguns critérios e recortes em vista do nosso interesse particular sobre este momento da história, que envolveu tanto o indígena quanto os colonos. Referimo-nos a uma série de conflitos travados entre os anos de 1650 a 1720 entre os povos indígenas e os colonos luso-brasileiros no norte do Estado do Brasil, como um conjunto de conflitos que à época ficaram conhecidos como a “Guerra dos Bárbaros”.

“Guerra” porque se fez necessário o uso de contingentes militares para tentar conter os conflitos, e “bárbaros” porque os diversos grupos indígenas, mesmo diferentes entre si, foram transformados pela visão dualista e maniqueísta dos colonizadores em um único grupo: os Tapuia. No entender de um certo ideário colonizador, estes índios haviam se organizado sob o comando de um chefe militar para invadir o espaço considerado parte do Império Português. Este ideário

colonizador foi construído num longo processo histórico particular e único que foi aquele da conquista e consolidação da colônia brasileira e a partir dos seus próprios agentes: funcionários e administradores reinóis, estando desta forma, presente em toda a documentação produzida por estes, bem como nos relatos e crônicas produzidas no período.

Os relatos e as crônicas do período colonial não só foram responsáveis pelo registro das primeiras atividades na colônia, como ainda hoje são um repertório valioso, como registro histórico. Desde o século XVI estas narrativas alimentam um imaginário social sobre as populações indígenas no Brasil. Destacamos nestas crônicas as visões sobre as resistências indígenas como, por exemplo, aquela que afirmava que só militarmente seriam reduzidos alguns grupos indígenas, inclusive na incitação ao massacre e à destruição destes por completo.

Estes cronistas se referiram aos levantes indígenas, como atos de selvageria, que manifestava a natureza belicosa dos índios, e apontaram que muitas nações só seriam reduzidas à força, isto é, através de uma luta armada: a “guerra justa”. A guerra justa era uma prática anterior à descoberta da América, conceito que data da época das lutas contra os mouros. Segundo o pesquisador Georg Thomas, foi o franciscano Álvaro Pais, que no século XIV, definiu em Portugal, com base no direito de guerra medieval, no Decreto de Graciano e na doutrina de Santo Tomás de Aquino o conceito de guerra justa.

Álvaro Pais enumerou então cinco condições para a realização da guerra justa: em primeiro, a *persona*, que era a condição em que leigos e clérigos podiam participar de uma guerra, embora os sacerdotes devessem restringir-se ao trabalho espiritual; em segundo, a *res*, que era a condição de preexistência de uma injustiça do adversário para que a guerra fosse declarada; em terceiro, a *causa*, condição que previa ser a guerra um mal necessário para atingir a paz, mesmo que de “per si” ela fosse considerada má; em quarto lugar, o *animus*, que era a condição de que mesmo tendo a guerra um motivo legítimo pode tornar-se injusta se a intenção for conduzida por ódio ou vingança; e quinto e último, a

auctoritas, que era a condição de que só é dada ao Príncipe ou à Igreja a declaração de guerra, pois uma declaração de guerra por particulares era nula.⁴

Entre as causas tradicionalmente conhecidas de guerra justa estavam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé; a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses, e a quebra de pactos celebrados. No que se refere às guerras justas empreendidas na colônia contra os indígenas, aparecem ainda os seguintes requisitos: a salvação das almas e a antropofagia indígena. Mas, a justificativa que realmente considerou de modo claro e incontestado uma guerra justa foi a preexistência de hostilidades por parte dos indígenas, casos em que estes se mostravam hostis, e, nos termos da época colonial: movendo guerra, rebelião e levantamento.

Assim, nas palavras da historiadora Ângela Domingues, a guerra justa era apoiada na crença de: “*dominação de infiéis, que conscientemente, rejeitavam a fé católica*”. Os colonizadores, uma vez investidos como guerreiros, estariam a serviço de Deus, propagando a fé e defendendo a paz e a segurança daqueles que punham em prática o rendimento da terra, e, com isso a civilização.⁵ As revoltas e os levantes indígenas foram relatados como uma dificuldade a ser superada pelos colonizadores, a quem os cronistas se referem como “valorosos”. A selvageria seria uma característica inerente aos índios, uma vez que eram “bárbaros infiéis”. A noção que tinham era que a guerra justa fazia parte da conquista dos infiéis e servia para a imposição da fé cristã.

1.1. Os gentios nos relatos de viagem e crônicas históricas do período colonial

Dentre as narrativas que construíram uma imagem recorrente do indígena no século XVI destacamos o “Tratado da Terra e Gente do Brasil” (1583) de

⁴ THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. Tradução do Pe. Jesus Hortal. São Paulo: Loyola, 1981, p. 50-52.

⁵ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para comemoração dos descobrimentos portugueses, 2000, p. 27.

Fernão Cardim, jesuíta, professor de latim, copista e Provedor da Fazenda; “História da Província de Santa Cruz” (1576) de Pero de Magalhães Gândavo; e o “Tratado Descritivo do Brasil” (1587) de Gabriel Soares de Sousa, como as principais referências caracterizadoras do gentio no século XVI. Cada um destes cronistas portugueses destacou a defesa da incorporação da nova terra ao Reino de Portugal, com descrições da vida e dos costumes dos gentios. Estas visões nos auxiliam no entendimento do imaginário sobre o indígena àquela época.

O Pe Fernão Cardim, ao final do século XVI, por exemplo, mostrou a grande diversidade existente entre os índios chamados genericamente de tapuias pelos portugueses. Fez uma extensa caracterização destes índios tapuias e citou os nomes pelos quais esses grupos eram chamados e ainda informou sobre as suas formas de habitação, de alimentação, tipos de instrumentos, língua e suas formas de guerrear. Sobre as nações tapuias ele afirmou que: *“Há outras nações contrárias e inimigas destas, de diferentes línguas que em nome geral se chamam Tapuia, e também entre si são contrárias”*⁶. Ressaltou que:

“Todas estas setenta e seis nações de Tapuias, que tem as mais delas diferentes línguas, são gente brava, silvestre e indômita, são contrárias quase todas do gentio que vive na costa do mar, vizinhos dos portugueses”.⁷

Pero Magalhães Gândavo, assim se referiu à nação dos gentios que habitavam a Capitania dos Ilhéus:

“Estes índios tem feito muito dano aos moradores depois que vieram a esta costa e mortos alguns portugueses e escravos, porque são inimigos de toda gente. Não pelejam em campo nem tem ânimo para isso, põe-se entre o mato junto dalgum caminho e tanto que passa alguém atiram-lhe ao coração ou a parte onde o matem e não despedem frecha que não na empreguem”.⁸

⁶CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 103.

⁷ Id. Ibid., p. 106.

⁸GANDAVO, Pero Magalhães. *História da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 34.

O mesmo cronista chama ainda a atenção para o fato desses índios causarem sérias dificuldades em relação à ocupação efetiva da terra e o prejuízo decorrente disto, quando afirmou que:

“Muitas terras viçosas estão perdidas junto desta Capitania as quais não são possuídas dos portugueses por causa destes índios. Não se pode achar remédio pela os destruírem porque não tem morada certa, nem saem nunca dentre o mato: e assim quando cuidamos que vão fugindo ante quem os persegue, então ficam atrás escondidos e atiram aos que passam descuidados.”⁹

Gândavo também chamou atenção para a diversidade de nações que ocupavam o sertão, afirmando que:

“Não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não acha povoações de índios armados contra todas as nações humanas”.¹⁰

Destaca ainda Gândavo, no mesmo texto, qual seria o caráter destes índios, atestando segundo ele, a total falta de humanidade presente nestes:

“Finalmente que são estes índios mui desumanos e cruéis, não se movem a nenhuma piedade: vivem como brutos e animais, sem ordem nem conserto de homens, são mui desonestos e dados à sensualidade e entregam-se aos vícios como se neles não houvera razão de humanos...”¹¹

Dentre os relatos escritos no século XVII, destacamos também a obra do franciscano Frei Vicente do Salvador, de 1627: “História do Brasil – 1500 a 1627”.

Vicente do Salvador merece destaque em razão de ter escrito no início do século XVII uma crônica em defesa da colonização na qual argumentou a favor das ações políticas e religiosas portuguesas no processo de colonização no Brasil. Destacamos uma sutil diferença do texto de Frei Vicente do Salvador em relação a

⁹Id.Ibidem, p.34

¹⁰Id. Ibid., p.52.

¹¹Id.Ibid. p.57.

alguns de seus contemporâneos, quando criticou determinadas ações administrativas e atitudes dos colonos, atitudes as quais considerou nocivas ao avanço da colonização. O comentário mais conhecido e mais usado como exemplo pela historiografia é o que compara a colonização portuguesa no Brasil aos caranguejos que apenas “arranhavam” o litoral.

Vicente do Salvador foi um dos cronistas que também assinalou em seu texto a diversidade de grupos existentes dentro do universo genérico denominado de Tapuias, ressaltando inclusive a maior ferocidade destes em relação aos outros gentios, quando escreveu que *“os mais bárbaros se chamam in genere Tapuias, dos quais há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas e inimigos uns dos outros”*.¹² Ele ainda reforçava a braveza desses tapuias, quando diz que: *“... este gentio naturalmente tão belicoso que todo seu cuidado é como farão guerra a seus contrários”*.¹³

Vicente do Salvador reconheceu também a capacidade de organização dos Tapuia em ataques aos inimigos, e o grande conhecimento que esses índios detinham da região, fato que possibilitava a estes um melhor resultado nos ataques que empreendiam a qualquer inimigo. Assim, Vicente do Salvador descreveu que os Tapuias:

*“Tem grande conhecimento da terra, e não só o caminho por onde uma vez foram atinam por mais cerrado que já esteja, mais ainda por onde nunca foram”. Tanto que saem fora de seus limites e entram pela terra dos contrários, levam suas espias diante, que são mancebos mui ligeiros, e há alguns de tão bom faro que há meia légua cheiram fogo, ainda que não apareça o fumo... E ordenam-se de maneira que possam maneira entrar de madrugada e tomá-los descuidados e despercebidos...”*¹⁴

No contexto da presença holandesa entre os anos de 1636 a 1654, o século XVII também foi profícuo na elaboração de relatos e crônicas sobre o Brasil, textos estes produzidos por viajantes e representantes das autoridades da Companhia das Índias Ocidentais sediadas em Pernambuco. Destacamos aqui que, em

¹²SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p.77.

¹³ Id. Ibidem., p. 84.

¹⁴ Id. Ibid., p. 85.

relação aos cronistas portugueses, os holandeses foram muito mais detalhistas no que se refere à descrição desses índios Tapuia, além de terem os holandeses produzido um maior número de crônicas e relatos durante o século XVII, possivelmente, em razão de um contato mais próximo que tiveram com esses grupos indígenas que habitavam o sertão da colônia.

Dentre os muitos que escreveram no contexto do Brasil holandês, citamos Johannes de Laet em: “História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o ano de 1636”; Elias Herckmann, com a “Descrição Geral da Capitania da Parahyba”, de 1639; Gaspar Barléus, com a “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil”, de 1643; Pierre Moreau com sua “Histoire des derniers troubles du Brésil” de 1651, e finalmente, Joan Nieuhof, com o relato “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”, de 1682.

A extensa produção etnográfica holandesa sobre o Brasil situa-se num plano de destaque, principalmente, por ter sido feita em geral por naturalistas, matemáticos, e cartógrafos formados em academias de artes e ciências, além de serem trabalhos que descrevem com riquezas de detalhes e minúcias, as características dos grupos indígenas do chamado “sertão”. Em especial, esses autores deram ênfase nas suas narrativas aos costumes e a espacialização da distribuição geográfica dos grupos indígenas tapuias que habitavam as terras distantes do litoral. Merece destaque também, o fato de que estes relatos aqui citados, todos foram fruto de uma proximidade de observação na convivência desses holandeses e de seu interesse nos índios Tapuia.

O diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Johannes de Laet, assim descreve acerca dos índios tapuias em seu relato:

“Os Tapuias dos quais Jandovi é o chefe, são um povo nômade, mudando de tempos em tempos as suas habitações, carregando as mulheres nessa ocasião as choças e as redes dos maridos.”... Consideravam como sua uma extensão de terras entre cinco rios. O primeiro, a partir do Rio Grande em direção para o interior. O segundo chamam Quoaough e está situado situado um dia de viagem mais adiante... o terceiro – Ocioro, distando do

último mais dois dias de viagem... o quarto – Upanema, mais dois dias de viagem. O quinto- Woroiguh, meio dia de viagem acima do último.”¹⁵

Ainda sobre os Tapuia, Elias Herckmann, cronista do Instituto de Utrecht, assim referiu-se ao descrever sobre a Capitania da Parahyba, na seção do livro “Breve descrição dos costumes dos tapuias”, dizendo que:

“Este povo de Tapuyas é robusto e de grande estatura, os seus ossos são grossos e fortes, a cabeça grande e espessa, a sua cor natural é atrigueirada, o cabelo é preto e de ordinário o trazem pendente sobre o pescoço, mas por diante até acima das orelhas cortam-no igualmente, o que faz parecer que trazem um bonnet sobre a cabeça”.¹⁶

E sobre as armas dos Tapuia, afirmou ainda o cronista que:

“Usam uma arma feita de pau-brasil, plana e aguda de ambos os lados, no meio um pouco grossa e levantada, na frente tem a largura de uma mão grande e é mui penetrante, com a qual arma tocando eles alguém esse não se levantará mais do chão”.¹⁷

Gaspar Barléus, em seu extenso trabalho sobre as viagens e realizações do governo de Nassau, descreveu também os Tapuia e, amparado nos relatos de Rodolfo Baro (ou Roulox Baro), homem indicado e pago por Nassau para descobrimento de terras, afirmou que:

“É célebre no Brasil holandês o nome dos tapuias, por causa do seu ódio aos portugueses, da guerra com seus vizinhos e dos auxílios mais de uma vez prestados a nós. Habitam o sertão brasileiro, bastante longe do litoral, onde dominam os lusitanos ou os batavos. Distinguem-se por suas designações, línguas, costumes e territórios. São-nos mais conhecidos os que moram nas vizinhanças do Rio Grande e do Ceará e no Maranhão, onde impera Janduí ou João Wy. Difundem-se por grandes espaços, abrangidos por cinco rios: O Grande, o Quoauguho, o Ocioro, o Upanema e o Woirogu. Estes rios penetram diversas léguas pelo sertão adentro.”¹⁸

¹⁵LAET, Johannes de. *História ou Anais dos feitos da Companhia privilegiada das Índias ocidentais*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol 2, 1925, p. 461.

¹⁶HERCKMANN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. In: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Tomo V, 1886, p. 279.

¹⁷Id. Ibidem., p. 281.

¹⁸BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, sob o governo de João Maurício de Nassau*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940, p. 260.

Barléus, ainda ressaltou a esperteza dos índios Tapuia:

*“Fazem eles por astúcia o que não podem por força, e preferem enganar o inimigo, a experimentá-lo em guerra aberta; mas, compelidos pela necessidade, não recuam da luta. Pelejam com arcos e flechas, dardos de pedra e clavas de pau.”*¹⁹

Outro cronista do século XVII que documentou a relação de colaboração entre tapuias e holandeses foi Pierre Moreau, um viajante francês a serviço dos holandeses: *“... entretanto os holandeses serviram-se de uns e de outros e tendo-os muito bem entrosados seu exército realizava com eles maravilhosos progressos.”*²⁰

Joan Nieuhoff, que escreveu a história do domínio holandês e dissertou sobre o movimento luso-brasileiro que restaurou o nordeste ao domínio português, além de destacar a geografia, a história natural, o índio e o negro, também escreveu acerca de dois aspectos: a diversidade dos Tapuia e da amizade destes com os holandeses. No seu texto, ressaltou que: *“... diversas nações Tapuias, principalmente, as que estavam sob a autoridade de Janduí, mantinham boas relações com os holandeses com os quais prestaram bom auxílio em várias ocasiões...”*²¹

Até aqui podemos caracterizar as descrições dos tapuias no século XVII em duas matrizes: a dos cronistas portugueses, que destacaram a variedade lingüística e cultural dos Tapuia, e sua capacidade de adaptação e deslocamentos no meio natural e as suas características como guerreiros; e os cronistas holandeses, que além de situar espacialmente a presença Tapuia na região da Guerra dos Bárbaros e ressaltar a sua variedade cultural, destacaram a forma como foram aliados dos batavos na luta contra os portugueses.

No século XVIII, foi publicada no ano de 1730, a “História da América Portuguesa”, de Sebastião da Rocha Pitta. Rocha Pitta fez uma crônica

¹⁹Id.Ibidem., p. 261.

²⁰MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 26.

²¹NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1915, p. 321.

informativa usando diferentes fontes, pois, sua obra foi o primeiro compêndio impresso de história escrito por um brasileiro. Nascido em Salvador, em 1660, Rocha Pitta era filho de dono de engenho e foi filiado à Academia Real da História Portuguesa, tendo ainda fundado em 1724, na Bahia a Academia Brasílica dos Esquecidos. A obra “História da América Portuguesa” é uma produção historiográfica composta de dez livros que tratam da geografia, produção natural, localidades, e as gentes da terra, realizando assim uma crônica da vida político - administrativa da Colônia.

As revoltas indígenas relatadas no texto de Rocha Pitta aparecem sempre por ordem cronológica e por regiões, dependendo da importância de cada uma. O autor deu mais atenção aos ataques indígenas sucedidos na Bahia, destacando os nomes dos heróis brancos que fizeram parte destes conflitos. Já aquelas outras que tiveram como palco os “sertões de dentro”, ou seja, Piauí, Ceará e parte do Rio Grande, não mereceram tanto destaque. Rocha Pitta salientou no seu trabalho a idéia de que o colono luso-brasileiro foi o herói em toda sua capacidade realizadora, o centro da história através da sua ação civilizatória.

No século XVIII, outro autor que destacamos é João Antonio Andreoni, ou como se apresentava: André João Antonil. A sua obra: “Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas” foi publicado em 1711, e constitui-se num trabalho em que o jesuíta Antonil informa sobre os recursos econômicos do Brasil dos séculos XVII e XVIII. O texto de Antonil fugia, de certo modo, aos cânones estabelecidos pelo formato de crônica à época, na qual se fazia alusão somente aos feitos dos administradores notáveis e dos reis de Portugal. Antonil, na verdade, elaborou um tipo de texto dedicado a construir uma informação mais próxima da realidade, com dados estatísticos de produção, comércio e exportação. As demais estruturas sociais geradas por outros sistemas de produção surgem como acessórias à produção açucareira, isto é, aquela que foi considerada como a grande atividade econômica, a que poderia enriquecer e enobrecer o Brasil.

Quanto aos índios, Antonil falou neles apenas quando precisou descrever algum tipo de trabalho específico no qual se poderia utilizá-los, como no caso em

que comenta o sistema de distribuição das áreas para exploração do ouro. Nas palavras de Antonil, “... dando duas braças em quadra por cada escravo ou índio, de que se servem nas catas...”²² E ao se referir aos roubos nas catas, Antonil afirmava que: “Porque, como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros...”²³

Outra atividade relatada por Antonil, na qual os índios foram utilizados como trabalhadores foi a criação de gado. Antonil assim relata sobre a participação dos indígenas nesta atividade:

*“... cada dia chegam boiadas. Os que as trazem, são brancos, mulatos, pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro...Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil réis...”*²⁴

Antonil não descreveu nenhuma particularidade ou especificidade dos ofícios realizados por esses índios, pois eram apenas trabalhadores, tais como mulatos, pardos, e escravos. Observamos que o termo “índio” em Antonil foi citado apenas em nove páginas, e ainda assim, apenas uma vez em cada uma delas. Sobre levantes indígenas o autor sequer faz menção, nem quando descreveu a montagem de currais de gado, muito menos quando apresentou as atividades ligadas a este sistema de produção.

1.2. Políticas, idéias liberais e o projeto de civilização indígena nos séculos XIX e XX.

Uma grande parcela da intelectualidade no Brasil traduziu toda uma conjuntura cultural, política e econômica européia. Esta intelectualidade estava sob a influência da constituição de um instrumental para o rigor e êxito nas pesquisas científicas, que buscavam dar ao pesquisador a certeza da verdade científica. A preocupação com a reunião de documentos, a recuperação e a leitura dos mesmos, deram condições para o surgimento de novas categorias de

²²ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p.169.

²³ Id. Ibidem., p.173

²⁴ Id. Ibid., p. 202.

ciências, bem como de sua afirmação, tais como: a paleografia, a cartografia, a epigrafia, a heráldica e outras. Com estas ciências, a erudição tomava conta das academias e institutos, dando impulso ao nascimento de publicações especializadas. A construção do trabalho científico em História tinha como base o uso das fontes e as provas documentais, as quais permitiriam construir uma explanação objetiva.

A historiografia brasileira também seguiu o rastro destas referências para organizar uma renovação nos trabalhos científicos. O século XIX representou assim, uma transformação do conhecimento, a criação de um novo conceito de verdade, que se apoiava nos dispositivos da Ciência para ordenar as novas perspectivas do pensamento. Emerge destas narrativas um olhar “nativista” sobre o indígena brasileiro.

Uma abertura cultural, por sua vez, permitiu um maior contato com a ideologia liberal que se implantava naquelas nações tidas como referência para o Império brasileiro, tais como a Inglaterra e a França, onde o Romantismo literário também era formado. Era a cultura das elites para as elites.

Durante a Regência, em 1835, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que de início seguiu uma linha nativista, mas que aos poucos começou a se distinguir pelo pragmatismo da História e o gosto pela pesquisa. A História era vista como uma ciência de utilidade pedagógica, que possuía o instrumental necessário para guiar as novas e futuras gerações, orientando-as com base no modelo dos antepassados. Daí o gosto “institutivo” por biografias de personagens tidos como exemplos. Como afirma o historiógrafo Francisco Iglesias, é a idéia da História como mestra da vida que se cultua.²⁵ O mais importante é que com o IHGB o Brasil iniciava a pesquisa fundamentada nos documentos, e na utilização das fontes para a corroboração da verdade.

De acordo com os modelos europeus, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) apresentou à sociedade brasileira, em 1839, a publicação da primeira edição de sua Revista. Essa revista foi de fundamental importância para a preservação e construção de uma História do Brasil, num momento em que se

²⁵IGLESIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

privilegiou a publicação dos textos fundamentais produzidos no período colonial. Eram documentos do governo português, cartas, memórias e escritos de toda uma gama de interesses. Imperou neste primeiro momento, uma preocupação e valorização da edição de documentos básicos. A divulgação desses documentos permitiu dar mais significância ao passado e aos valores tradicionais, o que declarava bem o pensamento da época, pois os trabalhos anteriores à criação do IHGB, em sua maioria eram individuais, episódicos e sem continuidade.

Merece destaque neste contexto de renovação empreendida pelo IHGB a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, a “História Geral do Brasil”²⁶, publicada entre 1854-57. Francisco A. Varnhagen é tido como iniciador da pesquisa metódica em arquivos documentais, inclusive na pesquisa em arquivos estrangeiros. Foi ele um dos que, durante os períodos em que residiu fora do país, compilou inúmeros documentos relativos ao Brasil.

Alinhado com o pensamento do IHGB, produziu uma história geral com ênfase na unidade do país (o país como uma só nação, um todo), com detalhes dos acontecimentos, nomes e datas, aonde tentou narrar os fatos tais como segundo ele, se passaram. Varnhagen representa o pensamento brasileiro dominante no século XIX, pois seus escritos traduziam a idéia de se oferecer um passado para abrir-se um futuro.²⁷ Com isto, a ênfase de Varnhagen recaiu no conhecimento da geografia e da história, e também na eternização dos fatos, de forma que pudessem construir o país em bases sólidas, pois para Varnhagen a colonização portuguesa teria sido um feito enorme. Fora a colonização portuguesa quem construiu o futuro e o sucesso da Nação, e foram os portugueses, os representantes do progresso e a razão da civilização. O Brasil na visão de autores como Varnhagen, não queria ser índio, muito menos, negro.

Assim, Varnhagen destacou o valor do colono cristão civilizador luso-brasileiro, pois segundo ele foram estes que “ensinaram” os indígenas a adotar “hábitos civilizados”. Na esteira das idéias de José Bonifácio, Varnhagen apontou

²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos / INL / MEC, Tomos I a V, 1975.

²⁷ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

o trabalho como o meio pelo qual se levaria os indígenas à civilização. Na verdade, Varnhagen não nutria muita simpatia pelos índios, fato verificado na acusação presente em seu texto de serem os índios “ferozes assassinos” do primeiro bispo do Brasil, episódio assim narrado em lembrança à morte do Bispo Pero Fernandes Sardinha, em 1556, quando do naufrágio do navio em que viajava. Nesta situação, o bispo e mais alguns sobreviventes foram devorados pelos índios Caeté na Capitania de Itamaracá.

Varnhagen procurou delinear as origens do Brasil, destacando que a base da nossa evolução foram os elementos portugueses, europeus e cristãos, os quais introduziram a superioridade e “*os encantos da civilização sobre a barbárie*”. Quando priorizou em seu texto as ações dos heróis (os portugueses e os brasileiros brancos), deixou claro que estes tiveram todo o direito de impor a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. A justificativa de Varnhagen, então, se apoiava na seguinte premissa: se os portugueses e os brasileiros brancos venceram militarmente, e, se foi através dessa força que conquistaram e ocuparam os territórios; se escravizou, se subjugou e exterminou, foi porque a própria vitória justificou e confirmou a superioridade branca.

Varnhagen não só influenciou o pensamento e a política de seu tempo a partir de sua produção escrita, mas também influenciou fortemente a historiografia brasileira por um longo período. Por quase cem anos foi com base na “História Geral do Brasil” que muitos livros didáticos em uso no país, foram elaborados.

Os indígenas na obra de Varnhagen são apresentados como exóticos habitantes da natureza exuberante. Mesmo assim, escreveu denotando um certo interesse nos habitantes nativos do Brasil, pois elaborou um amplo estudo sobre os indígenas, onde versou sobre vários assuntos, tais como: a língua, os usos e costumes, os rituais, a sociedade, o trabalho, a guerra e a medicina. Ao tentar ser o mais fiel possível na descrição desses aspectos relativos aos indígenas, fez uma verdadeira etnografia. Para ele, os índios não possuíam sentimentos como: afeto, gratidão ou amizade; e o juízo de valor dos atos e ações dos indígenas demonstrava, geralmente, a inclinação destes em serem falsos ou infiéis, inconstantes, ingratos e brutais. Salientou ainda, o hábito da antropofagia de

algumas tribos sem, no entanto, vinculá-la a um ritual mágico, pois esses índios comiam carne humana porque eram de natureza “*vingativa e selvagem*”.

Ainda quanto ao indígena, Varnhagen sustentou a tese que o mesmo era incapaz de concorrer para uma melhoria da situação dos homens, e que a situação degradante em que viviam esses habitantes naturais ter-se-ia perpetuado se não fosse a presença do Cristianismo, trazido pelos colonos. Ressaltava a ação da Igreja e da educação como uma atitude filantrópica, pois era dever do cristão humanizar as raças desamparadas, e no caso do Brasil, referia-se aos índios e aos negros.

Varnhagen era da opinião que a escravidão indígena teria sido a mais adequada ao Brasil, pois tanto teríamos braços mais baratos para mover a colônia, quanto seria o trabalho o melhor modo de contatá-los, não os deixando à mercê da barbárie, numa declarada crítica aos jesuítas e um elogio aos bandeirantes. Varnhagen defendeu o colonizador, pois todas as ações empreendidas se justificavam, e, era urgente tirar o indígena do seu estado de barbárie, degeneração e atraso social. Para ele, de um modo geral, os colonos agiram de maneira acertada, pois estes apenas tentaram tutelar e cristianizar os índios, e a força só foi usada quando se achou necessário, ou seja, aplicada somente sobre os mais ferozes, ou melhor, com aqueles que recusavam o contato. Assim, Varnhagen afirmou que o índio não desapareceu pelo extermínio e sim muito mais com a miscigenação e com os cruzamentos sucessivos. Explicou ainda que esses casamentos aconteceram tanto porque as índias buscavam os brancos para fugir da miséria e do jugo em que viviam com seus “maridos índios”, como também pelo sexo melhor que tinham com os brancos.

Na obra de Varnhagen, as notícias sobre os levantes indígenas são poucas, e dentre essas notícias fez uma clara distinção entre os *índios bons*, que incorporaram os valores cristãos, por isso mesmo lutaram ao lado dos portugueses contra os índios ferozes e os estrangeiros que intentavam invadir o Brasil; e do outro lado ficaram os *índios bárbaros*, que não aceitaram a catequese, que hostilizaram os portugueses, e que estreitaram laços com os protestantes franceses e holandeses.

Mais especificamente, sobre a Guerra dos Bárbaros, apresenta cerca de duas a três páginas apenas, fazendo um relato construído a partir da documentação. Não teve preocupação em analisar quais os motivos que pudessem ter levado os índios à insurreição, pois Varnhagen transcreveu no seu texto a mesma descrição que encontrou nos documentos oficiais e o que já havia sido descrito em outras obras que versaram sobre o período colonial no Brasil.

Durante quase todo o século XIX, pouco ou quase nada se modificou com relação ao ponto de vista sobre a temática indígena. O consenso geral era ainda que os índios seriam incapazes e que somente com a ajuda dos cristãos brancos é que conseguiriam integrar-se à sociedade brasileira. O indígena era assim, considerado na melhor das hipóteses, como uma ameaça e um entrave ao desenvolvimento econômico e o progresso social.²⁸

Destacamos os trabalhos de João Capistrano de Abreu, como um dos representantes da historiografia brasileira mais significativos do período de implantação e consolidação da República.

João Capistrano de Abreu concluiu “Capítulos de História Colonial” em 1906, mas só foi publicado em 1927. Uma nova geração se formava no Brasil, com uma preocupação cientificista, na tentativa de reinterpretar o país. A obra de Capistrano se insere neste movimento de renovação, a partir de um estudo rigoroso dos documentos, aonde muitos destes eram inéditos, e com um esforço de pesquisa apoiada em um estudo das relações do homem com o meio geográfico, sendo então um dos pioneiros no estudo de uma geografia humana.

As obras de Capistrano não se resumiram apenas em tratar da história política, administrativa ou biográfica, mas buscou assimilar a vida humana na diversidade de seus aspectos fundamentais, pensando em um Brasil sertanejo, do interior, valorizando a presença indígena na composição da nação. Em “Capítulos de História Colonial”, Capistrano buscou construir a unidade brasileira em suas diferenças regionais, pois o grande tema por ele estudado foi o de expor a construção do território nacional.

²⁸ GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec / USP/ Secretaria de Estado e da Cultura, 1989.

Quanto à temática indígena, Capistrano procurou descrever os indígenas como os originais habitantes do Brasil, situação em que escreveu a história do Brasil distinguindo que o invasor, o estrangeiro foi o europeu. No primeiro capítulo de “Capítulos de História Colonial” estas duas naturezas são descritas como encaixadas e ajustadas de tal maneira que apesar de tudo, o indígena vive bem, não há depreciação do modo de vida, há sim a crença de que essas características foram legadas pelos indígenas aos seus sucessores. Pois, *“a mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas conseqüências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores”*.²⁹

Capistrano retratou a nação brasileira como mestiça, uma mestiçagem de índio com o branco, o mameluco. Foi o mameluco que ocupou o sertão, terra de ninguém, e dessa forma construiu a identidade brasileira. Sobre a mestiçagem assim afirmou que: *“Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as idéias entre elas ocorrentes só valia o parentesco pelo lado paterno”*.³⁰

Capistrano não se deteve em detalhar os levantes indígenas, mas demonstrou claramente que não concordava com a maneira dos colonizadores de contactar o indígena. Descreveu a ação dos bandeirantes e explicou como estes viviam pelo sertão:

“... caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraindo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suprimentos necessários, e, destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos”.³¹

Sobre a Guerra dos Bárbaros, Capistrano apenas cita um autor denominado “anônimo”, que pouco depois de 1690 garantia que sem os paulistas:

²⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet / Sociedade Capistrano de Abreu, 1954, p. 57.

³⁰ Id. Ibidem., p.80.

³¹ Id. Ibid., p.179.

*“nunca se há de conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, Rio Grande, no sertão da Paraíba e no sertão pernambucano”.*³²

Em “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil”, Capistrano comentou que no avanço para o sertão os donos se confrontavam com os índios, principalmente nos rios: São Francisco, Piranhas, Jaguaribe e no Parnaíba. Salientou ainda que nos primeiros decênios do século XVIII a pacificação já estava mais ou menos completa. Quando se referiu aos índios que habitavam o sertão, chamou-os de “tapuias irredutíveis”. Fez um breve relato sobre os índios da capitania do Ceará, mais especificamente os da Serra da Ibiapaba e o levante indígena que lá ocorreu em 1607. Capistrano encarou tais acontecimentos como naturais ao processo de ocupação das terras habitadas por índios, quase como uma reação inevitável ao prosseguimento da colonização. Talvez por isso mesmo, não se ateve Capistrano em descrever os conflitos, mas, apenas em comentá-los brevemente e mostrar o resultado após seu término, ou seja, invariavelmente, a fixação do colono na região.

Uma das importâncias de Capistrano, que destacamos aqui foi a influência que exerceu em historiadores como Alfredo d’Escagnole Taunay, incentivando o mesmo a escrever sobre uma parte da história do Brasil, e que segundo ele merecia ser dada a devida importância. Taunay fora aluno de Capistrano de Abreu quando morou com a sua família em Petrópolis, Rio de Janeiro, porém, de aluno passou a amigo, mantendo sempre contato com seu professor. Capistrano, em carta a Taunay, datada provavelmente de 1904, incita-o a escrever sobre o papel na história da Capitania de São Vicente e seus moradores, afirmando que: *“... a grande época dos paulistas é o século XVII... reserve você para si o melhor naco, deixe os miúdos para quem deles gostar...”*.³³ Deste modo, Taunay, seguindo os conselhos do mestre, iniciou uma vasta produção sobre as bandeiras e os bandeirantes, e por todos os territórios em que estes estiveram.

³² Id. Ibid., p. 192.

³³ GUIMARÃES, Lucia M^a P. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.24, nº 48, p.145-170, 2004.

Segundo o historiógrafo Francisco Iglesias, Taunay foi um autor de mentalidade mais esforçada do que lúcida.³⁴ Sua produção se multiplicou em estudos sobre: a história do começo da Vila de São Paulo; os bandeirantes e sertanistas, e as descrições sobre as bandeiras. Segundo Iglesias, a Taunay faltou a síntese que possuía Capistrano, pois seguia preenchendo páginas e mais páginas com tudo que encontrava nos documentos, em que não há seleção ou interpretação. Tanto que, em muitos momentos o leitor não consegue distinguir se o que está escrito é o pensamento do autor ou se são apenas transcrições dos documentos por ele estudados. Parafraseando Iglesias: *“quase não citava as fontes, ou o fazia de modo impreciso”*. Ainda sim, a obra de Taunay tem sua importância por nos fornecer informações preciosas para o entendimento dos temas em questão.

O trabalho que mais propiciou a compreensão dos conflitos entre colonos e índios, é a monografia apresentada por Taunay para o concurso de História do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo em 1935, intitulada: *“A Guerra dos Bárbaros”*³⁵. A obra contempla toda a movimentação que foi empreendida pelos colonos durante a ocupação do nordeste colonial.

Taunay não pretendeu fazer uma história sobre a resistência indígena, mas destacar a atuação do colono, principalmente dos sertanistas ou bandeirantes. Procurou abarcar as áreas que iam da capitania de Pernambuco até o Maranhão. O autor é claro quando afirmou que a revolta trouxera *“uma dezena de anos onde as operações de guerra se realizaram”*, e que essa era uma: *“atitude defensiva e contra-atacante”* por parte dos indígenas. No capítulo que denominou de Preâmbulos, Taunay fez uma descrição dos índios que habitavam a região nordeste da colônia, buscando não só informações em documentos, mas também nos cronistas e viajantes, informações as quais estariam mais próximas possíveis da realidade sobre os Tapuia. Aproveitou as informações obtidas em outros pesquisadores regionais, tais como: Guilherme (Barão de) Studart, Borges de Barros, Vicente Lemos e Tavares de Lira, entre outros, em que todos estes

³⁴ IGLESIAS, Francisco. Op. Cit.

³⁵ TAUNAY, Affonso D'Escagnole. A Guerra dos Bárbaros. Ed. Fac-similar. Mossoró: FVR / ETRN/ SEC – RN, Coleção Mossoroense, Série C, Volume 863, julho de 1995.

escreveram pequenos estudos publicados nas revistas dos Institutos Históricos locais.

Taunay foi o primeiro autor que escreveu uma obra abrangendo todas as regiões que foram palco da Guerra dos Bárbaros. Até então, a produção era de cunho regional, aonde cada pesquisador escrevia sobre sua própria região de origem. Além da preocupação com a descrição etnográfica dos índios, bem como sua distribuição geográfica, Taunay fez uma pequena biografia dos mais destacados chefes militares que tomaram parte nas pelejas contra os índios durante o final do século XVII e início do século XVIII. Pesquisou informações em documentos oficiais que pudessem assim ajudar na construção da imagem do herói bandeirante. Não há em sua obra, crítica aos índios ou aos sertanistas e chefes militares, pois assim como Capistrano, parecia entender que a guerra contra o indígena era uma consequência natural do desenvolvimento econômico na área. Durante muito tempo a “Guerra dos Bárbaros” de Taunay foi a obra de referência, tanto para os estudos relativos à ocupação e colonização do nordeste colonial quanto para os estudos sobre os indígenas que habitaram a região. A visão de Taunay consolidou uma representação do indígena Tapuia vinda desde as crônicas coloniais, e firmou o mito dos paulistas como consolidadores da unidade territorial do Brasil. Seu projeto historiográfico marcou profundamente a leitura sobre as guerras do sertão, encobrendo, em muito o caráter das lutas culturais desencadeadas pelo processo de conquista e colonização, que não se encerraram com a guerra, como veremos adiante.

1.3. O índio na História do Brasil e os novos estudos da temática indígena

O Brasil pós Revolução de 1930, passou a refletir sobre si mesmo e sobre quais caminhos seguir, de forma até então não articulada, uma forma inovadora e surpreendente. Nesta renovação surgem três livros que iriam sacudir a visão de reinterpretar o Brasil: “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire; “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Júnior, e “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda. Estes três autores vão descortinar e apresentar um Brasil

multicultural e mestiço, adaptado aos costumes indígenas, construídos pelo braço negro e pela mão do operário.

Começamos por Gilberto Freyre, que com seu livro marcou o estudo histórico - sociológico da formação do Brasil. Dentro da perspectiva de formação da nacionalidade, buscou as raízes brasileiras, incorporando a este processo o povo, entendido aqui como negros e índios. Para Freyre, a contribuição do indígena foi mínima:

“Do indígena quase que só aproveitou na colonização agrária do Brasil o processo da coivara,... se formos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário, temos que concluir pela quase insignificância desse esforço”.³⁶

Freyre, deste modo, nos parece ainda defender a colonização portuguesa, justificando a conquista e a ocupação. Sem esta, o indígena não teria conseguido atingir um mínimo de civilização. Freyre salientou ainda que, o “encontro” entre as raças, que constituíram o povo brasileiro foi solidário, fraterno e generoso. Os portugueses vencedores, a partir de uma relação estabelecida à força, desenvolveram depois disto uma confraternização, que tornaria conquistadores e conquistados em iguais. Para ele, a relação era tensa, mas que não impediu que os colonos suprissem essas necessidades, tanto sexuais como de companhia e formassem famílias, principalmente, junto com as índias. Essas índias e mais as mulheres negras e mestiças se tornariam concubinas e muitas delas tornar-se-iam legítimas esposas. Segundo Freyre, as índias eram desejadas, uma fantasia encarnada, que povoava os sonhos dos que foram criados ouvindo os contos das mouras encantadas. Assim como Varnhagen, Freyre identificou o prazer das índias em se deitarem com os brancos, justificando que o índio era indolente.

Aliás, para ele o índio só prestava como pescador, remador, caçador e guerreiro, jamais “trabalhador”, ainda mais, que este se ajustasse às necessidades exigidas pelo sistema econômico da Colônia, pois com isto: *“O resultado foi evidenciar-se o índio no labor agrícola, o trabalhador banzeiro e moleirão, que teve que ser substituído pelo negro”*.³⁷

³⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, p.131.

³⁷ Id. Ibidem., p.189.

Como acreditava em um contato cordial e fraterno, Freyre não se preocupou em estudar os confrontos entre colonos e indígenas. A miscigenação explicava que a formação do povo brasileiro, excetuando-se os confrontos iniciais e necessários ocorreu com certo ajuste e sem grandes desavenças.

Já Caio Prado Júnior que teve sua formação em direito e geografia, era um intelectual de origem burguesa assim como Freyre, mas que se afastou da tradição, de um passado colonial e saltou para a revolução socialista. Com isto, ele conseguiu dar a história social brasileira uma nova perspectiva, aonde examinou as relações entre o passado e o presente e as possibilidades de mudança no futuro. Foi outro autor que se inseriu na linha da “redescoberta do Brasil”, mas que preferiu usar o materialismo histórico para entender o Brasil e seus contrastes. A intelectualidade até então não cria na capacidade dos “vencidos” de construir um futuro de sucesso, isto é, por parte das massas sociais de oprimidos e excluídos, compostas invariavelmente de mestiços.

Caio Prado esclareceu que apesar de vencedoras, as elites não construíram sozinhas o Brasil, pois ao seu lado esteve presente a população brasileira. Não glorificou os heróis que sufocaram os movimentos sociais e com sua originalidade e independência influenciou a corrente de interpretação marxista do Brasil, de forma crítica e produtiva. Em “História Econômica do Brasil”, discorreu sobre o processo da formação econômica do país dos seus primeiros dias como colônia até meados do século XX tendo contribuído definitivamente para uma melhor compreensão do Brasil.

Em relação ao indígena, Caio Prado se refere a eles quando se fez necessário explicar quem trabalhou nos primórdios da colônia, e que esses índios ajudaram, tanto comerciantes quanto piratas na extração do pau-brasil. Nos primórdios da implantação da lavoura da cana-de-açúcar os índios estiveram presentes, como escravos e que também os indígenas se defenderam da escravidão, pois “*eram guerreiros e não temiam a luta*”.³⁸ Ao fugirem, na tentativa de se livrar da escravidão, os brancos os perseguiram e não sobrou alternativa ao índio senão revidar. Ainda assim, o colono luso saiu ganhando, pois aprendeu a

³⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 31ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 35.

fomentar guerras entre as várias etnias e assim, os capturou em guerra justa e os escravizou novamente.

Caio Prado, discorreu também sobre a legislação metropolitana que tentou ordenar a utilização da mão-de-obra indígena. Percebemos em seus textos, que mesmo apesar de explicações sócio-históricas, a sua abordagem estava impregnada da idéia do “índio imprestável”, pois chegou a afirmar que o índio: *“...se mostrou mal trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima”*³⁹; ou mesmo quando justifica que o índio não era bom para o trabalho porque: *“...saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com necessária rapidez ao sistema de padrões de uma cultura tão superior a sua como era aquela que lhe traziam os brancos”*.⁴⁰

Quando tratou acerca da ocupação do sertão pela criação do gado, Caio Prado nada relatou sobre os indígenas, principalmente, na seção que fala sobre a ocupação do Norte da colônia em que comenta sobre como os padres efetuaram o contato e a catequese dos indígenas. Após tratar do período colonial, o indígena desaparece das páginas da obra de Caio Prado, e é como se simplesmente, não houvesse mais motivos para deles falar. Em relação aos levantes indígenas não há referências. Para ele, o indígena foi visto como mão-de-obra acessória, para atividades acessórias em áreas periféricas, de modo que quase nada influenciou na estrutura predominante. Como a preocupação maior de Caio Prado foi a análise da extração do excedente colonial pelo poder metropolitano, por mais que compreendesse a conquista dos territórios indígenas ele não historicizou, nem teórica, nem empiricamente, os passos dessa conquista. Talvez essa ausência tenha firmado mais ainda os dados factuais “organizados” no projeto historiográfico do século XIX. A “Guerra dos Bárbaros” não se configurou assim um objeto da interpretação materialista nos seus trabalhos.

Outro historiador de destaque foi Sérgio Buarque de Holanda, o autor de “Raízes do Brasil”, de 1956. Para ele, o país precisava ser conhecido em suas particularidades e idiossincrasias, desigualdades regionais, a mistura étnica, a herança do escravismo e a questão dos imigrantes. O pensamento intelectual

³⁹ Id. Ibidem., p. 36.

⁴⁰ Id. Ibid., p. 36.

brasileiro defendia a participação das minorias na formação do Brasil, onde negros, índios, mulheres e todos os marginalizados precisavam ser integrados ao povo brasileiro.

Em “Raízes do Brasil”, o povo brasileiro é o ator principal, pois para Sérgio B. de Holanda, a implantação da cultura européia não vingou no Brasil porque não se adaptou aos trópicos. Segundo ele, não houve uma adequação do pensamento à realidade e que só seria remediada esta situação quando houvesse um reencontro com a nossa história.⁴¹

Na obra de Sérgio B. de Holanda encontramos uma visão ponderada do indígena, pois nela não há julgamentos de valor. A visão do índio preguiçoso e incapaz não permeou sua obra, e quando comentou sobre a inadaptabilidade do índio ao sistema de trabalho que os colonos implantaram no Brasil, mostrou que não foi por incapacidade moral ou física. Ainda esclarece que a incompreensão de ambos os lados gerava nos indígenas: *“quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda que silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante”*.⁴²

Não há em Sérgio Buarque de Holanda comentários ou explicações sobre revoltas indígenas, o que há em seu livro é o entendimento de como a colonização européia, mesclada com a situação natural da terra influenciou na formação do Brasil. O autor afirmou a grande adaptabilidade dos portugueses em se adequarem às novas situações, que segundo ele se traduzia em um domínio “mole e brando”. Tanto que, para ele, os portugueses “herdaram” dos indígenas suas inimizades e idiossincrasias, ocupando até que de forma relativamente fácil a área já ocupada pelos Tupi durante a colonização inicial. Segundo Sérgio B. de Holanda: *“Onde a expansão dos Tupi sofria um hiato, interrompia-se também a colonização branca, salvo em casos excepcionais...”*⁴³

Talvez, por isso mesmo, segundo Sérgio B. de Holanda o sertão nordeste da Colônia, ocupado justamente pelos grupos anteriormente expulsos do litoral pelos grupos Tupi, foram tão difíceis de serem ocupados e foi palco, nos séculos

⁴¹ REIS, José Carlos. Op. Cit., p. 23.

⁴² BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989, p. 18.

⁴³ Id. Ibidem., p. 72.

XVII e XVIII, de um dos conflitos mais duradouros entre indígenas e colonos: a Guerra dos Bárbaros. Embora Sérgio B. de Holanda tenha destacado a conquista da Paraíba e da Costa Leste-Oeste na sua obra “História Geral da Civilização Brasileira” (Tomo I), seus estudos não enfocaram o período do final do século XVII, mas sim as expedições anteriores ao período holandês e a ocupação até 1654. Mais uma vez firmava-se a interpretação factual realizada por Taunay sobre o objeto em questão.

Dos anos de 1950 a 1970 os estudos sobre História do Brasil versaram muito mais sobre a história econômica, deixando um pouco à parte as questões político - administrativas, com uma preocupação em tentar entender as estruturas básicas econômicas e sociais, enquadrando a colonização do Brasil em esquemas mais amplos, que nos ligassem ao mundo europeu e seus projetos de expansão. A ligação invariavelmente era feita através de estudos sobre o comércio de produtos elaborados pelos escravos que buscava atingir um mercado internacional.

O objeto principal dos estudos históricos nesse período foi analisar a economia mercantil, as matérias primas e produtos para exportação, como o açúcar, o tabaco e o café. Como a mão-de-obra utilizada para tais atividades era a dos escravos negros, vimos surgir no Brasil, um volume considerável de textos que versavam sobre esses temas. Desta forma, as relações sociais e econômicas entre colonos e índios ficou relegada ao segundo plano. Os estudos marxistas, que imperaram neste período, primaram pela análise da dinâmica econômica, em especial, o trabalho compulsório dos escravos negros.

Com a aproximação das comemorações do centenário da abolição da escravidão no Brasil, e uma luta crescente pela valorização da cultura negra, até então marginalizada, os historiadores brasileiros se dedicaram à compreensão da inserção do negro e sua participação na formação do Brasil contemporâneo. Isto sem contar a proficuidade de documentos que versavam sobre a escravidão, pois muito havia para ser estudado, analisado e reinterpretado, visando sempre à valorização da participação dos negros na formação do país. Quando muito, nessas interpretações econômicas, o indígena foi interpretado como partícipe,

junto com os escravos negros, da conformação territorial da pecuária, no período posterior a Guerra dos Bárbaros.

Com tudo isso, os indígenas permaneceram por muitos anos, objeto apenas de estudos antropológicos ou arqueológicos. Os primeiros, com uma preocupação em produzir uma análise sincrônica das populações indígenas ainda existentes e reconhecidas como tal, bem como aquelas consideradas remanescentes; e os segundos, no estudo da cultura material recuperada arqueologicamente nas áreas de ocupação pré-histórica ou da época do contato.

No entanto, a partir do início da década de 1980, vários historiadores brasileiros dedicaram-se à pesquisa histórica de temática indígena no Brasil, desenvolvendo assim, trabalhos que não só buscavam preencher as lacunas de conhecimento histórico existentes, mas, também em compreender a extensa e complexa formulação historiográfica sobre os grupos indígenas brasileiros vistos através dos dados documentais e bibliográficos.

Teoricamente era preciso aprofundar esta dimensão diacrônica nos estudos antropológicos realizados até então sobre os povos indígenas, porque durante um certo tempo a Antropologia esteve muito mais centrada em uma perspectiva sincrônica. Como dizem Agostinho e Carvalho: “... tais estudos desprezavam uma dimensão social que, em boa parte, pode ser reconstruída graças a toda uma documentação escassamente compulsada por antropólogos”.⁴⁴

Os anos de 1980, aliás, marcaram distintivamente a historiografia sobre o indígena no Brasil. Com uma mudança nítida na maneira de pensar a História, saindo das generalizações e partindo rumo às especificidades, a produção histórica neste momento, buscou primar pelo entendimento dos elementos sociais, culturais e mentais, e não apenas dos aspectos econômicos e políticos. Tudo isto dada à influência das abordagens provenientes das discussões feitas a partir da Escola dos Annales, da escola de Frankfurt e dos pesquisadores que inovaram a produção histórica com suas metodologias e abordagens, tais como Michel

⁴⁴ AGOSTINHO, Pedro e CARVALHO, Maria Rosário. Antropologia e história: bases documentais para a abordagem das sociedades indígenas do Norte e Nordeste do Brasil. In: *Índios do Nordeste: temas e problemas*. ALMEIDA, Luiz Sávio; GALINDO, Marcos e SILVA, Edson. Maceió, 1999, p. 119.

Foucault e Edward Thompson. Estas influências trouxeram aos historiadores brasileiros uma mudança de perspectiva, valorizando assim, a busca de novos objetos de estudo, a aplicação de novos métodos e o uso de novas abordagens.

Foram valorizadas então, as especificidades existentes na formação social e histórica de cada região e de diferentes épocas, pois se deslocava o olhar dos historiadores de um ponto de vista macro para um mais pontual, micro, voltando-se para as coisas do dia-a-dia, para os homens comuns, para a dimensão do cotidiano, evidenciando aqueles atores sociais que por muito tempo a História os fez calar.

No âmbito acadêmico, refletiu-se sobre a importância dos estudos sobre os povos indígenas que agora se tornavam então, objetos de estudo de uma grande quantidade de pesquisas acadêmicas de historiadores, mesmo que tal objeto já estivesse presente entre sociólogos e antropólogos. Dentre as pesquisas históricas, destacamos os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha, John Manuel Monteiro, Nadia Farage, Ronaldo Vainfas, Luiz Mott, Beatriz Góis Dantas e M^a Sylvia Porto Alegre.

O interesse sobre a temática indígena na História do Brasil produziu uma extensa bibliografia, porém recortada, isto é, voltada às próprias especificidades regionais, não só em termos de recorte temporal como também em termos de delimitação espacial. Esses estudos de questões e episódios exclusivos limitaram o interesse da pesquisa a determinado período ou a determinada parte do território nacional.

Nesta perspectiva, José Oscar Beozzo que publicou em 1983: “Leis e Regimentos das Missões”⁴⁵, foi uma obra em que o pesquisador teve o cuidado de não apenas compilar e transcrever as leis e os regimentos que orientaram as relações entre colonos e indígenas desde o início do período colonial, mas também, analisar essas leis em busca da compreensão dessas relações, em especial aquelas que diziam respeito ao uso da mão-de-obra indígena e a perda de sua identidade. A conclusão do autor é que as leis foram formuladas, mas não necessariamente, cumpridas, o que demonstrava a existência de situações de

⁴⁵ BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

confronto e era necessário ao historiador saber: como e de onde as mesmas leis surgiram. Anos mais tarde, a mesma temática foi retomada pela pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha com o livro: “Legislação Indígena no século XIX”⁴⁶, no qual demonstrava que neste período, teoricamente, havia proibição quanto à escravidão indígena, mas concretamente, esta prática continuava a existir em diversas partes do país.

Em 1988, o historiador Mércio Pereira Gomes publicou: “Os índios e o Brasil”⁴⁷, uma obra que procurava analisar através de uma perspectiva histórico-antropológica as diversas circunstâncias pelas quais se chegou à hegemonia da civilização branca no Brasil. Mércio P. Gomes elaborou um ensaio que demonstrava a forma como ocorreu a dizimação das populações indígenas no Brasil e apresentou uma proposta política do nosso tempo que oferecesse autonomia às populações remanescentes. O autor construiu uma história indígena do Brasil de forma sintética, destacando as derrotas, mas também, destacando as pequenas, porém significativas vitórias, nas quais enfocava os dois lados dessa complexa história: o lado dos brancos e o lado dos indígenas. Tentou mostrar assim, o indígena brasileiro como parte de um todo, e não apenas ressaltar aspectos exóticos e românticos, ou mesmo aqueles aspectos de interesse somente da pesquisa etnográfica à época.

Mércio P. Gomes apresentou e discutiu em seu trabalho como ao longo de um processo histórico de quase cinco séculos, todo um conjunto de medidas oficiais elaboradas e praticadas, estiveram sempre submetidas às decisões e às ações militares, políticas, sociais e jurídicas. Fez uma severa crítica ao tratamento que o Estado brasileiro ao longo de sua existência, dispensou aos índios, indicando que o “paternalismo” com o qual se tratavam às questões indígenas, passava por uma crise, e desta forma argumentava que tanto a sociedade civil, quanto os indigenistas e também os antropólogos, apesar de reconhecer o poder limitado destes grupos, deveriam tentar direcionar os rumos de uma nova política indigenista.

⁴⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp / Comissão Pró-Índio, 1992.

⁴⁷ GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Um ano depois da obra de Mércio P. Gomes, foi publicado um trabalho que continuava na vertente dos estudos históricos sobre os índios do Brasil. José Mauro Gagliardi em: “O indígena e a República”⁴⁸, procurou estudar as condições históricas que levaram à criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e que a luta armada posta em prática contra o indígena em algumas áreas do território brasileiro tornou-se acirrada devido ao crescimento da economia capitalista no Brasil, em especial no último quartel do século XIX.

Para isso, em “O indígena e a República”, Gagliardi fez uma articulação com o passado, estudando as condições históricas que permearam a relação do branco com o indígena, desde o início da colonização do Brasil até o advento da República, com a crescente intervenção do Estado e com a criação do SPI. Gagliardi deu ênfase à política de demarcação de terras e também fez severas críticas ao afirmar que enquanto a política indigenista estiver submetida a órgãos e instituições que atendam muito mais à classe dominante do que aos indígenas.

Alguns trabalhos buscaram modificar a maneira de se encarar a temática indígena, principalmente, dentro da pesquisa histórica. São os trabalhos dos (as) pesquisadores (as) Manuela Carneiro da Cunha, com “História dos Índios no Brasil”⁴⁹, de 1995; John Manuel Monteiro, em “Negros da Terra”⁵⁰, de 1994; e Aracy Silva e Luiz Grupioni, com “A Temática Indígena na Escola”⁵¹, de 1995. Estas propostas de trabalho direcionaram novos estudos históricos sobre os indígenas no Brasil. A preocupação com o entendimento dos elementos sociais, culturais e mentais seguia as novas discussões políticas e sociais, que então experimentava o país, e deste modo, essa nova produção encampou o ressurgimento da identidade dos povos indígenas e sua luta pelos direitos políticos e sociais, e em especial, a luta pelo direito às diferenças étnico-culturais.

Com o trabalho “História dos Índios no Brasil”, em 1992, Manuela Carneiro da Cunha organizou e agregou textos de diversos pesquisadores, e deu condições

⁴⁸ GAGLIARDI, José Mauro. Op. Cit.

⁴⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras: Fapesp: SMC, 1992.

⁵⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁵¹ SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC / MARI: Unesco, 1995.

para que as especificidades e as diferenças espaciais e temporais pudessem ser apresentadas, sem que se perdesse assim, a ligação existente entre todos os textos com o foco principal do trabalho: *o índio inserido no contexto colonial*. Desta forma, tal obra contribuiu enormemente para que o Brasil tomasse conhecimento de quais eram as pesquisas que estavam em andamento e quais os resultados obtidos por elas, no que se referia às questões indígenas no Brasil, desde antes do advento da República.

Discutindo a participação indígena na história e na economia paulista nos séculos XVI ao XVIII, John Monteiro, em 1994, com “Negros da Terra”, tratou o trabalho indígena voltado ao estudo da economia e do mercado interno da colônia. Foi um trabalho de significativa relevância quanto à questão do estudo sobre a participação indígena na História do Brasil. Na historiografia brasileira, até então, se havia minimizado ou dado pouca importância ao papel desempenhado pelo índio na economia da colônia. O esforço do historiador John Monteiro em inserir o índio dentro da dinâmica da economia e sociedade colonial, elevou este mesmo indígena, em todas as suas particularidades, à categoria de “agente histórico”.

Outro trabalho que introduziu novas discussões sobre a temática indígena, ao tratar da problemática didático-pedagógica nas escolas de ensino fundamental e médio, foi “A Temática Indígena na Escola”, organizado por Aracy Silva e Luiz Grupioni. O texto procurava enfocar as novas perspectivas à época, já no âmbito da escola primária ou do ensino fundamental, em tentar desmistificar aquela velha visão do “bom selvagem” ou do “índio preguiçoso”, dando ênfase à valorização do indígena, dos seus usos e costumes e da efetiva participação destes na construção do país, principalmente, através do trabalho.

Estes trabalhos acadêmicos foram de grande relevância na construção da pesquisa histórica crítica sobre o indígena brasileiro. Foi uma construção lenta, mas que solidificou o direcionamento das pesquisas, a qual demonstrou a viabilidade de se pesquisar temas até então considerados difíceis ou que não eram pertinentes ao campo da pesquisa histórica.

Surgiram assim, algumas pesquisas bem específicas às necessidades de cada região, atendendo a demanda pela construção de uma historiografia que

formulasse um diálogo entre a história e a antropologia, articuladas, demonstrando que existe um campo a ser permanentemente discutido. Essa nova historiografia demonstrava a relevância da temática indígena, em especial sobre o período do Brasil Colônia, tendo em vista uma melhor compreensão do papel exercido pelos indígenas neste processo histórico.

Apesar de profícua, a produção histórica sobre a temática indígena da e na região nordeste do Brasil está vinculada a questões específicas, pois no que se refere a regiões, temas e períodos, no Brasil há uma produção voltada ainda para estudos de episódios e eventos exclusivos de cada parte do território brasileiro. Dentre estes trabalhos, particularmente, um é objeto de nosso estudo: os conflitos entre colonos e índios e as formas de resistência indígena na região nordeste da Colônia, a denominada: “Guerra dos Bárbaros”. No âmbito dessas pesquisas sobre a Guerra dos Bárbaros, enquanto uma série de conflitos armados gerados por diversas situações de disputa pelo espaço, no contexto dos séculos XVII e XVIII, esta já foi alvo de análise por parte de vários pesquisadores que tentaram inserir tais conflitos dentro da dinâmica da ocupação e aproveitamento do espaço colonial, num projeto de inserção do nordeste colonial nos quadros da expansão dos domínios da Coroa portuguesa.

Os trabalhos de Olavo de Medeiros Filho podem ser considerados como pioneiros nos estudos sobre os grupos indígenas que habitavam o nordeste do Brasil no período colonial, principalmente, sobre a inserção da capitania do Rio Grande. Em “Índios do Açu e Seridó”⁵², obra publicada em 1984, o historiador fez além de um levantamento e descrição dos aspectos geográficos da capitania do Rio Grande, uma pequena etnografia dos índios Tapuia, tal como se generalizou denominar as diversas nações que ocupavam a região. Preocupou-se Olavo de Medeiros em buscar nos textos dos cronistas seiscentistas os diversos relatos elaborados sobre os tapuias, elencando desde os aspectos pitorescos como as descrições sobre o modo de vida, a linguagem e a religião dos mesmos.

Medeiros Filho fez um levantamento sobre os aldeamentos indígenas, sobre a colonização nas ribeiras dos rios Açu e Acauã, bem como a distribuição

⁵² MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1984.

de datas e sesmarias na região. Olavo de Medeiros na obra traz um capítulo inteiro sobre o que ele chamou de “levante dos tapuias” na região do rio Açu, onde descreve o desenvolvimento dos conflitos tomando como base os relatos dos cronistas e os documentos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

No ano de 1989, o mesmo autor publicou “No Rastro dos Flamengos”⁵³, trabalho em que reconstruiu algumas incursões que, durante o período da ocupação flamenga, ocorreram pelo interior das capitanias do Rio Grande e Paraíba, onde os holandeses adentraram movidos pelo interesse em descobrir minas de ouro e prata. Nestas expedições, segundo Olavo Medeiros, estes holandeses terminaram por entrar em contato com os índios Tapuia, que muitas vezes foram convidados pelos holandeses a participarem de tais expedições. O autor procurou identificar os locais percorridos pelos holandeses e tentar entender qual a consequência dessas incursões para a região.

Em outro trabalho, “Aconteceu na capitania do Rio Grande”⁵⁴, publicado em 1987, Olavo de Medeiros reuniu em um só volume diversos textos sobre os primeiros três séculos da história do Rio Grande do Norte. Os temas são todos ligados por um referencial: a capitania do Rio Grande. Muitos desses textos referem-se à temática indígena e outros, mais precisamente, à Guerra dos Bárbaros. São descrições sobre aldeamentos indígenas e sobre o Terço dos Paulistas que atuou no combate aos índios na capitania, durante o período dos levantes indígenas.

Maria Idalina da Cruz Pires publicou em 1990, um trabalho específico sobre os conflitos indígenas dos séculos XVII e XVIII no Nordeste: “Guerra dos Bárbaros” - resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial⁵⁵. Visando atender a demanda da chamada História Regional sobre a conquista e o povoamento do sertão nordestino, Pires inseriu a problemática dos levantes indígenas dentro da questão da expansão da pecuária e a fixação do colono

⁵³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *No Rastro dos Flamengos*. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

⁵⁴ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

⁵⁵ PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial*. Recife: FUNDAP/CEP, 1990.

branco nos chamados sertões, e qual teria sido a reação dos povos indígenas que ali habitavam. Explicou em seu trabalho como a fixação dos chamados currais levaram a ocupação cada vez mais acentuada dos territórios indígenas, o que pouco a pouco foi transformando pequenos e esparsos conflitos em uma verdadeira guerra de extermínio destes mesmos indígenas.

Dedicou um capítulo completo sobre a nova sociedade que se gerou nesse momento específico da história colonial. Os conflitos internos e os antagonismos que surgiam devido aos novos padrões culturais os quais também são destacados pela autora, mostrando então, que surgia na região uma nova relação entre os indivíduos, permeada pelos conceitos e pré-conceitos que se construíram com a Guerra dos Bárbaros.

Ainda para a capitania do Rio Grande e sobre a temática indígena, temos o trabalho da historiadora Fátima Martins Lopes, com “Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte”⁵⁶, trabalho de dissertação de mestrado de 1999, mas publicado em 2003, o qual procurou desvendar os mecanismos da conquista e colonização da Capitania do Rio Grande, a partir da atuação dos missionários junto aos indígenas. O destaque foi dado aos missionários como parte integrante da máquina de colonização portuguesa, pois através da catequese e conversão conseguiram criar uma ponte de ligação entre dois mundos culturalmente diferentes, onde a subordinação e a dominação eram peças importantes dessa engrenagem. Lopes contribuiu com seu trabalho para um redirecionamento da importância do papel e da participação do indígena na construção histórica da sociedade do Rio Grande do Norte. Demonstra ainda a relevância das Missões para a colonização da capitania, quando comprova em sua pesquisa que foi a partir das cinco missões coloniais (Missões de Aldeamento) que se originaram as primeiras vilas do Rio Grande do Norte e que mais tarde tornar-se-iam os primeiros municípios na organização geopolítica da Capitania.

Podemos afirmar que o trabalho que fundiu as pesquisas de Medeiros, Pires e Lopes, tanto sobre a temática indígena quanto sobre a Guerra dos

⁵⁶ LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande*. Mossoró: FVR / IHGRN, 2003.

Bárbaros é o livro, resultante de tese de doutorado, do historiador Pedro Puntoni. Partindo da premissa que, a área denominada de sertão, no nordeste colonial, foi palco para conflitos e tensões resultantes da expansão da colonização, principalmente, após as guerras holandesas, Puntoni em “A Guerra dos Bárbaros - povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720”⁵⁷, nos mostra que esses conflitos entre colonos luso-brasileiros e os indígenas colaboraram para a construção de uma perspectiva irreversível sobre os índios no Brasil. Os indígenas foram chamados de “bárbaros” porque a visão da administração colonial e da própria colônia era que estes estavam invadindo uma área que fazia parte do Império Atlântico português.

Puntoni também demonstra que a necessidade de se “limpar” a região dos “invasores”, criou uma política administrativa que muitas vezes visava o extermínio. O cuidado do autor tem o cuidado em destacar que o estudo deste acontecimento deve levar em conta as diversas situações e contextos peculiares, e não considerá-lo como um levante único, como uma confederação, até mesmo porque este foi um dos conflitos mais longos no Brasil Colônia. Frisa ainda Puntoni também, a importância de se perceber os conflitos como uma tentativa de sobrevivência da cultura secular dos indígenas.

Puntoni dividiu a Guerra dos Bárbaros em dois momentos e em duas regiões distintas: as guerras do Recôncavo Baiano (1651-1679), e as guerras do Açu (1687-1705) nas capitanias do Rio Grande e Ceará. Concluiu afirmando que, ao final, a administração portuguesa atingiu seu intento, controlando as novas vilas criadas no nordeste colonial, através de seus administradores, representantes das elites da região, como por exemplo, os grandes sesmeiros. E as populações indígenas foram paulatinamente marginalizadas, suas terras expropriadas, o que muitas vezes levou o indígena a negar sua identidade como tal, para talvez dessa forma continuar a “*resistir*” e a existir.

Desta forma, o século XVII se constituiu para nós, não apenas como um simples recorte temporal, mas em ser visto ao mesmo tempo como um período importante para desenvolver o estudo sobre a temática indígena dentro destas

⁵⁷ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec / Edusp / Fapesp, 2000.

novas perspectivas historiográficas, e perceber esses grupos indígenas como atores sociais participantes no processo histórico, bem como, buscar a compreensão do processo de exploração do território colonial e da expansão deste mesmo território.

Contudo, foi também o século XVII, um momento histórico em que diante de uma situação específica que exigiu novas bases na relação entre colonos e índios, portanto adaptações mais que urgentes, conseqüentemente, foi mais importante ainda diante de um conflito no qual se opunham colonos, cristãos e súditos do Rei a índios gentios, “bárbaros” e “rebelados”. Foi necessário então, por diversas formas e através de diversos agentes: controlar, resolver e debelar toda e qualquer forma de perturbação que se constituísse em impedimento da continuidade da efetivação da posse e da exploração definitiva do território colonial.

CAPÍTULO II

O IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS: O PROJETO DE EXPANSÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O século XVII representou um período de ajustes políticos e econômicos para Portugal e seu vasto Império Ultramarino. Consideremos dois aspectos dessa conjuntura.

O primeiro deles refere-se à Restauração Portuguesa, pois após o período de sessenta anos de dominação espanhola, Portugal para garantir sua independência, buscou alianças internacionais, em especial com a Holanda e com a Inglaterra, ambas coroas rivais da Espanha. Para tanto, Portugal teve que desembolsar uma quantia considerável para dar como pagamento à Inglaterra, além de ceder a Fortaleza de Tanger e a Ilha de Bombaim. Entregou a Inglaterra dois milhões de cruzados como dote da princesa Dona Catarina de Bragança pelo seu casamento com Carlos II da Inglaterra, e à Holanda cedeu parte de Angola e São Tomé, além das possessões que já haviam sido conquistadas no Oriente.

Além disso, durante o período de dominação espanhola, as ações militares e comerciais de outros Estados iam aos poucos desalojando os portugueses dos postos-chaves no Oceano Índico. Tal foi o caso da expansão colonial dos Países Baixos, produto do conflito com a Espanha, que abalou o controle português do comércio do açúcar, do tráfico de negros africanos para servir como mão de obra e do comércio das especiarias, todos estes, os quais formavam a riqueza do Reino português e constituía-se na base do império comercial português ultramarino.

A União Ibérica (1580-1640) representou para Portugal um período em que suas reservas econômicas ficaram inteiramente arrasadas, pois Felipe II além de impor uma política tributária escorchantes, a autonomia político-administrativa

portuguesa foi severamente diminuída. Felipe II também utilizou as forças militares portuguesas para tentar conter as revoltas que existiam na Catalunha.

Desta forma após 1640, quando aconteceu a restauração do trono, Portugal viu-se com sua economia destruída, com sua frota marítima aniquilada e seus exércitos desmantelados devido à desastrosa política externa dos Habsburgos. Várias de suas colônias foram invadidas por outros países e, além disso, Portugal perdeu parte do lucrativo comércio oriental. Isso fez com que Portugal enfrentasse a diminuição da área produtora de tabaco e açúcar, e de certa forma, com Angola ameaçada, boa parte do tráfico de escravos foi atingido. A insegurança na navegação para o Oriente também atingia a economia portuguesa.

Um segundo aspecto diz respeito à recuperação da autonomia e da soberania nacional portuguesa. Apesar de ter perdido parte do seu Império no Oriente, Portugal começava a reestruturar e reorganizar não só o Estado português como também reestruturar as colônias que lhe restaram. Portugal ficava assim, na África e no Oriente: com Moçambique; com algumas poucas cidades e fortalezas na Índia; com Macau na China e com Timor, na Indonésia. A Carreira da Índia, expedição náutica ao Oriente, que desde 1550 fazia a rota de Lisboa para o Oceano Índico, ficou severamente prejudicada.

Aos poucos uma grande mudança começou a efetuar-se na economia, com o deslocamento, ou a viragem, do eixo econômico do Estado da Índia para o Atlântico Sul, em especial a colonização do Brasil, que se apresentava extremamente vantajosa ao Reino. Isto representou uma passagem bem demarcada da circulação de produtos para a produção sistemática no ultramar.

Desta feita Portugal se deparou com outro problema: a necessidade de recuperar a região nordeste do Brasil, que se encontrava nas mãos dos holandeses, justamente a área mais próspera da colônia. A estes eventos alguns historiadores denominam de “guerra do açúcar”, pois o problema era bem maior do que simplesmente ocupar um espaço no território da colônia portuguesa.

Os Países Baixos mantinham um intenso relacionamento comercial com Portugal. A área na Europa que hoje corresponde à Holanda, desde a Idade Média possuía um grande desenvolvimento comercial. Eram os comerciantes holandeses

que se ocupavam da distribuição das mercadorias, tanto as vindas do Oriente como as que vinham das Américas, para toda a Europa. Os holandeses possuíam, então, a maior frota mercante daquele período.

No caso do Brasil, os holandeses não apenas comercializavam os produtos, principalmente o açúcar, mas possuíam investimentos de monta na colônia portuguesa na América. Esses interesses foram perturbados pelos problemas políticos que Portugal enfrentou com a Espanha. A passagem de Portugal para o domínio espanhol em 1580, devido a problemas sucessórios do trono português, aumentou os conflitos existentes entre Espanha e Holanda, pois a Holanda era politicamente uma das possessões espanholas, chamadas à época de “Províncias Setentrionais”. Havia uma luta entre os dois Estados pela independência por parte da Holanda. A Espanha em reação, quando teve início a “União Ibérica”, implantou uma política comercial restritiva à Holanda, proibindo a burguesia holandesa de continuar tendo acesso aos produtos das colônias ibéricas da América, e entre elas, principalmente o Brasil.

A resposta holandesa veio com a criação da “Companhia das Índias Ocidentais”, em 1621, constituída pela concentração de capitais de muitos comerciantes holandeses, que tinha por finalidade conquistar as áreas que fossem necessárias para dar continuidade ao acesso aos produtos das colônias ibéricas da América, incluindo-se aí o Brasil, e assim acabar com o poderio espanhol no Novo Mundo. Desta maneira a primeira tentativa de invasão holandesa no Brasil aconteceu na Bahia em 1624, mas no ano seguinte, após reunir as forças ibéricas, contando com a ajuda de algumas capitânias do Brasil, os holandeses foram expulsos do território baiano.

Mesmo assim a Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais não desistiram do intento de ocupar parte da região produtora de cana de açúcar no Brasil. Em 1630, foi a vez da capitania de Pernambuco ser atacada, visto que era a área de maior produção de açúcar à época. O ataque foi bem sucedido, pois Espanha e Portugal não tiveram condições de reorganizar os recursos para uma ação de grande tamanho contra os holandeses, tanto por estar em crise financeira, como por diversas outras dificuldades existentes em outras partes dos

seus impérios. O apogeu do domínio holandês em territórios brasílicos abrangeu em termos territoriais desde o sul da capitania de Pernambuco (hoje Alagoas) até a capitania do Rio Grande (atual Rio Grande do Norte).

Com a guerra empreendida na ocupação do território brasílico, o comércio de açúcar ficou desordenado, o que interferia nos negócios holandeses. Com a Restauração Portugal, na tentativa de recuperar-se economicamente, firmou com a Holanda em 1641 uma trégua que durou então dez anos. Durante este período, a economia açucareira pôde aos poucos se restabelecer, enquanto diplomaticamente, Portugal tentava retirar os holandeses do nordeste, sem muito ônus para sua já abalada economia. Mesmo assim, a expulsão dos holandeses não significou uma pronta melhora na economia, pois estes se estabeleceram nas Antilhas, onde foram bem sucedidos na produção açucareira, pois afinal já possuíam técnica e capital. Além disso, contavam também com um bem montado esquema de refino e distribuição do produto, podendo assim concorrer em larga vantagem com a produção brasileira.

O resultado dessa trégua implicou em um crescimento econômico na área dominada pelos holandeses, pois como as hostilidades entre estes e o governo da Bahia haviam recrudescido, o comércio do açúcar pôde ser regularizado.

Em 1643 foi criado em Portugal o Conselho Ultramarino, conselho que tinha como função organizar e administrar as colônias portuguesas e assim recuperar a economia portuguesa pós-restauração. Nesta política, em busca de integrar e aproveitar o máximo possível os recursos existentes no império português, o Brasil recebeu grande atenção da Coroa portuguesa devido a sua grande potencialidade, em especial, nos setores ligados à agricultura comercial, meta maior da política econômica reservada ao Brasil enquanto colônia, nesse período. Uma alternativa, portanto, encontrada pela administração metropolitana foi criar uma legislação restritiva ao comércio com o Brasil, a qual pretendia fortalecer o setor mercantil. Foram assim decretadas leis que garantiam a exploração comercial da colônia e que favoreceriam de imediato a economia metropolitana. Portugal buscava então encontrar alternativas que pudessem repor as perdas ocorridas durante o período da União Ibérica. Entre meados do século XVII até

meados do século XVIII, a área sob a administração da capitania de Pernambuco conheceu uma interiorização bastante significativa levada a cabo por criadores de gado. Nesse momento, foram encorajadas expedições aos sertões da colônia na busca por novos produtos e alternativas, além de terras para a criação do gado, e ainda havia a procura por minas de pedras preciosas e metais.

Essa área, que se apresentava como uma boa possibilidade econômica em termos de exploração da terra, os chamados sertões, ou seja, a parte interior da colônia, além de representar um papel relevante quanto ao abastecimento desta mesma colônia, a partir da produção de artigos de subsistência e fornecimento de carne, também poderia incrementar as exportações com a venda do couro, utilizado na manufatura de móveis, de calçados, de outros utensílios de uso pessoal e ainda como embalagem manufaturada de alguns artigos de consumo.

Na historiografia brasileira muito se valorizou a história no litoral, dado a economia açucareira e a sua importância para a colônia, e conseqüentemente, para Portugal. Porém, do chamado sertão fixou-se muito mais a idéia que ser este lugar um grande espaço vazio, e sem muito valor, que aos poucos foi sendo ocupado pelo colono, de maneira desordenada e sem muito controle.

O sertão com a abundância de terras e com a facilidade em adquiri-las, através principalmente, da aquisição de sesmarias, foi ocupado de maneira intensiva. A administração metropolitana acreditava assim resolver alguns problemas, tais como: o abastecimento interno no fornecimento de alimentos; a preocupação com novos invasores e a ordenada distribuição de terras. Mais uma vez, se percebe que a historiografia brasileira privilegiou a atividade de mineração como sendo uma das principais fontes de recursos que sustentaram a ocupação dos sertões no século XVIII, no entanto, o couro e a carne seca tiveram um papel fundamental na economia e na administração dessa região.

Podemos dizer que a organização do conjunto de elementos que definia a economia colonial foi aos poucos separando a cultivo da cana e a criação de gado, pois as terras propícias à lavoura foram rapidamente ocupadas, forçando a criação de gado a buscar ocupar as regiões interioranas. O açúcar, o tabaco e a agricultura de subsistência levaram a colonização, no máximo, a algumas dezenas

de quilômetros além do litoral. À criação do gado, por sua vez, deve-se realmente à interiorização da colonização, não apenas como uma mera exploração natural extrativista, mas de certa forma, ordenada, ou seja, uma ocupação das terras por importância estratégica e econômica não apenas para a colônia, mas também para a metrópole.

A ocupação sistemática dessas terras se consolidou com a distribuição de sesmarias. Depois da expulsão dos holandeses e com a restauração do governo português da capitania de Pernambuco, houve um re-ordenamento nas atividades econômicas, o que tornaria a penetração nos sertões mais ativa e mais sistemática. Segundo Arno Wehling, se levarmos em conta o território ocupado: “... *estima-se que, no Nordeste, a pecuária tenha sido responsável pelo significativo aumento da área efetivamente ocupada: de 4.700 km no século XVI, para 18.000 km no seguinte*”.⁵⁸ Essas sesmarias foram distribuídas a colonos luso-brasileiros provenientes da Bahia e Pernambuco, a sertanistas paulistas e a oficiais da guerra de restauração em Pernambuco contra os holandeses.⁵⁹

2.1. A capitania do Rio Grande e suas vizinhas

A estrutura produtiva da capitania do Rio Grande, na primeira metade do século XVII estava restrita à área litorânea, mais precisamente, nas áreas das ribeiras dos rios Potengi, Jundiaí, Pirangi, Mipibu (Trairi) e Ceará-Mirim.⁶⁰ Nestas áreas, uns poucos colonos possuíam roças nas quais cultivavam legumes, frutas e hortaliças, além de mandioca, milho e arroz. Além destas atividades, também

⁵⁸ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. D. de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

⁵⁹ Para elaboração da síntese da conjuntura do século XVII nos baseamos nas seguintes obras e autores: BOXER, Charles R. *O Império marítimo português: 1415 – 1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002; BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. São Paulo: Cia Editora Nacional / Edusp, 1973; BOXER, Charles R. *A Igreja e a expansão ibérica (1470-1770)*. Lisboa: Ed. 70, 1981. ; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.; BICALHO, Ma. Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.; MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989.(2 volumes).

⁶⁰ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. Natal: DIE, 2002, p.44.

havia criação de pequenos animais como cabras, porcos, galinhas e perus.⁶¹ Mas, a vocação da terra para a criação de gado já era evidente nas descrições de muitos cronistas, como Diogo de Campos Moreno, em 1609, quando afirmou que na capitania do Rio Grande: “... se dão mui proveitosamente toda as sortes de gado...”⁶². Outro cronista a relatar a vocação da capitania do Rio Grande para a criação de gado foi o Frei Vicente do Salvador, que em 1627 ao descrever esta capitania ressaltava que:

*“Cria-se na terra muito gado vacum e de todas as sortes, por serem pera isto as terras melhores que pera engenhos de açúcar...nele se dão muitas criações e outras granjearias...”*⁶³

O holandês Adriano Verdonck, a inspecionar a capitania como espião, para assim reconhecer e relatar as possibilidades que se poderia ter no Rio Grande em 1630, redigiu um relatório meticuloso para o Conselho Holandês, em Pernambuco, enfatizando a produção de: “... muito gado, farinha e milho...”⁶⁴ nestas terras.

Durante o período do domínio holandês, a capitania do Rio Grande recebeu também grande atenção e cuidados, pois a atividade de criação do gado foi de suma importância para o abastecimento das capitanias mais próximas, em especial a capitania de Pernambuco. O historiador Rocha Pombo, em 1920, em seu trabalho mostra um pouco desta dimensão da importância da criação de gado na capitania do Rio Grande, quando expõe a preocupação dos holandeses, segundo as informações do holandês Hermann Wattjen, explicando assim que:

*“O maior fornecimento de reses para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Grande. Em 1635 os conselheiros políticos exaltaram a conquista final desta capitania, como um benefício inestimável da fortuna. Sem o Rio Grande, os soldados holandeses tão miseravelmente tratados...ficariam condenados a morrer de fome, sem o Rio Grande a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento seria uma cousa impossível”.*⁶⁵

⁶¹ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: DEI, 1997, p.45.

⁶² Id.Ibidem., p. 45.

⁶³ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. 1500-1627. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 298-299.

⁶⁴ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998, p. 02.

⁶⁵ POMBO, Rocha apud. SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte* (século XVI ao XXI). Natal: DEI, 2002.

Paulo Pereira dos Santos, ao analisar a história econômica do Rio Grande do Norte afirmou que em 1630 desenvolvia-se a produção açucareira e a pecuária crescia, onde a pecuária representava a atividade econômica mais importante. E o dízimo sobre esta produção era a base da receita desta capitania. Mas, segundo Santos, durante o período da Guerra dos Bárbaros a receita baixou 50% do seu total em decorrência da violência dos conflitos. Para confirmar isso, ele informa que em 1680 a cobrança do dízimo, em relação à pecuária, atingia o valor de 900\$ e que em 1689 a receita dos dízimos mal chegava a 340\$.⁶⁶

No final do século XVIII, para se ter uma idéia da amplitude deste comércio interno da atividade de criação do gado, segundo Paulo P. dos Santos, a capitania do Rio Grande enviava para Pernambuco de 15 a 16 mil cabeças de gado de corte, tendo a criação de gado se tornado a ocupação produtiva que mais cresceu na capitania do Rio Grande. Podemos atribuir essa tendência não só a já referida “qualidade” da terra para pastos, mas também às necessidades da própria economia colonial. O gado era necessário em vilas e povoações para servir de alimento, principalmente àquelas que se dedicavam ao plantio da cana-de-açúcar, uma vez que boa parte de suas terras estava ocupada com a lavoura de cana e pouco destas ficava reservada à produção de alimentos. Havia, no máximo, uma cultura agrícola de subsistência, com plantio de mandioca, milho e feijão. No dizer de Caio Prado Júnior: “... as terras aproveitáveis, tanto pela qualidade como localização, são avidamente ocupadas, não sobrando espaço para outras indústrias.”⁶⁷

Os engenhos também tinham a necessidade do gado para tração, Schwartz informa que: “... num engenho de tração animal necessitava-se de 12 a 14 juntas de seis a oito bois para a limpeza, cultivo e colheita, e 3 a 4 juntas de seis a oito bois para fazer o engenho funcionar”⁶⁸. É fácil compreender que o gado fosse tão necessário às atividades que exigiam trabalho pesado e que as capitanias

⁶⁶ SANTOS, Paulo P. dos. Op. Cit., p. 61.

⁶⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 31ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.182.

⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juízes*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 90.

vizinhas da Paraíba e de Pernambuco estavam fortemente envolvidas com a atividade açucareira, iniciando-se aí uma relação de complementaridade entre o Rio Grande (a criação de gado) e as capitanias vizinhas.

Mas além dos engenhos, outras atividades faziam uso da tração animal, principalmente, o transporte de mercadorias e nas atividades agrárias em geral, ou mesmo na coleta da lenha para os fornos. Ou ainda, em atividades que usavam o couro do boi para a conservação de um produto, tal como o uso do couro na conservação do tabaco, em que os rolos de fumo eram envoltos em couro de boi para depois serem armazenados ou transportados.

André João Antonil também ressaltou em “Cultura e Opulência do Brasil”, a relevância da exportação de couro para Portugal nas oficinas de sapateiros no Reino, dando como exemplo a capitania de Pernambuco. Como boa parte da produção da capitania do Rio Grande era exportada via Pernambuco, não seria impossível se boa parte desse couro não ser advindo da mesma.⁶⁹

2.2. Colonização, economia e resistência indígena.

Com a saída dos holandeses das capitanias de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande, teve início a recuperação das atividades produtivas nas mesmas. No Rio Grande, com a re-integração do Senado da Câmara de Natal, em julho de 1659, houve um estímulo para que os colonos retornassem à capitania e pudessem retomar a posse de suas terras e desta forma, retornassem à ocupação produtiva. Intensificou-se a doação de terras (sesmarias) a fim de implementar uma atividade econômica que pudesse não só sustentar os colonos que nela viviam, mas também atender às necessidades da metrópole. Nos sertões, com o clima semi-árido a atividade privilegiada foi a criação de animais, em especial, o “gado vacuum”, que atendia o mercado de alimentos com a carne, o leite e seus derivados, e o mercado de couros. O curso dos rios eram as principais vias de penetração colonizadora pelos sertões, pois suas margens eram propícias à organização de roças e favoreciam o estabelecimento de currais.

⁶⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 39.

No final do século XVII, período analisado nesta dissertação, a capitania do Rio Grande despertava grande interesse econômico para a Coroa Portuguesa. Na viragem estrutural do Império Português, que se deslocava da Ásia para o Atlântico, a capitania do Rio Grande foi considerada estratégica pelo príncipe Pedro II. Segundo ele, em carta de 19 de fevereiro de 1682, ao Provedor da Fazenda de Pernambuco, João do Rego Barros:

“... se pagasse dízimos das lavouras, pescarias e alguns gados... e que nas terras do sertão e praias pertencentes àquela capitania estavam situados alguns currais de gado e outros que de pouco se iam pondo e no sítio das salinas carregam todos os anos muitos barcos de sal de que se proviam todas aquelas capitanias levando neles muitas redes com que se faziam importantes pescarias...”⁷⁰”.

O que garantiria a efetiva presença da Coroa na região.

Percebe-se, assim, que a capitania do Rio Grande ao final do século XVII, além da produção para pura subsistência também se destacava numa certa importância dentro do comércio intra-colonial. Porém, em pouco tempo, as áreas mais distantes e interioranas da capitania também começaram a ser povoadas, sendo essas terras à época chamadas de “devolutas” e “desaproveitadas”, e os indígenas que nelas habitavam foram considerados um incômodo obstáculo que precisava ser superado para garantir a ocupação, a não ser que pudessem ser utilizados como mão-de-obra barata em currais e lavouras.

Frente à efetiva conquista dos sertões e reorganização econômica da capitania do Rio Grande, a forma de conquista implementada não tardou a encontrar nos indígenas locais um empecilho para a colonização. Iniciam-se aí os conflitos entre Tapuias e colonos, que marcaram essa conquista no final do século XVII.

Durante os conflitos da Guerra dos Bárbaros, boa parte das ribeiras no sertão continuava a ser procurada pelos colonizadores. A segurança que o Presídio do Assu, na capitania do Rio Grande, com seus soldados garantia a esses colonos, levava-os a procurar novas terras para expansão e criação de

⁷⁰Carta do príncipe D. Pedro II ao provedor da Fazenda João do Rego Barros. DPH / Ufpe, AHU, Códice 256, f. 44 V.

gado. O Conselho Ultramarino deu conta ao rei, em 1697 que os “gentios” estavam em paz e que: “... *nos distritos desse presídio chegaram moradores e cresceram novos currais, e se vai povoando como antes do levantamento do gentio que se acha sossegado*”.⁷¹

As frentes de conquista nos sertões da Colônia tiveram então de enfrentar e derrotar os indígenas, pois esses embates pela ocupação da terra geraram vários conflitos, independentes entre si, pois à medida que se dava a interiorização, também se efetuava um contato maior entre brancos colonos e indígenas nativos. Esses contatos criariam uma série de guerras e de acordos de paz, tudo isso acentuado por idéias já formuladas, de um lado e de outro, após a expulsão dos holandeses, pois muitas tribos Tapuia haviam se associado aos holandeses, criando nos portugueses uma aversão a esses grupos indígenas. A interiorização e a penetração nos sertões também criaram sérias dificuldades para a obtenção de alimentos por parte dos Tapuia, já que a sua subsistência se baseava na caça, pesca e coleta de mel e frutos silvestres, principalmente, nas ribeiras já ocupadas pelos colonos. Desta forma, tem início o que Hilda Baqueiro chamou de “círculo de ação-reação-repressão”, onde cada nova ação gerava uma nova reação.

A exploração das terras dos sertões, à medida em que se tomava posse e se ocupavam tais terras com o gado e com lavouras, e ao se tomar os índios como escravos, fez com que alguns desses grupos indígenas respondessem na forma de resistência armada à colonização e aos colonos, o que por sua vez, estimulou a pronta investida dos colonos contra os indígenas.

Esta investida dos colonos contou com a ajuda de sertanistas mercenários, denominados à época como “os paulistas”, e desta forma, os colonos expulsaram, escravizaram e mataram muitos indígenas. Uma confirmação disto pode ser vista numa carta enviada ao rei de Portugal pelo capitão-mor da capitania do Rio Grande, datada de 19 de julho de 1687, em que este informou sobre a “... *rebelião do gentio tapuio da nação jandoim*”, acontecida após a expulsão dos holandeses de quem eram confederados, e que se: “... *senhoraram do sertão onde sempre viveram com ódio aos portugueses*”.

⁷¹ Resposta do Conselho Ultramarino a uma consulta do rei. DPH / Ufpe, AHU, Códice Nº 265, f. 117/ 117 V.

Nessa rebelião, os Tapuia mataram cerca de quarenta vaqueiros que estavam há aproximadamente sessenta léguas da Fortaleza dos Reis Magos, de onde o capitão-mor escrevera a carta. Os ditos Tapuia haviam atacado também as fazendas dos moradores. Assim, *“... frente a essas insolências mandou marchar tropas em seu alcance que pelejando com eles por duas vezes mataram muitos”*.⁷²

Esses levantes assumiram proporções tais que obrigaram as autoridades coloniais a tomarem atitudes mais violentas contra os indígenas. Conforme avançava a colonização, mais acirrados se tornavam os levantes dos indígenas na tentativa de se defender da ocupação do seu território, e por estar em maior número e por ter maior conhecimento da região, inicialmente, a guerra deu certa vantagem a esses grupos indígenas.

A ocorrência desses conflitos e a existência desta vantagem indígena nos embates criaram uma situação tal que exigiu uma solução urgente, pois esta situação criara um clima de pânico geral nos colonos que ameaçavam deixar a capitania. Tal fato ameaçava os planos da Coroa para o desenvolvimento da capitania do Rio Grande, mas também abria uma brecha na defesa dos territórios das capitanias vizinhas. Em uma carta enviada pelo rei de Portugal ao governador da capitania de Pernambuco, Antonio Félix Machado, datada de 26 de dezembro de 1691, o rei afirmava sobre a necessidade de se manter a defesa do território:

“... de se conservar na Ribeira do Assu os quartéis que o Capitão-Mor do Rio Grande, Agostinho Cezar de Andrade mandou fazer para a defesa dos assaltos que o gentio rebelde costumava dar aqueles moradores, impedindo-lhe a passagem para a Capitania do Ceará com tais questões”.⁷³

Deixar os caminhos livres era então de grande importância para a administração e desenvolvimento das capitanias do Norte, pois era através desses caminhos e estradas que se enviavam correios, mantimentos, munição, e demais artigos; e também pelas quais se levava o gado para ser vendido nas feiras e praças coloniais.

⁷² Carta do capitão-mor do Rio Grande ao rei de Portugal. DPH / Ufpe, AHU, Microfilme Caixa RN1.

⁷³ Carta do rei ao governador da capitania de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice Nº 256, f. 129.

Percebemos também esta preocupação em um documento, no qual Matias da Cunha escreveu para o governador de Pernambuco, João da Cunha Sotto Maior, sobre a viabilidade de se mandar duas Companhias do Terço do Camarão e Henrique Dias à capitania do Rio Grande, que se achava em prejuízo com a Guerra dos Bárbaros. Diz assim o governador geral no documento: “*Vossa Senhoria me deu conta do **aperto** que se achava a Capitania do Rio Grande com a guerra dos Bárbaros*”, e acrescentava ainda a importância de se ter à disposição estes Terços de Pernambuco, com os quais se poderiam ajudar os colonos a debelarem os conflitos, pois “... *não podendo eles sós resistir ao poder de um inimigo que tanto **os aflige, e lhes destrói as fazendas***”.⁷⁴ (grifo nosso)

Os estragos decorrentes dos levantes indígenas prejudicavam a exploração efetiva das terras, não só as da capitania do Rio Grande como também das demais capitanias do Norte, e isto pode ser observado em carta datada de 03 de dezembro de 1694, em que o rei dá seu parecer sobre os prejuízos causados por esses conflitos, deixando ao governador geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastro, a atribuição de controlar e ordenar tal situação:

*“Havendo visto o que me escrevestes vós, e o Capitão-Mor, e os oficiais da Câmara do Rio Grande sobre a forma que se devia dar parte de alguma maneira se pôr termo a guerra dos índios na Capitania do Rio Grande e se cuidar as ruínas que se tem padecido assim nela como em todas as mais do Ceará até a Bahia”.*⁷⁵

À medida que os interesses da Coroa eram ameaçados pelos levantes dos indígenas, de imediato iniciavam os pedidos e providências de socorro, pois a capitania do Rio Grande era tida como de grande importância para as demais capitanias do Norte, tanto pela questão da segurança quanto pela questão do abastecimento. Em mais de um documento, o governador geral Matias da Cunha ressaltava a necessidade de se amparar a capitania do Rio Grande e seus habitantes. Como exemplo, citamos trechos de dois deles, o primeiro documento, de 14 de março de 1688, endereçado aos oficiais da Câmara de Olinda, em que diz:

⁷⁴ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 247-248.

⁷⁵ Carta do rei ao governador de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice Nº 256, f. 186 V.

“... ordeno a Vossas Mercês o faça, e com grande zelo com que sempre esse Senado costumou servir à Sua Majestade ajudem ao dito Governador pela parte que lhes toca na expedição desse socorro de maneira que não se detenha (se possível for) um instante, pois qualquer dilação pode ser mais grave e mais irremediável o perigo daquela Capitania de que tanta dependência tem estas do Norte...”⁷⁶

O segundo documento, na mesma data, endereçada ao provedor da Fazenda de Pernambuco, João do Rego Barros, que afirma: *“... as razões maiores da conservação de uma Capitania que perdida é tão evidente consequência em prejuízo das demais do Norte”*.⁷⁷

O Forte dos Reis Magos, assim como outras fortificações no Brasil, era de suma importância na defesa da colônia contra as invasões estrangeiras, e especificamente durante o período da Guerra dos Bárbaros, pois esta praça forte esteve sempre em estado precário, tanto nas questões referentes às estruturas, quanto no que dizia respeito às munições e peças de guerra (canhões) e número de homens aquartelados. E apesar de seu estado precário, a Fortaleza dos Reis Magos no Rio Grande, era considerada uma das melhores entre as Capitânicas do Norte, tanto que em 29 de outubro de 1688, em carta do governador geral Frei Manuel da Ressurreição ao provedor da Fazenda da capitania de Pernambuco, indica qual o socorro que seria dado, e assim se referiu sobre a dita fortaleza: *“... e cinqüenta infantas ao menos para a Fortaleza do Rio Grande, que sendo a melhor do Estado se não acha mais que com sete estropiados, como Agostinho Cezar me avisa...”*⁷⁸

Boa parte dos dividendos da Fazenda do Rio Grande foi consumida na manutenção da guerra contra os Bárbaros. O pagamento de soldos, fardas, farinha de guerra, armas e munições deixavam a Fazenda Real em baixa, como também atrasava o pagamento dos dízimos e outros impostos por parte das demais capitânicas envolvidas na Guerra dos Bárbaros. A Guerra dos Bárbaros impedia o crescimento de uma região com boas possibilidades e onerava os cofres públicos.

⁷⁶ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p.268.

⁷⁷ Idem., p. 273.

⁷⁸ Idem., p. 337.

Sobre este problema, podemos ver as despesas decorrentes da Guerra dos Bárbaros em documento de 14 de março de 1688, do governador geral Mathias da Cunha ao provedor da Fazenda do Rio Grande, em que este afirma:

*“Por alguns moradores desta cidade serem também interessados nas terras e currais desta Capitania ordenei a Câmara dela que concorresse também para esta guerra com 300\$000 em dinheiro dos quais se mandou cento a um Governador das Armas Paulista ... e os 200\$000 para se empregarem em farinhas que Vossa Mercê irá remetendo à ordem do Coronel Antonio de Albuquerque pelos avisos que ele lhe fizer”.*⁷⁹

Em outro documento, de mesma data, o então governador geral escreveu ao capitão-mor do Rio Grande Manuel de Abreu Soares, informando sobre a quem deveria o sustento da guerra contra os índios: *“As Câmaras hão de sustentar esta infantaria na campanha, como a sustentava na praça por conta de suas consignações, e os Índios e Pretos por contribuição do povo que assim lho ordeno”.*⁸⁰

Ainda sobre as dificuldades e despesas advindas da guerra, Mathias da Cunha em carta ao coronel Antonio Albuquerque da Câmara, de 14 de março de 1688, comenta a respeito dos sofrimentos vividos pela capitania do Rio Grande e de seus habitantes durante a Guerra dos Bárbaros e dá indicações de quem deveria arcar com as despesas da dita guerra:

*“Desejando socorrer esta Capitania pelo aperto em que Vossa Mercê, o Capitão-Mor, e Câmara dela me representaram... ordenei ao Governador de Pernambuco João da Cunha Sotto Maior ... que a toda pressa mande ... todas as armas, e munições necessárias para essa guerra, com faculdade de despende 600\$000 da Fazenda Real nas conduções e aprestos necessários, e mais 300\$000 para se darem cento aos pretos, e duzentos aos índios ...”*⁸¹

Em outra seção da mesma carta e ainda discorrendo sobre despesas com a guerra, Mathias da Cunha esclarecia:

“O sustento da infantaria nessa campanha há de correr por conta das Câmaras de Pernambuco, Tamaracá, e Paraíba, e o dos índios e negros pela

⁷⁹ Idem., p. 273-274.

⁸⁰ Idem., p. 275.

⁸¹ Idem., p. 277.

*contribuição dos Povos das ditas Três Capitanias excetuando-se essa. E para a ajuda de se sustentar a gente que Vossa Mercê tem à sua ordem, ordenei a Câmara desta cidade que concorresse também com 200\$000 que aqui há de pagar, e o Provedor da Fazenda Real dessa Capitania saca letra à vista sobre ela, empregá-los aí em farinhas que há de ir remetendo à ordem de Vossa Mercê pelos avisos que Vossa Mercê lhe fizer, como lhe ordeno por carta minha”.*⁸²

Uma região que se apresentou como uma grande possibilidade produtiva para a recuperação da economia do Estado português, tornar-se-ia agora fonte de despesa e gastos para a Fazenda Real e para as demais capitanias do Norte envolvidas no processo da guerra. Urgia uma solução por parte dos colonizadores para pôr termo à guerra e assim liberar o erário dos gastos extraordinários, e, da mesma forma, liberar os colonos para as atividades produtivas. Além dessas despesas, outro problema era sentido pela Fazenda Real, que eram os impostos atrasados que deveriam ser pagos por estas capitanias, pois tais atrasos implicavam em cobrir este déficit de alguma forma.

A respeito desses atrasos dos impostos, Mathias da Cunha se remete aos provedores da Fazenda da capitania da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande, em 05 de setembro de 1688, exigindo o pagamento o quanto antes e afirma assim:

*“A forma que Vossa Mercê há de ter em me remeter as propinas que tocam a este Governo dos dízimos desta capitania é mandá-los entregar no Recife ao Provedor da Fazenda João do Rego Barros, a quem ordeno as cobre cada ano pela omissão que nessas Capitanias do Norte se tem experimentado em se enviarem a pagar com a pontualidade que era justo, a esta cidade e ficar mais suave aos contratadores entregá-las em Pernambuco para o dito Provedor m’as remeter e lhe dar as quitações delas”.*⁸³

A situação de penúria decorrente das despesas, gastos da Fazenda e a pouca produtividade dos colonos estabelecidos nas terras em função da guerra contra os indígenas, colocava as capitanias do Norte, principalmente nas áreas dos sertões, em situação de urgência no rol das decisões administrativas coloniais. Tal contexto de preocupante situação de risco pode ser vista em um documento, datado de 12 de outubro de 1688, em que Mathias da Cunha

⁸² Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 278.

⁸³ Idem., p. 301-302.

escreveu ao governador de Pernambuco, falando sobre as despesas da Fazenda Real e do socorro que deveria ser enviado à capitania do Rio Grande:

*“E porque o Provedor da Fazenda Real dela João de Rego Barros me representou quanto esta se achava exausta, pelas apertadas ordens de Sua Majestade e se não poder faltar ao cumprimento delas, e me avisar que na Capitania de Itamaracá se estavam devendo 14 ou 15 mil cruzados e nelas supponho haver a mesma proibição para ser despendido, e Sua Majestade se serviu conceder pelos capítulos 31 e 32 do Regimento novo deste Governo a faculdade que deles se vê nas ocasiões de guerra, e defesa do Estado, e a presente dos Bárbaros prepondera mais que todas as ditas ordens de Sua Majestade resolvi em Mesa da Fazenda a que pelos oficiais reais mando remeter ao dito Provedor da Fazenda, a quem eu envio cópia dos ditos capítulos para que mande cobrar tudo o que Sua Majestade proíbe, e tem mandado se remeta a Portugal, nos socorros, e exigências daquela guerra, e na forma do capítulo 31 se valha dos empréstimos que Sua Majestade dispõe; **pois não há caso mais urgente que o que se está experimentando, na ruína de uma Capitania que perdida é disposição inevitável para as outras do Norte, que tanto tem assombrado as hostilidades do Bárbaro**”.*⁸⁴

Em 1689, o então governador geral do Brasil Frei Manoel da Ressurreição, em carta ao mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, comentou sobre a precariedade em que se encontrava a Fazenda Real da Bahia. Na carta, o frei fez questão de frisar que apesar dele estar assumindo um cargo secular, ainda era um prelado eclesiástico e que por isso deveria dizer a verdade. Ao descrever os motivos pelos quais não poderia atender aos pedidos de socorro por conta da Guerra dos Bárbaros, afirmou que:

*“A Fazenda Real da Bahia de nenhuma sorte se acha em estado para poder concorrer para a grande despesa que demandam as condições do papel, que são tais que creio toda a Capitania do Rio Grande não vale tanto como elas importam em pouco tempo. Três anos há que tem quebrado os contratadores com dívidas de mais de 200 mil cruzados. O ano que agora acaba arrendaram-se os dízimos por sessenta e seis, e as consignações importam oitenta, e este ano não houve quem promettesse por eles nem pouco nem muito, e se cobram de necessidade pela Fazenda Real”.*⁸⁵

O frei Manoel da Ressurreição ordenou também explicar aos paulistas que para se pagar à infantaria foi necessário que ele mesmo a pagasse com suas côngruas (salários), no valor de 3.500 cruzados e que esta soma ainda não havia

⁸⁴ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 325-326.

⁸⁵ Idem., p. 374.

sido restituída a ele. Explicou também que não adiantava pedir socorro à Fazenda Real de Pernambuco, pois a mesma já se achava “exausta” e somente os moradores é que podiam acudir com alguma coisa para a guerra, e que desta forma não adiantava prometer que enviaria socorro, pelo fato de ter certeza não haver condições para suprir as necessidades. E admitiu que, se pudesse, ajudaria com seus próprios recursos, e explicitando o motivo de não se ter dinheiro para se enviar como socorro para as demais capitanias envolvidas na dita guerra, afirmou que:

*“Esta guerra se bem é verdade que está muito dilatada pelo pouco que tem obrado os Cabos dela; contudo, já está mui remissa pela parte dos tapuias, que andam tímidos, e afugentados; mas basta sua dilação, e a despesa que estão fazendo os nossos em diversas partes para ser muito prejudicial”.*⁸⁶

José Lopes de Ulhoa, comentou em uma carta datada de um ano antes, endereçada ao rei de Portugal Dom Pedro II, sobre como seria problemático resolver a questão financeira com as despesas da Guerra dos Bárbaros, na capitania do Rio Grande. Dizia ele, na carta, que como ele era filho do Brasil e como tinha muitas informações sobre os Tapuia, poderia comentar sem medo de errar a respeito de como seria inconveniente e dispendioso para a Fazenda Real manter-se uma guerra contra esses indígenas. Explicava como foi onerosa para a Fazenda Real da Bahia a guerra feita contra os indígenas alguns anos antes, nos sertões da dita capitania. Desta forma, era compreensível que em 1689, quando o então governador geral do Brasil, Frei Manuel da Ressurreição escreveu a carta, a Fazenda Real da Bahia já se achasse esgotada e sem muitos recursos, pois a chamada Guerra do Recôncavo consumiu boa parte dos dividendos e deixou os cofres públicos em baixa, não só pela própria despesa com a guerra, mas também com a baixa produtividade da região envolvida no conflito. José Lopes Ulhoa escreveu então sobre tal questão:

“... a despesa da Fazenda de Vossa Majestade que há de ser grande, pelas experiências que tenho como testemunha de vista. Nas entradas que Afonso

⁸⁶ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 375.

*Furtado mandou fazer no sertão da Bahia sendo diferentes as nações porque tinham aldeias certas, dentro das quais foram presos, passou a despesa de trinta mil cruzados o que sei porque servia naquele tempo meu pai Antonio Lopes Ulhoa de Provedor Mor da Bahia, na Capitania do Rio Grande não tem Fazenda de Vossa Majestade rendimento para muito menor despesa, e ainda que a houvera não parece justo que se despenda podendo haver caminho mais suave para a aquietação”.*⁸⁷

Notamos a preocupação de Ulhoa em explicar de que forma se poderia encontrar um caminho menos dispendioso do que o conflito armado, e que não seria nada vantajoso, uma guerra para uma capitania que não possuía um rendimento suficiente para arcar com as despesas. Talvez, até já prevendo que pelo caminho do conflito armado as demais capitanias seriam chamadas a ajudar financeiramente, com homens e com os gêneros necessários na manutenção de uma guerra, além do que isso seria prejudicial à manutenção da pouca riqueza disponível em todas elas em função dessas dificuldades.

Segundo o governador geral Antonio Luis G. da Câmara Coutinho, em resposta ao mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, em 03 de outubro de 1692, outro fator complicador era o fato de que a situação dos soldados em campanha era muito precária, faltando-lhes soldo e até mesmo farda e a solução proposta por Câmara Coutinho era enviar o que pudesse da capitania da Bahia. Essa situação pode ser comprovada através de dois trechos da carta acima citada:

*“... por não ter com que sustentar a pouca gente que lhe assiste, andarem os soldados nus, e quase em desesperação acrescentada no desengano de Sua Majestade os não mandar socorrer mais que com cento e cinqüenta mil réis que Vossa Mercê trabalhou muito com todos para os aceitarem”.*⁸⁸

E sobre o problema das fardas prometia que:

*“... dispondo mandar a esta gente para se cobrir na primeira embarcação que for para Pernambuco o que do armazém das fardas que se ficam dando a infantaria desta praça se puder tirar, pois tão justamente os merecem”.*⁸⁹

⁸⁷ Carta sem data do capitão-mor José Lopes Ulhoa, vista pelo Conselho Ultramarino em 22 de março de 1688. DPH /Ufpe, AHU. Microfilme Caixa RN 1.

⁸⁸ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XXXVIII, 1937, p. 295.

⁸⁹ Idem., p. 295.

Na tentativa de impedir as hostilidades da guerra e os estragos que os indígenas poderiam fazer nos sertões, o rei de Portugal D. Pedro II ordenou ao então governador geral do Brasil, em 1694, que se estabelecessem no Assu, Jaguari e Piranhas seis aldeias de índios, com duas aldeias em cada um destes rios e com cem casais cada aldeia, e mais vinte soldados pagos e seu cabo, todos escolhidos entre os melhores e mais experimentados nesse tipo de serviço. Com esta ordem se buscava deter o avanço dos indígenas rebelados, se fazendo ocupar as terras dessas ditas ribeiras com aldeias de índios reduzidos e que poderiam tornar estas terras produtivas, e assim, não ficassem sujeitas aos ataques dos bárbaros, promovendo maior segurança aos moradores já existentes na capitania.

Com as ditas aldeias, as casas e as fazendas não ficariam à mercê da violência e furor dos bárbaros, e não só a capitania do Rio Grande, mas também toda a Paraíba e toda a Itamaracá. Como ressaltou D. João de Lencastro, além dessa razão militar no tocante à segurança da capitania e seus moradores, havia uma outra razão para a ocupação dessas ribeiras: a importância que o gado do Rio Grande representava para as demais capitanias do Norte, pelo fornecimento de carne para alimentação dos moradores. Segundo o mesmo D. João de Lencastro: *“... que dos gados do Rio Grande se sustentam geralmente os Povos dessa Capitania, e das outras duas...”*.⁹⁰

Durante esse período novas diretrizes foram tomadas pelo Governador Geral, Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho, que em 1690 reformulou as estratégias e táticas para a Guerra dos Bárbaros, pois ficava a partir de então dissolvidos todos os outros Terços, mantendo-se um único Terço de Paulistas sob o comando do mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida. Este comandaria tropas de índios e demais voluntários que quisessem lutar na guerra sem vencer soldo (receber pagamento), mais um sargento-mor, um capitão-mor e quatro capitães. Com estas mudanças, muitas vitórias foram obtidas pelos colonos, o que resultou, na maioria das vezes, em pedidos de paz da parte dos indígenas.

⁹⁰ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XXXVIII, 1937, p. 311.

O conde Miranda Andrada, em resposta à petição do Cabo das Tropas dos Índios de Pernambuco, Antonio Mendes, em 28 de novembro de 1659, escreveu à S. Majestade a respeito de problemas com os índios Tapuia, ou seja, da possibilidade destes virem a se assenhorearem dos sertões das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Foi ele um dos primeiros agentes da colonização do Rio Grande a chamar a atenção para a resistência dos tapuias. Esses tapuias, segundo Antonio Mendes informou, habitavam a Serra da Copaoba na capitania do Ceará e:

“... de nação Cariris infieis, que facilmente receberam nossa santa fé, e sagrado batismo, distantes destes há outros tapuias, da casta dos Janduís, que também receberam nossa amizade, e a mesma fé, se houver quem os reduza, porque são soberbos, e mal intencionados, e fizeram muitas tiranias entre os nossos a respeito de seguirem a parcialidade de um capitão holandês, e hoje se vão fazendo poderosos, por terem muita criação de éguas, e com qualquer disciplina nos poderão fazer muito dano...”.⁹¹

Podemos perceber através deste documento, a noção que tinham os colonos sobre os Tapuia e o temor que os mesmos geravam nos colonos brasílicos, pois o conde se refere a estes indígenas como infieis o que possibilitaria assim, a declaração de uma guerra justa. Ao tomar conta dos sertões, estes Tapuia impossibilitariam a posse definitiva da terra, e era necessário então que se tomasse as devidas providências para que tal possibilidade não se concretizasse.

Ainda sobre a questão da necessidade de redução do gentio Tapuia, como solução à dita soberba e rebeldia desses índios, no mesmo documento, o conde Miranda de Andrada aconselhava a se enviar para os sertões do Brasil o padre Pedro de Lara, que assistia há dois anos na Corte em Lisboa, pois:

“... por ser mui perito em sua língua e respeitado entre os índios, como se viu na redução dos que se rebelaram, com os holandeses, os quais com grande facilidade os fez recolher para as suas aldeias...”.⁹²

⁹¹ Documentos para a História do Brasil. Coleção Studart. Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Tomo 34, 1920, p. 327.

⁹² Documentos para a História do Brasil. Coleção Studart. Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Tomo 34, 1920, p. 328.

O padre Pedro de Lara então, levaria consigo a instrução de reduzir e conduzir os índios que foram transferidos para o Ceará e Camocim às suas aldeias originais. Levaria também: *“o perdão das culpas que estes índios tiverem cometido em se lançar com os holandeses, no tempo que ocuparam aquelas capitanias...”*.⁹³

Além desses motivos relacionados à ocupação da terra e à redução dos indígenas, devemos considerar que na necessidade de braços para o trabalho no Rio Grande e com a falta de recursos para a compra de escravos negros, isto levou alguns colonos a se utilizar largamente da mão-de-obra indígena. A exemplo disso, podemos citar uma carta de 23 de janeiro de 1685, em que o rei de Portugal pede mais informações ao Governador de Pernambuco acerca do pedido dos colonos da capitania do Ceará que justificavam a necessidade de: *“... conceder-se aos ditos moradores índios e índias para os servirem por não terem escravos da Guiné”*.⁹⁴

A prática de se cativar os prisioneiros das guerras de conquista era um procedimento legal e normal nas colônias, o que permitia assim, que a utilização do trabalho forçado escravo ou semi-escravo indígena fosse a principal forma de trabalho até o século XVIII, em capitanias como a do Rio Grande e a do Ceará.

Em 1672, O governador geral do Estado do Brasil Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, em carta ao governador de Pernambuco Fernão de Sousa Coutinho, informou que sobre a liberdade dos indígenas havia muitos documentos, mas que em função das *“... hostilidades que os desta capitania tem feito a seus moradores...”*, se tinham feito: *“... em junta de todos os Prelados, e Ministros que fossem cativos os prisioneiros em guerra viva”*.⁹⁵ Desta forma, a indicação para se cativar índios deveria ser analisada pelas máximas autoridades coloniais, e esta indicação só seria dada se a guerra fosse considerada justa, isto é, se houvesse a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses e a recusa à conversão ou o impedimento à propagação da fé cristã.

⁹³ Documentos para a História do Brasil. Coleção Studart. Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Tomo 34, 1920, p. 329.

⁹⁴ Carta do rei ao governador de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice Nº 256, f. 54 V.

⁹⁵ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 55-56.

Em uma carta do rei de Portugal, D. Pedro II, endereçada ao governador da capitania de Pernambuco D. Fernando Martins de Mascarenhas de Lencastro, de 11 de janeiro de 1701, o monarca afirma sobre a questão da compra e venda de índios cativos:

*“... que os índios que se venderem e comprarem nas vilas e seus termos se não possam comprar nem vender senão em praça pública, porém os que se venderem nos sertões onde não há justiças mais que os juizes que tenho ordenado se façam que estas vendas sejam com autoridade do juiz do seu distrito...”*⁹⁶

A guerra foi vista como uma forma justa de se cativar, até mesmo os indígenas dos sertões que estivessem em paz com os colonos, o que criou uma forte tensão entre eles. O governador geral do Estado do Brasil Antonio Luis de Sousa Teles de Menezes (Marquês das Minas), em 03 de novembro de 1684, se remeteu a Câmara do Rio Grande sobre a notícia que teve sobre alguns oficiais intentarem em perturbar as aldeias dos índios existentes no Rio Grande que estavam em paz sob os cuidados dos Jesuítas, quando alguns oficiais retiraram esses índios das aldeias dos padres para os utilizarem no trabalho nas suas casas e fazendas. Teles de Menezes em sua carta dava o seguinte aviso:

“Vossas Mercês se não intrometam com fazerem semelhante excesso que por nenhum caminho lhes pertence, porque constando-me o contrário os hei de mandar vir presos a esta cidade dar a razão de sua desobediência: porém espero que Vossas Mercês obrem em tudo de maneira que Sua Majestade se dê por bem servido e eu tenha que agradecer a Vossas Mercês o zelo com que o servem”.⁹⁷

Em uma carta ao ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reymão, de 13 de dezembro de 1700, o rei de Portugal deu como injusta a guerra empreendida contra os tapuias da nação Paiacu pelo Mestre de Campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, situado na ribeira do Jaguaribe, pois os índios desta ribeira estavam em paz e aldeados, e dizia então que:

⁹⁶ Carta do rei ao governador de Pernambuco, Fernando M. M. de Lencastro. DPH / Ufpe, AHU, Códice Nº 257, f. 64 V.

⁹⁷ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 206-207.

*“... se não poder considerar com o cativoiro que fez nos que ficaram vivos tomando-os para si, e repartindo-os pelos seus soldados, assim porque os que estavam batizados ainda em caso de guerra justamente podiam ser cativos para efeito de perderem a liberdade como porque os que não estavam também o não deviam ser por estarem em paz e ainda que se verifique que pretexto com que o dito Mestre de Campo diz lhe fizera a tal guerra nunca se podia considerar bom o tal cativoiro por serem chamados debaixo do seguro da paz”.*⁹⁸

Notamos então que a respeito do cativoiro dos índios havia contradições entre o que a Coroa declarava e aquilo que era posto como necessidade pelos colonos nessas capitanias do Norte, que em sua maioria não possuíam condições de obter escravos negros para o trabalho nas fazendas. A saída para esses colonos foi então fazer uso da mão-de-obra indígena, nem que para isto fosse preciso burlar as regras de declaração de liberdade ou de guerra justa.

Os grupos indígenas que a partir de então aceitaram a paz, ou que foram dominados, foram remanejados do sertão para as muitas missões de aldeamento existentes próximas ao litoral como uma forma de se evitar novos levantes e assim permitir que as Capitanias retomassem as suas atividades produtivas.

Numa espécie de sentido e direção inversos, enquanto indígenas dantes rebelados, agora pacificados ou dominados, eram trazidos e descidos para as missões de aldeamento nas proximidades do litoral da capitania, por outro lado, ocorria um avanço colonizador cada vez maior em direção ao sertão, ocupando essas terras através da doação de novas sesmarias e com a instalação de currais de gado cada vez mais para dentro dos sertões.

⁹⁸ Carta ao ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reymão. DPH / Ufpe, AHU, Códice N° 257, f. 74.

CAPÍTULO III

O MURO DO DEMÔNIO: TAPUIAS E COLONOS NOS SERTÕES

O objetivo deste capítulo é o de discutir e analisar a chamada Guerra dos Bárbaros a partir de uma perspectiva que considera as especificidades históricas e culturais dos sertões da capitania do Rio Grande no final do século XVII.

Como ponto de partida, tomamos dois aspectos essenciais de nosso objeto: de um lado a Guerra dos Bárbaros e a conjuntura econômica portuguesa na segunda metade do século XVII, num período de crise e ruína econômica, que após a paz com Holanda e Espanha transformou o Brasil no coração da economia lusa; e de outro lado, a Guerra dos Bárbaros e uma nova cultura que se amoldava, dentro de um novo sistema de organização das idéias e sistemas administrativos, bem como o da organização militar.

Não podemos negar que durante o período colonial no Brasil a defesa do território foi uma preocupação constante, pois vários documentos da época, relativos à administração da colônia, traziam esta preocupação, desde os Forais dos primeiros donatários até o Regimento de Tomé de Sousa, de 1549. Até mesmo os títulos dados aqueles que recebiam cargos na administração colonial eram associados a postos militares, como por exemplo, o de governador e o de capitão-mor. Porém, devemos considerar que devido às particularidades da colônia, a cultura militar que vigorava em Portugal, não poderia e não foi pura e simplesmente transposta ao Brasil, pois na realidade a transposição exigia mudanças e adaptações.

Segundo John Keegan⁹⁹, a guerra é um produto da cultura e um instrumento de cultura, portanto, a história militar enquanto um acontecimento exerce influências sobre a historiografia relativa às guerras de um Estado. É a história militar a função dos efeitos que os eventos militares provocaram em uma

⁹⁹ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

dada sociedade, tanto sobre a sociedade de uma forma mais ampla quanto sobre seus historiadores. Desta maneira, podemos compreender a relação entre os estudos históricos e a historiografia militar. Para tanto, Keegan cunhou a expressão: “história vista de baixo”, para designar a visão não oficial de um episódio ou campanha militar, pois o mesmo historiador tem uma percepção da história militar não apenas como o estudo das ações de determinados personagens, mas o estudo das instituições. Para Keegan, o fenômeno da guerra envolve muito mais do que a política e o direito, pois a guerra é também uma expressão da cultura em um sentido amplo. Ela é, tanto um determinante quanto um resultado dos meios culturais e técnicos, sendo, pois, assim um fenômeno altamente complexo, que muda com o tempo, não só nas suas formas, mas também os sentidos.

Assim, a guerra amolda-se e delineia-se conforme suas necessidades e particularidades, e não se encontra isolada da sociedade que a abrange, não sendo assim inerente e distinta de uma história mais ampla dessa sociedade. Assim, para melhor compreendermos as formas culturais da Guerra dos Bárbaros, devemos retomar aqui as crônicas coloniais e os estudos historiográficos que nos ajudam a definir os Tapuia diante de sua multiplicidade histórica e cultural. Também é objetivo do capítulo, discutir como a imagem dos sertões da capitania do Rio Grande, associada aos Tapuia, imprimiu um novo conceito à Guerra Brasília.

3.1. O sertão Tapuia

Foram os cronistas holandeses no século XVII que primeiro fizeram a associação entre tapuias e sertão. O cronista holandês Gaspar Barléus em “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil”, de 1647, informou que os tapuias moravam no sertão brasileiro distante do litoral. Joan Nieuhof, em sua obra “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”, de 1682 afirmou que os tapuias estavam fixados no interior a oeste das regiões dominadas à época pelos portugueses e holandeses, e finalmente, Elias Herckmann em

“Descrição Geral da Capitania da Parahyba”, de 1639, comentou que os tapuias viviam do lado do poente sobre as serras a arredores nas regiões limítrofes das capitanias.

Conforme destacamos no primeiro capítulo, o Tapuia foi visto por muitos cronistas como gente brava e indômita, constituídos de várias etnias e dado à guerra. Para esses cronistas, os Tapuia eram um povo preguiçoso que vivia somente do que a natureza lhes proporcionava, pensando apenas em guerrear. Foram descritos ainda como ociosos, cruéis e astuciosos.

Pedro Carrilho de Andrade, em “Memória sobre os índios no Brasil”, de 1699, escreveu que os Tapuia eram seres mais ferozes que qualquer fera dos montes, eram inconstantes por natureza e facilmente persuadidos para o mal e já traziam uma inclinação natural para fazer a guerra, matar e fazer sangue.¹⁰⁰

Jorge Marcgrave, cronista holandês ao comentar sobre os Tapuia afirmou: *“Mas não é conveniente usar o auxílio destes indígenas, a não ser em caso extremo, pois são tão desumanos que matam animais, homens e causam grandes devastações”*¹⁰¹

Os índios chamados de Tapuia já haviam dado mostras de que poderiam constituir-se num entrave para o avanço da colonização portuguesa no nordeste brasileiro, pois antes de eclodir a Guerra dos Bárbaros, na capitania do Rio Grande e nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (Recôncavo Baiano), foram passados quase sessenta anos de luta contra esses mesmos índios para que se conseguisse “livrar” seus sertões dos ditos tapuias. Segundo Pedro Puntoni, já nas primeiras décadas do século XVII, os Tapuia impediam o avanço aos sertões do Recôncavo e por isso foi criada uma Junta que decidiu pela guerra justa na tentativa de pôr fim às estas hostilidades.

Para Affonso D’Escragno Taunay em seu trabalho “A Guerra dos Bárbaros”, de 1936, os Tapuia foram os indígenas que mais dificuldades

¹⁰⁰ ANDRADE, Pedro Carrilho de. Memória sobre os índios no Brasil. In: *Revista do IHGRN*, vol.07, 1909.

¹⁰¹ MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 269.

causaram à colonização, pois segundo ele, em nenhum outro lugar uma resistência demorou tanto para ser dominada. Afirmou ainda Taunay que:

*“Os silvícolas, ali localizados só seriam definitivamente dominados e domados depois que a atuação das bandeiras paulistas ali se fizesse sentir com maior energia. E trouxesse com o peso de suas armas o triunfo definitivo da dominação lusitana”.*¹⁰²

De uma maneira mais específica convém explicar que os Tapuia não formavam um todo homogêneo, como em maior parte e erradamente, entendeu os europeus que aqui chegaram à época dos descobrimentos. Na realidade, os Tapuia estavam divididos em várias nações, diferentes entre si, cada uma com características próprias bem distintas. Para o historiador John Monteiro, se com os outros grupos indígenas um nome genérico englobava semelhanças em suas tradições e padrões culturais, em relação aos Tapuia, tal denominação servia para separar estes grupos indígenas dos grupos Tupi que ocupavam o litoral. Segundo Monteiro: *“... a denominação representava pouco mais que a antítese da sociedade tupi, sendo, portanto projetada em termos negativos”.*¹⁰³

Tais distinções podem ser percebidas nas observações de Thomaz Pompeu Sobrinho, em vários dos seus trabalhos publicados na Revista do Instituto do Ceará, entre as décadas de 1930 a 1950, onde o pesquisador distinguia os tapuias em Tarairiú, Cariri e Gê. Esses trabalhos foram baseados nos cronistas holandeses do século XVII, principalmente, Elias Herckmann, e assim definia o mesmo sobre os tapuias:

*“Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente a Pernambuco, são os Carirys, cujo rei se chama Kerioukeiou. Outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys e o seu rei é Kurupoto. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Careryjouws. Conhecemos particularmente a nação Tarairyu: Jandwi é o rei de uma delas e Caracará da outra”.*¹⁰⁴

¹⁰²TAUNAY, Affonso D'Escragno. *A Guerra dos Bárbaros*. 2ª ed. Mossoró: FVR, 1995, p. 09.

¹⁰³MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 20.

¹⁰⁴HERCKMANN, Elias. Apud. POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Tapuias no Nordeste: a monografia de Elias Herckmann. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, n. 48, 1934, p. 15.

O historiador Olavo de Medeiros Filho, em “Índios do Assu e Seridó”, por sua vez, fez uma confrontação a partir das informações de Herckmann com a de outros cronistas holandeses: Gaspar Barléus, Guilherme Piso, Zacharias Wagner, Jorge Marcgrave e Joan Nieuhof, Hessel Gerritz e Johannes de Laet, concluindo que de acordo com os dados etnográficos disponíveis, os Tapuia formavam um grupo étnico-cultural diverso e que estes possuíam inclusive muitas diferenças lingüísticas. Ainda mais, acrescentou Pompeu Sobrinho, os Tarairiú seriam uma família que agruparia diversas tribos: Janduí, Ariú ou Pega, Canindé, Paiacu e Jenipapo, todas aparentadas lingüisticamente e localizadas geograficamente num perímetro específico.

Em seu “Mapa Etno-Histórico” o etnólogo Curt Nimuendaju não associou as tribos citadas por Pompeu Sobrinho a uma família lingüística, mas nomeou a todas como “tribos de língua desconhecida”, por julgar que se têm “poucas e duvidosas informações” as quais pudessem determinar, precisamente, uma relação de parentesco entre elas. Assim, os Tarairiú (ou Otshikayaynoe), para Nimuendaju, comporiam apenas uma tribo, tal como os Pega, Canindé, etc. Esta informação foi confirmada por Greg Urban, no trabalho intitulado “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas” de 1992, aonde classificou os Tarairiú como grupo de língua isolada, isto é, sem ligação aparente com um tronco comum, e por não possuir uma “ligação genética” conhecida. Concluiu então Nimuendaju que essa língua seria parte de focos de dispersão muito antigos, porém de difícil estudo já que se encontra extinta.

O que percebemos, apesar das discordâncias quanto ao universo lingüístico, tais grupos indígenas genericamente denominados Tapuia, na verdade eram compostos de diversas tribos diferenciadas em língua e costumes e dispersas numa imensa área que abrangia grande parte do território de, no mínimo, seis capitanias.

Muitos pesquisadores, em especial os antropólogos, chamam a atenção para o fato de entendermos que os nomes dessas etnias são designativos de uma coletividade única, de uma sociedade, de um povo, e não apenas um somatório de pessoas. Devemos compreender também que muitos nomes indígenas não são

autodenominações tais como *etnônimos*, pois à um grande número desses grupos indígenas as designações dadas a eles foram atribuídas por outros povos, também indígenas, mas freqüentemente, inimigos, por isso carregam conotações na maioria das vezes, inadequadas. Esse é o caso dos grupos Tapuia, pois este era o nome pelo qual os índios do litoral os chamavam, isto é, era o nome em língua Tupi que era dado aos povos do sertão. Outro cuidado que deve ser tomado é que devemos lembrar que alguns povos foram denominados pelo nome de alguns dos seus indivíduos ou de frações de seu grupo étnico, e isto está ligado historicamente às práticas de controle social que foram empregadas pelos colonos ao tratarem das questões relativas aos indígenas no Brasil.

Com base nos documentos e em relatos de cronistas do século XVII, podemos esboçar como estavam distribuídas as diversas tribos Tapuia, as quais tomaram parte dos conflitos da Guerra dos Bárbaros. Dentre as mais citadas estão *os Paiacu*, da nação Tarairiú (Janduí) e *os Cariri*, da nação Cariri. Somando as informações sobre os limites e indicações espaciais encontradas nos textos, e a partir de uma distribuição geográfica desses grupos no contexto específico dos séculos XVII e XVIII, sobreposmos esta distribuição à uma configuração geográfica atual e obtivemos as seguintes indicações:

Os Paiacu, que habitavam o baixo Jaguaribe no atual estado do Ceará até a Serra do Apodi e o Rio Açu, no atual estado do Rio Grande do Norte. *Os Cariri*, que se localizavam nas cercanias da atual cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, e o platô da Serra da Borborema, também no mesmo estado. *Os Jenipapo*, situados do Ceará até o Rio Grande do Norte, na região onde hoje se localizam os limites do município de Assu. *Os Canindé*, na região que compreende os estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, entre os rios Jaguaribe e Piancó.

Os Sucuru, em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, entre os rios Pajeú e Paraíba. *Os Ariú ou Pega*, do Rio Piranhas, na Paraíba e na Serra da Salamandra, no Rio Grande do Norte. *Os Panati*, onde hoje se localiza a cidade de Piancó na Paraíba, e finalmente *os Caratiú*, onde hoje encontramos o vale do

Catolé do Rocha até o rio Piranhas, no atual estado da Paraíba. Todas estas tribos foram classificadas como pertencentes à nação **Tarairiú** ou **Janduí**.

As tribos restantes que participaram da Guerra dos Bárbaros foram classificadas como pertencentes à nação **Cariri**: *Os Corema* na ribeira do rio Piranhas, na Paraíba; *os Icó* nos sertões dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, entre os rios Piranhas e Jaguaribe e a Serra do Cumbe no Rio Grande do Norte.

Por essa distribuição espacial geográfica percebemos que a região de maior conflito e confronto foram então a área geográfica de confluência dos atuais quatro estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Uma área, portanto, onde no período colonial já se começava a delinear uma nova atividade comercial de grande valor não só para a colônia, mas também para as autoridades metropolitanas: a criação de gado. Esses indígenas, portanto, representavam um entrave para o desenvolvimento pleno da região, pois eram as verdadeiras “muralhas do sertão”, impedindo o avanço da ocupação, a posse e a utilização das terras.

As fazendas de criação de gado representaram um dos fatores de expansão da economia e ocupação das terras, sem contar na possibilidade que estas terras apresentavam àqueles que estavam em busca de obter riquezas. A criação de gado não representava uma mera atividade predatória nas terras, mas a ocupação ordenada e a obtenção de lucros.

Utilizamos aqui o termo *sertão* não na forma em que ele é apresentado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como sendo uma das sub-áreas nordestinas, árida e pobre, mas na forma em que Janaina Amado expôs a noção de sertão, como sendo uma categoria de entendimento vivido como experiência histórica.¹⁰⁵ Segundo Amado, os portugueses já utilizavam a palavra *sertão* desde o século XIV, grafado com “s” ou com “c”, para referirem-se às áreas dentro de Portugal, mas que, no entanto, estavam distantes de Lisboa. A partir do século XV a palavra ganhou novos significados, sendo utilizada para nomear os espaços vastos, interiores, os quais estavam localizados dentro das

¹⁰⁵ AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no Império português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Coleção Descobrindo o Brasil).

possessões recém conquistadas e que pouco ou nada se sabia sobre elas. No século XVI, o vocábulo ganhou destaque nos relatos dos cronistas e viajantes portugueses que estiveram na África, Ásia e América, sendo utilizado até o século XVIII pela Coroa portuguesa e autoridades lusas nas colônias. Sendo assim, no início do século XIX a palavra já estava totalmente integrada à língua usada no Brasil, tanto que os viajantes naturalistas europeus que visitaram o Brasil também a usaram em seus relatos.

Chamamos atenção, entretanto, para a construção do imaginário que a palavra *sertão* carregava durante o período colonial no Brasil, pois como uma categoria designativa construída pelos portugueses no processo de colonização, estava carregada de sentidos negativos e ultrapassou assim o sentido original (de espaços vastos), e se lhe acrescentaram outros significados bem mais específicos e adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.

Mas a verdade é que o termo *sertão* foi construído e pensado na relação de alteridade em oposição ao litoral. O litoral, portanto, já estava dominado e conhecido pelo branco colonizador, cristão e representante na colônia da cultura e da civilização. Essa dicotomia foi construída uma no inverso da outra, pois desta forma, o *sertão* representava: o desconhecido; o desolado; o perigoso; o lugar dominado pela natureza bruta; um lugar povoado de homens bárbaros, hereges e infiéis. Do ponto de vista do colonizador, *sertão* era o espaço do outro, ao mesmo tempo atraente e misterioso, e que despertava o ímpeto de desbravamento e o sonho do enriquecimento rápido e fácil. Assim, facilmente associou-se *sertão* e Tapuia.

Sobre o conceito de espaço, segundo Michel de Certeau,¹⁰⁶ espaço se entende como um lugar praticado, vivenciado pelo conjunto de movimentos que nele se desdobram, e assim, pensamos em *sertão* como um espaço físico que aos poucos foi sendo transformado pelos próprios relatos coloniais. Para Cristina Pompa: *“As narrativas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço*

¹⁰⁶CERTEAU, Michel de. Apud. POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: Edusc, 2003.

geográfico".¹⁰⁷ Foi assim que concomitante à formulação do conceito e da imagem de sertão, o conceito e a imagem do Tapuia também foi sendo construída.

Sobre a imagem do sertão podemos citar uma carta de um missionário da Companhia de Jesus da Missão de Gramació, escrita em 1704, em que descreve o que era o sertão da capitania do Rio Grande: "... *sertões intratáveis, caminhos ásperos e desabrigos*".¹⁰⁸

O litoral era o espaço ocupado, no sentido dos territórios conquistados, pois eram os locais onde a ordem foi estabelecida pelas duas instâncias de poder à época: a Igreja e o Estado. Em contrapartida a este litoral havia o sertão, um espaço vazio e desconhecido, onde grassavam a barbárie e a selvageria. Tanto é que as primeiras informações sobre as populações indígenas que habitavam o sertão brasileiro foram recebidas através dos índios tupis, que chamavam esses outros habitantes então de "tapuias". Desta maneira, a construção da figura do tapuia foi elaborada a partir da oposição ao mundo Tupi, e construída por esses Tupi e pelos colonos brasileiros.

A noção de alteridade entre tapuias e tupis foi primeiramente apresentada pelo viajante Gabriel Soares de Souza, em seu "Tratado Descritivo do Brasil", de 1587, em que aponta os Tapuia como os primitivos povoadores do litoral brasileiro, os quais foram obrigados pelos Tupinaé a se refugiarem no sertão após por eles serem derrotados.¹⁰⁹ A partir daí, os Tapuia serão vistos como os inimigos dos demais, e "*não se acomodando uns com os outros, antes tem cada dia diferenças e brigas, e se matam muitas vezes em campo*".¹¹⁰ Este relato foi coletado, segundo Gabriel Soares, "*dos índios muito antigos*", ou seja, os índios Tupinambá e Tupinaé.

Deste modo, percebemos que mesmo no primeiro século de colonização, o termo Tapuia já passara a designar um "todo" composto por uma diversidade de línguas, de usos e costumes desses grupos indígenas que habitavam os sertões,

¹⁰⁷ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: Edusc, 2003, p.199.

¹⁰⁸ Carta de missionário jesuíta. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

¹⁰⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia Editora Nacional / Edusp, 1971, p. 299.

¹¹⁰ Id. Ibidem., p. 338.

tudo sempre em contraste com os Tupis da costa. A noção e o conceito de Tapuia, como sendo de um povo bárbaro, adversário e inimigo comum foi então construída historicamente, isto é, criada no próprio contexto colonial, tanto a partir do texto das crônicas e relatos dos viajantes, como também nos documentos oficiais. E foi reforçada ainda mais durante o período de ocupação holandesa, uma vez que esses grupos indígenas mantiveram não só alianças militares com os holandeses, como também tiveram participação ativa no serviço da empresa colonial holandesa no Brasil e na manutenção do território ocupado por estes.

Com a saída dos holandeses do nordeste colonial, a área dos sertões seria palco de conflitos e tensões resultantes da expansão da colonização, enquanto incorporação territorial do Império Atlântico Português. Para tanto, era imperativo para a Coroa Portuguesa que se controlassem os Tapuia que ocupavam essa região, pois o crescimento econômico dependia da ocupação produtiva, especialmente com a criação de gado. O sertão e sua abundância de terras e a certa facilidade em adquiri-las através do sistema de doações de sesmarias levou a uma ocupação territorial de maneira intensiva, de forma mais ativa e mais sistemática.

Portanto, ocupar e explorar efetivamente essas abundantes terras significava manter o controle e a defesa dos novos territórios incorporados, sendo necessário para isto afastar as possibilidades de invasão destes, e, por outro lado, redefinir estratégias bélicas historicamente conhecidas como Guerra Brasília.

3.2. A Nova Guerra, a Guerra Brasília e a Guerra no Sertão.

A nova organização militar era parte de uma mudança efetivada na Europa, durante os séculos XVI e XVII, período em que se experimentou uma revolução na arte militar que deu origem a um novo modelo de guerra, baseado na infantaria armada de piques misturados com soldados armados de arcabuzes e de mosquetes. Este período marcou também a passagem para a Monarquia absolutista e a constituição de um Estado Moderno.

Assim, é preciso explicar e inserir a Guerra dos Bárbaros dentro desta perspectiva, numa tentativa de demonstrar as conseqüências destas mudanças que ocorreram nos sertões do período colonial, a fim de esboçar o que seriam e como se deram essas mudanças na cultura e na região em que se travou a guerra. Reconstituir essas mudanças significa evidenciar um processo de gestação, pois era na Guerra Brásílica, em que o mundo colonial deixava transparecer as tensões do mundo metropolitano.

Para tanto, de início nos remetemos às práticas e à organização militares que vigoravam na Europa e que foram trazidas para o Brasil, pois de certo modo, a guerra é um assunto de importância vital para um Estado e constitui-se num caminho pelo qual o Estado deve sobreviver ou se arruinar por completo, situação onde a guerra é feita no intuito de se ampliar ou de se conquistar um território. Assim, é imperativo que a guerra deva ser bem planejada por quem a deseja e por quem a empreende.

Na Europa, durante a Idade Moderna, e conseqüentemente em Portugal, a Nova Guerra começava a tomar forma. Vários foram os aspectos de mudança em relação à arte da guerra a partir deste período, porém, dois merecem destaque: a infantaria e os exércitos permanentes.

Em primeiro lugar, o uso da cavalaria vai perdendo a relevância e a infantaria readquire importância crescente. Desta forma, a infantaria atingirá um grande poder e eficiência quando então a arma de fogo tomou “maior incremento por sua propagação e sua qualidade balística”.¹¹¹ Em segundo lugar, a formação de exércitos permanentes, a partir da Idade Moderna, permitiu ao poder real se destacar e aumentar ainda mais a sua influência. Os exércitos permanentes eram mais bem adestrados e disciplinados, garantindo assim a soberania e o poder real. O objetivo dos exércitos era de vencer o inimigo pelo emprego da força e por isso, a guerra se desenvolvia em torno das praças fortes e as batalhas eram travadas de surpresa, ou pelo consentimento recíproco dos adversários. Como conseqüência disto, surgiram as *guerras de sítio*, com as formas complicadas de

¹¹¹ AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. *História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.130.(Coleção Marechal Trompowsky, 12).

ataque, as medidas de segurança e o empenho na redução do inimigo através da fome das forças sitiadas.¹¹²

O objetivo dos exércitos, como se pode ver então, não era o exército inimigo e sim obter a posse de pontos geográficos ou posições-chave, e o objetivo era assim a conquista de uma cidade, e não a destruição completa do adversário. Neste processo, percebemos então que, a Nova Guerra seguia um modelo que privilegiava a arte do sítio, pois nas palavras de Daniel Beaver: “a guerra se havia tornado científica e era governada por um conjunto de regras”.

Neste período, a crença de alguns pensadores era na existência de um mundo governado por leis (as leis universais) e sua autoconfiança intelectual trouxe o sentido de comunidade. Houve uma revitalização no quadro dos oficiais, composto agora por membros da velha nobreza, a serviço do Rei e que em sua maioria, tinham uma formação em escolas de cadetes que surgiram, principalmente, na França e na Prússia antes mesmo de se chegar ao século XVIII.¹¹³ Podemos assim definir que o espírito da época sobre a guerra estava baseado na disciplina rigorosa e no elaborado treinamento e, além disso, os governos fabricavam, armazenavam e forneciam materiais padronizados às tropas tais como: armas, rações, fardamentos e material de acampamento.

Além dos dois aspectos já citados anteriormente, é necessário acrescentar uma explicação sobre dois conceitos que são de suma importância na compreensão das mudanças efetuadas nos modos de guerrear e a transformação da Nova Guerra, ou seja, aquele tipo de guerra empreendida na Europa nos séculos XVI e XVII em relação às Guerras Brasileiras, típicas do Brasil, durante o domínio holandês, que segundo Evaldo Cabral de Mello, consistia “... *fundamentalmente numa mistura ou combinação da arte militar européia e das técnicas de guerrilha*”.¹¹⁴

¹¹² Id. Ibidem., p. 135.

¹¹³ BEAVER, Daniel R. A evolução cultural, o desenvolvimento tecnológico e a condução da guerra no século XVII. In: WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. 1981, p.104.

¹¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Edusp, 1975, p.217.

A arte de como se empregar as forças dos exércitos na luta e a forma de conduzir as operações militares pode ser explicada através de dois conceitos ou noções: o da *tática* e o da *estratégia*.

A tática refere-se à ordem ou o arranjo na disposição dos exércitos, é a maneira de se travar a batalha ou de como conduzir uma tropa em um determinado terreno. A tática diz respeito à forma como se deve pôr em ação as tropas na batalha, e o modo de emprego dessas tropas nas batalhas, em suma, é o que se refere a como se deve combater.

A estratégia, por sua vez, subordina a tática e possui maior amplitude, que visa à direção geral das forças em campanha, tendo em vista o conjunto de manobras idealizadas e assentadas com antecedência pelo alto comando para a obtenção da vitória. Assim, a estratégia refere-se a como traçar os planos e comandar os exércitos, e deste modo, define quando e onde se deve combater. Segundo o historiador militar, Pedro Cordolino:

*“É difícil estabelecer um limite preciso e claro para cada uma, porque ambas tem por objeto a combinação de todos os recursos bélicos no tempo e no espaço para a obtenção rápida da vitória”.*¹¹⁵

A origem das tropas portuguesas remete-se ao período das Guerras de Libertação, que buscavam libertar a Península Ibérica dos “mouros” infiéis. Dentre os documentos que podem nos ajudar a compreender essa evolução ocorrida na formação das tropas portuguesas, podemos citar: o “Regimento” de sete de agosto de 1549; a “Lei de Armas” de nove de dezembro de 1569; o “Regimento de Ordenanças” datado de dez de dezembro de 1570; e por fim, a “Provisão de Ordenanças” concluída em quinze de maio de 1574.

Até o início do século XVI em Portugal, ainda não se havia efetivado uma diferenciação muito clara entre Exército, Milícias ou Ordenanças, afinal a maioria das tropas eram formadas para um fim específico, ou seja, para a defesa do território, e depois eram dissolvidas quando a ameaça ou o conflito findava.

¹¹⁵ AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. Op. Cit., p. 45.

Na Idade Moderna surgiram mudanças no universo das táticas, devido à relevância que a infantaria foi adquirindo com o passar do tempo e a formação de exércitos permanentes, que eram mais bem adestrados e disciplinados, além do uso das armas de fogo, também influenciaram estas mudanças exigindo adaptações nas táticas de guerra. Na Espanha, em 1534, surgiu uma nova formação com inspiração na falange suíça, o *Térccio* Espanhol.

Na sua composição, o *Terço* era formado por três mil homens divididos em doze companhias de duzentos e cinquenta soldados cada um¹¹⁶. Essa informação diverge da fornecida por Puntoni¹¹⁷, que afirma ser formada a companhia por quinhentos homens cada uma. No mais, as informações coincidem, pois os Terços eram comandados por um capitão, e a cada cem homens havia um cabo de batalhão, e a cada dez homens um cabo de esquadra. O capitão também era auxiliado por um sargento e um alferes.

A situação na Colônia portuguesa, o Brasil, no que se refere à defesa bélica, expressava as condições da metrópole, que se voltava neste momento para as áreas mais lucrativas, localizadas no Oriente. Desta maneira a organização da defesa do Brasil ficou a cargo da sociedade da colônia que se baseou na cooptação dos habitantes da colônia, liberando a metrópole de envolver largas forças militares na defesa das novas terras. Aqueles que se transferiram para o Brasil tinham amplos poderes no que se referia a defesa das terras novas, inclusive o de arcar com os custos da defesa. Tinham como parâmetro de ordem os Regimentos, tais como os do Governador Tomé de Souza de 1548, e o do Governador Francisco Giraldes de 1588. Em ambos os Regimentos, havia instruções para a organização militar no que dizia respeito às forças terrestres. Basicamente, ficava assim definida a questão da organização das tropas no Brasil:

1- Tropas regulares - advindas do reino, equipadas com armas, recebiam soldo, fardamento e farinha, e as acompanhavam os governadores gerais

¹¹⁶ SANTOS, Francisco Ruas. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção Marechal Trompowsky, 13).

¹¹⁷ PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira na América portuguesa (1550-1700) In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

(autoridade colonial) como também os próprios donatários ou aqueles que pretendiam montar engenho ou fundar lavoura. Em geral passavam por treinamento militar.

2- Tropas semi-regulares - compostas por moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares quando fosse preciso. Eram denominadas semi-regulares, pois eram institucionalizadas pela legislação e constituíam-se pelas forças dos Serviços de Ordenanças. As Ordenanças não possuíam treinamento militar sistemático, pois permaneciam em seus trabalhos particulares e apenas em caso de grave perturbação eram solicitados. Deveriam possuir armas e equipamentos por sua própria conta e não recebiam soldo.

3- Tropas irregulares - Eram organizadas a partir da iniciativa dos colonos, moradores ou colonizadores, ficando à margem da legislação, isto é, à margem da vontade das autoridades metropolitanas, e suas necessidades eram atendidas segundo a vontade das autoridades locais.¹¹⁸

Além da cooptação de colonos como soldados, outra característica das campanhas militares no Brasil foi o aproveitamento dos indígenas. Frente às ameaças externas ou estrangeiras, se aplicou na colônia uma política de alianças com os grupos indígenas locais, pois era um método já utilizado com sucesso na África.¹¹⁹ No Brasil, o processo de colonização do território e de defesa deste contra ameaças externas e internas, contou com a participação de grupos indígenas, que tiveram grande relevância neste processo. Indispensáveis, já no Regimento de Tomé de Souza (1549), se sabe que existiam normas estabelecidas para o recrutamento de guerreiros junto às tribos amigas, e foi esta marcante presença do indígena nas campanhas e estruturas militares da colônia, que imprimiu sua forma característica de guerrear, e juntamente com os colonos, gestou e amalgamou elementos europeus aos elementos indígenas, o que deu

¹¹⁸ WERNECK SODRÉ, Nelson. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 97.

origem a uma forma de expedição militar, e de luta que melhor se adaptava à realidade do meio brasílico.

Esta maneira específica de luta armada empreendida no Brasil ficou conhecida como Guerra Brásílica, a qual durante a invasão holandesa, se fortaleceu e destacou a importância do elemento indígena na manutenção da colônia. Para Evaldo Cabral de Mello essa guerra foi:

*“Aprendida dos índios durante mais de cem anos de convívio e conflito ao longo da marinha ou nos **fundos do “sertão”**, a “guerra volante” já se havia incorporado em começos do século XVII, ao patrimônio – cultural da população luso-brasileira... ”.*¹²⁰ (grifo nosso)

Foi exatamente a partir das invasões holandesas na Bahia em 1624 e em Pernambuco em 1630, que se pôs em ação, em maior escala, a organização militar organizada pela metrópole para o Brasil. Foi durante tal período, que este tipo de guerra, tipicamente brásilica, foi se formando, através das campanhas militares baseadas em emboscadas realizadas por meio do uso de pequenos grupos de homens possuidores de extrema mobilidade e com grande capacidade de ataques de surpresa. Esses pequenos grupos volantes tinham como objetivo o crescimento progressivo das próprias forças mediante a incorporação de novos combatentes e a abertura de novas frentes guerrilheiras até que se pudesse travar com êxito combates diretos contra as tropas regulares inimigas.

Na colônia, por influência dos índios, a guerra seguiu outras regras, utilizando a mata e os terrenos para em pequenos grupos dar cabo dos inimigos. Essa maneira de guerrear foi assimilada pelos portugueses para não serem expulsos da terra pelos indígenas. Não há dúvidas que era uma forma impiedosa e cruel de combater e sem qualquer traço de cavalheirismo, porém, muito eficaz contra os inimigos. Os brásílicos, conhecedores que eram do terreno e bem adaptados à natureza, idealizaram novas táticas de luta, que assim conjugavam: surpresa, manha, astúcia, ligeireza e agilidade, a denominada Guerra Brásílica.

¹²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 219.

Na formação normal da chamada Nova Guerra, empreendida na Europa, também conhecida como Guerra de Flandres, levava-se em conta o terreno livre, de amplos espaços para o desenvolvimento dos combates e da evolução das brigadas, pois tinham como base a formação de duas linhas, integrando armas de fogo e armas brancas, que em marcha desdobravam-se em vanguarda, batalha e retaguarda.

No entanto, nas guerras brasílicas, essa formação tinha pouca valia, face às características bem próprias da guerra de emboscadas e com a utilização do elemento surpresa. Os conhecimentos táticos e estratégicos cederam lugar à malícia e ao elemento surpresa, desenvolvidos e praticados pelos índios, e pela improvisação dos brasílicos, obedecendo sempre à topografia e à vegetação do terreno, aliado à ousadia e a coragem dos combatentes. Além disso, sabiam melhor que os europeus como se submeter às provações, tais como a falta de víveres, enquanto os soldados europeus tinham de carregar sempre alforjes, armas, chumbo, pólvora, farinha e demais apetrechos.

A participação indígena nos empreendimentos militares atendia tanto às necessidades dos colonos quanto às dos próprios indígenas. Os motivos das autoridades em aceitar esta integração consistiam na escassez de homens para incorporação no contingente militar, sendo então a participação militar indígena não somente necessária, mas a única maneira dos agrupamentos militares coloniais conseguirem um equilíbrio no número de homens em combate. Além disso, os indígenas eram peças estratégicas, uma vez que estavam bem acostumados com as características físicas dos sertões e das condições de sobrevivência nestes, além de transportarem consigo muito pouco peso, pois tudo que necessitavam retiravam do meio que os cercavam.

Os propósitos dos grupos indígenas nessa participação estavam no fato de que aqueles que porventura se submeteram à ordem colonial tinham em vista garantir a paz, bem como sua própria sobrevivência. Outra razão residia na tentativa de que ao se aliarem aos luso-brasileiros teriam a possibilidade de combater seus inimigos, pois assim garantiriam uma superioridade bélica frente aos seus contrários.

Além disso, devemos levar em conta a coerção a que muitas vezes esses indígenas foram submetidos, quando foram forçados a se engajar nos contingentes militares. A possibilidade de garantir concessão de terras para si na forma de sesmarias, também levou alguns grupos indígenas a se alistarem nas linhas militares, pois ao fim dos conflitos era comum a distribuição de mercês em forma de sesmarias, tornando-os assim, vassalos da Coroa portuguesa.

3.3. “Guerra dos Bárbaros”: índios e colonos na Guerra do Sertão.

Os conflitos ocorridos entre colonos e índios no decorrer do final do século XVII, nas áreas que correspondiam aos chamados sertões das capitanias já citadas anteriormente, significaram um momento em que na impossibilidade de se obter sucesso ao utilizar um sistema de tática e estratégia da Nova Guerra européia, foi preciso adaptar-se a Guerra Brasileira para um novo sistema de guerra que será paulatinamente empreendido a partir da experiência adquirida no contato com esses “gentios bravos”, os Tapuia.

No contexto da Guerra dos Bárbaros, foram então aplicadas mudanças ao empreendimento militar à medida do desenrolar do conflito e do próprio contato com os índios. Mudanças as quais foram acontecendo a partir das formas pelas quais os grupos indígenas responderam em relação a uma situação de conflito, e também do comportamento dos colonos diante de um estado de guerra.

No que concerne à questão da forma como os portugueses se referiam ao temperamento dos indígenas e sobre como estes faziam a guerra, muitos são os relatos. Citamos aqui uma carta enviada ao rei, e posteriormente remetida ao Conselho Ultramarino, datada de 23 de março de 1688, por Joseph Lopes de Ulhoa em que faz este relato sobre os Tapuia Janduís:

“... são muito diferentes dos outros porque não tem aldeas nem parte certa em que vivão e sempre andão volantes sustentandosse algumas vezes dos frutos da terra e cassa que matão e outras de algum gado que lhes dão os vaqueiros o eles lhe roubão.”¹²¹

¹²¹ Carta de Joseph Lopes de Ulhoa ao rei de Portugal. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

Em outra parte da carta informa ainda o mesmo Lopes de Ulhoa, sobre se querer castigar os índios por força das armas, para ele isto era:

“... quasi impossível porque logo que tiverem notícia que os vão buscar para castigar se hão de por em fugida, e com muitos cuidadosos e diligentes que sejam os que forem em seu seguimento os não poderão alcançar pela ligeireza com que este gentio marcha e pouco pezo das armas que levão sem lhes ser necessário carregar os mantimentos com que se hão de sustentar...”¹²²

Numa resposta do Conselho Ultramarino a uma consulta do governador de Pernambuco, Felix José Machado, em 1713, podemos ver o julgamento que tinham os colonos a respeito dos indígenas, por isso mesmo parecia ao Conselho ser melhor manter o Terço dos Paulistas na ribeira do Assu, porque:

“... nunca se devia fazer confiança em bárbaros e se a morte de um só homem que temia fosse bastante para eles se deliberaram a paz, e fazer as hostilidades que se expõe... é certo que o gentio doméstico e amigo se tornaria bárbaro e fero porque é fácil tornarem as coisas a sua natureza...”¹²³

Dando ênfase à natureza tida como demoníaca dos tapuias, muitos colonos, missionários e militares destacavam em seus relatos algumas atitudes que comprovassem isto, como a que o governador e capitão-geral da capitania de Pernambuco, Manoel de Sousa Tavares, em 20 de outubro de 1708, descreve em sua carta ao Conselho Ultramarino:

*“... as grandes extorsões e hostilidades que tem feito nas terras delas os índios de corso nossos inimigos destruindo não só as fazendas de seus moradores, mas tirando **inumanamente a vida, sofrendo a sua crueldade a não perdoar até alguns religiosos missionários e com tal excesso ao padre Amaro Barbosa que depois da morte abrirão e lhe tirarão o coração fazendo muitos desafetos as imagens de uma igreja em que entrarão pondo as por terra quebrando lhe apenas e doutros ignominiosamente...**”(grifo nosso)¹²⁴*

¹²² Idem., DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

¹²³ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Volume XCVIII, 1952, p. 206, 207.

¹²⁴ Carta do governador e capitão-geral da capitania de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice 258, f. 107 V, 108.

Notamos que para justificar a guerra contra os indígenas as autoridades coloniais relacionavam a maneira dos indígenas de fazer a guerra com a ignomínia, a crueldade e a falta de humanidade, como atitudes que revelavam uma associação com o demônio e uma distância daquilo que era considerado cristão.

Também são diversos os relatos de administradores ou militares que comentavam sobre como os indígenas comportavam-se quando empreendiam a guerra. Nestes relatos frisavam a inconstância, a falsidade e a barbaridade dos indígenas quando estes estavam numa situação de guerra, principalmente, quando esta guerra era contra os colonos brancos. O historiador pernambucano, José Antonio Gonsalves de Mello, em artigo na revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano reproduz o relato de Gregório Varela de Berredo Pereira, nos anos de 1689 a 1690 sobre a administração do governador de Pernambuco, Luís da Câmara Coutinho, referindo-se sobre a maneira dos tapuias fazerem a guerra:

*“... na guerra não dão quartel a ninguém, nem apresentam batalha a cara descoberta, senão com súbitas avançadas e depois por detrás das árvores fazem os seus tiros; usam muito de gritarias para meterem terror”.*¹²⁵

E continua o seu relato acerca da guerra tapuia:

*“... que, se este inimigo fizera forma de batalha, depressa fora desbaratado, mas são nações estas fora de todo o uso militar, porque as suas avançadas são de súbito, dando urros que fazem tremer a terra para meterem terror e espanto e logo se espalham e se metem detrás das árvores, fazendo momos como bugios, que sucede as vezes meterem-lhe duas e três armas e rara vez se acerta o tiro pelo jeito que fazem com o corpo”.*¹²⁶

Ainda acerca deste comportamento inaceitável dos tapuias ao fazer a guerra, em carta de 04 de dezembro de 1688, o arcebispo governador do Brasil relata para o bispo governador de Pernambuco como os indígenas agiam na guerra: *“E como a guerra dos Bárbaros é desordenada, e as suas invasões*

¹²⁵ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-90). In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume 51, 1979, p. 266.

¹²⁶ Id. Ibidem., p. 267.

repentinamente, ao mesmo tempo em diversas partes...”.¹²⁷ O mesmo arcebispo, em carta destinada ao capitão-mor da capitania do Rio Grande, Agostinho César de Andrada, continua descrevendo acerca do modo dos Tapuia fazerem a guerra:

*“Mas como a guerra dos Bárbaros é tão desordenada, e elles tem tão innumerável gente, que ao mesmo tempo invadem a nossa em diversas partes sempre repentinamente e não é possível que dahi, estando uns, e outros cabos tão distantes possam dirigir as operações...”*¹²⁸

E em outra carta endereçada aos mestres de campo, Antonio de Albuquerque da Câmara e Domingos Jorge Velho, de 30 de novembro de 1688, o governador continua a relatar acerca da Guerra dos Bárbaros:

*“... a guerra destes Bárbaros é irregular e diversa das das mais nações porque não formam exércitos nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas, ora em uma, ora em outra parte, já juntos, já divididos.”*¹²⁹

O que podemos concluir daí é que para os administradores e militares, esse era um comportamento totalmente fora do comum, e que por esse motivo muitas vezes era necessário que os soldados tivessem muito cuidado quando em guerra contra os Tapuia, ou poderiam ser facilmente enganados e vencidos por eles.

Em resposta a uma consulta feita ao Conselho Ultramarino, em dezembro de 1699, o mesmo Conselho comunica que os índios durante a guerra atacavam na vanguarda e na retaguarda e faziam uso de flechas envenenadas.¹³⁰ Desta forma, podemos entender um pouco das estratégias e táticas que os indígenas faziam uso e que na concepção da Nova Guerra, que era então a referência, estava fora da ordem militar vigente e por isso mesmo era considerada uma forma “bárbara” e “ilegítima” de se fazer a guerra.

Outro artifício muito usado pelos indígenas durante a Guerra dos Bárbaros era que no momento em que se sentiam encurralados numa situação extrema de perigo de morte, costumavam procurar abrigo em outros lugares pedindo às

¹²⁷ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Vol X, 1929, p. 337.

¹²⁸ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Vol X, 1929, p. 342.

¹²⁹ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Vol X, 1929, p. 348.

¹³⁰ Consulta ao Conselho Ultramarino. DPH / Ufpe, AHU, f. 164 a 165 V.

autoridades daquele local as pazes, e desta forma, continuavam sob proteção até que voltassem a fugir para o sertão novamente. Fato é que em uma carta, de 31 de janeiro de 1699, do governador geral do Estado do Brasil D. João de Lencastro, escrevendo ao capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, recomenda cuidado com a paz estabelecida com os índios na capitania do Rio Grande, pois:

*“... bem sabe, vossa mercê (e bem o teem eles sentido) que estes brutos a não guardam, senão enquanto lhes convém, e que debaixo dela, teem feito também repetidas vezes, na fazenda, e vidas dos mesmos moradores as mortes, e estragos que os obrigaram a pedir a Sua Majestade, e a este governo por várias cartas, se acudisse prontamente ao perigo a que se viam expostos, assim pela pouca constância que estes bárbaros tinham...”*¹³¹

Como um outro exemplo, podemos mencionar uma carta de 25 de fevereiro de 1700, de Manoel Álvares de Moraes Navarro ao rei, onde explica como os Tapuia da nação Icó se comportaram, juntamente com os Caratis e Caratiús no momento em que estavam sendo perseguidos pelo capitão Joseph de Moraes Navarro em uma bandeira com duzentos homens. Em seu relato os tapuias: *“... se puseram em fuga, e seguindo o seu alcance, foram se meter dentro no Seará, valerse do Capitão-Maior daquela capitania, dizendo queriam pazes e missionário...”*¹³²

Outro estratagema regularmente utilizado pelos indígenas era o de impedir que os missionários se estabelecessem junto às outras nações, impossibilitando assim, qualquer tentativa de manter essas nações submetidas ao controle colonial. Como exemplo, transcrevemos parte de uma carta de Manuel Álvares de Moraes Navarro ao rei, de 14 de abril de 1700, onde o capitão do Terço dos Paulistas informava: *“... tendo notícia que o tapuia Jandoins, Coriús, faziam o possível para não permitir que os missionários fossem para os Payacus, para unindo-se a eles poder destruir melhor”.*¹³³

Uma outra tática muito utilizada pelos Tapuia para exaurir os Terços era de levar as tropas por caminhos e lugares de difícil locomoção para as mesmas, onde

¹³¹ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XXXIX, 1938, p. 35.

¹³² Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

¹³³ Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

geralmente, havia escassez de água e de alimentos. Manuel Álvares de Morais Navarro deixou claro a dificuldade de se perseguir os Tapuia pelos sertões ao descrever um embate contra os janduís que atacaram a aldeia do Apodi em 1700. Morais Navarro havia enviado o sargento-mor Joseph de Morais Navarro para punir os revoltosos. Este, juntamente com alguns índios armados da aldeia de Apodi saíram em perseguição:

“... e foram contra o inimigo e tiveram peleja por duas horas e vendo o inimigo as mortes que tinham assim como os feridos, fugiram, sendo seguidos por seis dias quando os alcançaram numa serra “mui fragosa de pedrarias e espinhos, onde mataram um soldado e feriram outro, mas fugiram não podendo ser seguidos”...”¹³⁴

Morais Navarro explica que foi impossível ao sargento-mor continuar a perseguição, pois o local era: *“... muito estéril sem frutos, raízes nem com o que sustentar, e muitos se achavam doentes, retirando-se a Infantaria para o Arrayal”*.¹³⁵

O mesmo sargento-mor do Terço dos Paulistas, Joseph de Morais Navarro, faz referência a tal tática em uma carta de 23 de dezembro de 1710, para o Conselho Ultramarino. Nela está o seguinte relato:

*“... que para a conquista dos rebeldes hera necessário meter lhes inimigo de dentro ao qual não faltasse o conhecimento das serras em que se costumão ocultar, como o das ágoas para sustento dos soldados...”*¹³⁶

O capitão-mor da Paraíba, Theodósio de Oliveira Ledo, também relata sobre como um Terço fora vítima da mesma tática, quando no mesmo ano em luta contra os tapuias teve um grande trabalho: *“... nas dilatadas marchas que por asperíssimas serras, certões e matos tem feito para se fazer a guerra dos tapuias com despesa sem ajuda de custo da fazenda Real”*.¹³⁷

¹³⁴ Carta de Manoel Álvares de Morais Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa Rn 1.

¹³⁵ Carta de Manoel Álvares de Morais Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa Rn 1.

¹³⁶ Carta do sargento-mor Joseph de Morais Navarro para o Conselho Ultramarino. DPH / Ufpe, AHU, Códice 265, f. 235, 235 V e 236.

¹³⁷ Carta do capitão-mor da Paraíba Teodósio de Oliveira Ledo. DPH / Ufpe, AHU, Códice 257, f. 287.

Ainda no compêndio transcrito por Gonçalves de Mello, encontramos referência a esta astuta forma de resistir dos indígenas, aos ataques dos Terços. No documento está o relato de como o capitão Afonso de Albertim teve que desistir da perseguição aos bárbaros, pois: *“... não foi possível alcançá-los por se espalharem por um monte de penedia com que se perdeu a trilha e por muitos dias não houve notícia deles”*.¹³⁸ E mais adiante, no mesmo relato, Gregório Varela de Berredo Pereira fala também das dificuldades sobre se conseguir dominar os tapuias, afinal:

*“... por serem guerra contra todo o direito de milícia, por serem por sertões e montanhas de ásperos montes e dilatadas jornadas e o mantimento ser carregado às costas dos soldados, e nações que não fazem cara nem forma de batalha...”*¹³⁹

Então para os soldados dos terços era quase que impossível compreender esta nova forma de empreender a guerra, uma guerra que contrariava as normas ditadas pela Nova Guerra. Além disso, os Tapuia ainda dominaram muito da cultura de guerra dos brancos colonizadores. Aprenderam a criar e usar cavalos para a guerra e usar armas de fogo, dentre outras coisas.

Em relação a este aspecto de adaptação dos indígenas na questão da guerra, no texto de uma carta datada já de novembro de 1659, escrita pelo conde Miranda Andrada para a rainha de Portugal, encontramos um relato da adaptação indígena ao uso de cavalos, quando este informa que:

“... e hoje se vão fazendo poderosos, por terem muita criação de égoas, e co qualquer disciplina nos poderão fazer muito dano como fazem os araveanos em Índias, que dão grande opressão aos naturais, com quem sempre tem guerra contínua, e isto por se lhe não atalhar no princípio o orgulho que mostravão”.¹⁴⁰

¹³⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-90). In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume 51, 1979, p. 267.

¹³⁹ Id. Ibidem., p. 284.

¹⁴⁰ Carta do conde Miranda de Andrada. Documentos para a História do Brasil. Coleção Studart. Revista Trimensal do IHC, tomo 34, 1920, p.327.

Outra informação sobre a utilização de cavalos pelos indígenas está em uma carta da rainha ao governador de Pernambuco sobre informações que tivera de Francisco Barreto e Matias de Albuquerque Maranhão a respeito dos Janduís, onde informa que os tapuias estão soberbos: *“... por terem já muita quantia de cavalos em que se exercitam como doutrinação que lhes deixaram os holandeses”*.¹⁴¹

A utilização das armas de fogo também foi uma importante adaptação do indígena, que tiraram proveito dos mecanismos militares coloniais em benefício próprio. Valendo-se dos contatos com piratas estrangeiros, muitas nações indígenas conseguiram, assim, obter armas de fogo. Em julho de 1694, Morais Navarro em carta ao rei, afirmou que os tapuias:

“... fazião pazes com qualquer navio estrangeiro que viera aquela costa, pois tanto suspirão pellos olandeses, e he serto ser qualquer inimigo lhe desse armas de fogo, só elles bastavão para nos conquistarem por terra pois são tantos como as folhas, e no valor não lhes excedemos mais que na desigualdade das armas”.¹⁴²

Em documento de outubro de 1688, Matias da Cunha, em carta que escreveu ao bispo governador de Pernambuco, comentava acerca dos problemas que representava a posse de armas de fogo pelos tapuias. Nesta carta, ele diz que diversos foram os avisos que chegaram ao Governo Geral a respeito desta situação, inclusive notícias disto enviadas por Domingos Jorge Velho. Dizia Matias da Cunha:

“... que trazem os bárbaros grande número de armas de fogo: a... em o das que podiam ter tomado aos moradores do Rio Grande quando os matavam e devastavam aquella Capitania. Uns affirmam que os navios de Piratas que por vezes entravam o Rio Assu (navegável de embarcações maiores por distância de oito léguas em cujas ribeiras havia de uma e outra parte muitos curraes de gado) commerciando com Tapuias Janduins lhe deram as armas e munições com que pelejam: e outros, que tendo o mesmo commercio com elles o Capitão-Mor da Fortaleza do Seara, lhe dera pólvora, e munições que ainda lhe duram”.¹⁴³

¹⁴¹ Carta da rainha ao governador de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice 275, f. 315 V.

¹⁴² Carta de Manoel Álvares de Morais Navarro. Annaes do Archivo Público e do Museu do Estado da Bahia. Ano III, Volume IV e V, 1919, p.142.

¹⁴³ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 326.

O então governador geral, frei Manuel da Ressurreição também se preocupou com esta questão dos tapuias obterem armas de fogo. Em carta para o capitão-mor da capitania do Rio Grande, Manoel de Abreu Soares, em dezembro de 1688, ele comentou:

*“Cinco annos há que essa guerra se começou, e um que é tão áspera, e viva como Vossa Mercê vê, e dá muito que cuidar trazerem os Bárbaros armas de fogo, e não lhe faltar pólvora, quando elles a não fabricam”.*¹⁴⁴

O governador geral ainda pediu ao capitão que com todo cuidado averiguasse de onde vinham estas armas e pólvora e quem poderia as estar lhes fornecendo. Com isto, fica claro que os tapuias conseguiram se apropriar de um elemento característico da Nova Guerra em benefício próprio, o que já causava sérios prejuízos aos colonos.

Em comprovação a tais prejuízos encontramos uma carta de abril de 1700, do jesuíta Phelippe Bourel destinada ao rei, em que este relata os problemas que teve com os Tapuia durante o período em que esteve na missão do Apodi. Bourel certifica em sua carta que quando da sua viagem do Assu para o Apodi em dezembro de 1699, do:

*“... grandíssimo risco que avia, por ser necessário passar pella terra dos Maroduzes, por outro nome Jandoims nação fera e bárbara que não somente se tinham gabado de me aver de me matar a mim mas em effeito depois me acometerão na minha Missão atirando me com muitas espingardas, matando e cativando muita gente desta minha missão”.*¹⁴⁵

Outro problema advindo da adaptação dos indígenas em fazer uso das armas de fogo, era que começaram a fazer ataques aos colonos no intuito de conseguirem armas de fogo. Acerca disto, temos o relato de Manoel Álvares de Moraes Navarro se dirigindo ao rei, em maio de 1700, onde não só comenta o ataque dos Tapuia à missão do padre Bourel, mas também sobre que: *“...ultimamente soube que queriam matar todos os moradores a fim de lhe*

¹⁴⁴ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 346.

¹⁴⁵ Carta do jesuíta Phelippe Bourel. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

tomarem as armas". E ainda que, os Janduí: "... recentemente trouxeram alguns *tapuias contrários cativos com ânimo de os vender a troco de armas de fogo*".¹⁴⁶

Em 1703, O rei de Portugal D. Pedro II baixou a resolução para que o Ouvidor Geral da Paraíba fosse:

*"... todos os anos em correição a Capitania do Rio Grande tirar devassa das pessoas que introduzirem armas de fogo aos índios nossos inimigos pelo grande dano que disso resulta... ordena que tendo notícia que há pessoas que cometem este crime de venderem armas e munições aos índios que os denunciem ao Juiz Ordinário para que se possa inquirir e devassar este caso e proceder conforme o direito que se guarda nestes delitos".*¹⁴⁷

O problema persistia, tanto que em outubro de 1706, o rei de Portugal escrevendo ao governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, que havia recebido uma queixa do padre Phelippe Bourel: "... de que os moradores de Cunhaú e Goyaninha que compravam Tapuyas a troco de espingardas a outros que os haviam capturado na guerra".¹⁴⁸ O rei ordenava que fosse avisado destes casos e que se tirasse devassa a mais rápida possível.

O comportamento dos militares e colonos durante a guerra também não poderia ser considerado justo ou cristão, pois pretendiam o extermínio ou completa dominação dos indígenas. Tanto é que, em carta de janeiro de 1699 de D. João de Lencastro dirigida ao capitão-mor da capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, dava indicação de que:

*"... dará Vossa Mercê ao Mestre de Campo todos os que lhe pedir para a dita conquista, em que Vossa Mercê há de por todas as forças, para que aqueles Bárbaros fiquem extintos de todo ..."*¹⁴⁹

Desde sempre a guerra contra os Tapuia foi considerada justa pelas autoridades administrativas e por isso mesmo deveria-se degolar e no mínimo, escravizar esses indígenas. Matias da Cunha, governador geral, sobre este

¹⁴⁶ Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro. DPH / Ufpe, AHU, Caixa n. 10, Documento n. 04.

¹⁴⁷ Resolução do rei de Portugal. DPH / Ufpe, AHU, Códice 257, f. 135v e 136.

¹⁴⁸ Carta do rei de Portugal ao governador de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice 257, f. 198v e 199.

¹⁴⁹ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume XXXIX, 1938, p. 20.

assunto escreve para o capitão Domingos Jorge Velho para que este partisse com o contingente que tivesse para lutar contra os bárbaros no Rio Grande:

“... e o mais prompto é marchar Vossa Mercê dahi com todas as forças que tiver sobre aquele bárbaro, e fazer-lhe todo o damno que puder... Espero que não só terão todas as glórias de degollarem os bárbaros, mas a utilidade dos que prisionarem, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem captivos todos os Bárbaros que nella ser prisionassem na forma do Regimento de Sua Majestade de 611”.¹⁵⁰

Outra instrução de Matias da Cunha para o capitão-mor Manoel de Abreu Soares, datada de 14 de março de 1688, este afirmava ser:

“... muito importante o reparo que Vossa Mercê deve fazer em não consentir que deixem de degolar os Bárbaros grandes só por os captivarem, o que principalmente aos pequenos, e as mulheres de quem não pode haver perigo, que ou fujam, ou se levantem”.¹⁵¹

Apesar de todos os esforços e tentativas de se acabar com a Guerra dos Bárbaros, o intento não foi alcançado, o que levou ao então governador geral Frei Manoel da Ressurreição, em 1690, empreender mudanças nas táticas e na estratégia de guerra até então colocada em prática contra os Tapuia. Em dois documentos estas mudanças foram explicitadas, de forma que se pudesse finalmente dar cabo dos indígenas tapuias nas capitanias do Norte do Brasil. Ficava assim, a guerra à cargo de um único capitão, Matias Cardoso de Almeida, que recebeu patente de mestre de campo e governador da guerra:

“... que há de fazer por novo estylo a esses Bárbaros: e a reformar para este effeito o Mestre de Campo, Antonio de Albuquerque da Câmara, Capitão-Mor Manoel de Abreu Soares, e todos os postos que a princípio se criaram, e a mandar retirar para os seus presídios, e casas toda a Infantaria paga, miliciana e preta do Terço de Henrique Dias, e exceptuados todos os Índios do Camarão e os mais das Aldeias dessas Capitanias, que ordeno o acompanhe, e as mais

¹⁵⁰ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 262.

¹⁵¹ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 276.

*peçoas brancas, mamlucos, e pardos que voluntariamente o quizerem seguir...*¹⁵²

Ainda permanecia o Regimento do mestre de campo Domingos Jorge Velho com todos os seus oficiais e o contingente que trouxera consigo de São Paulo, porém neste momento estava isento da autoridade do mestre de campo e governador da guerra, Matias Cardoso de Almeida, podendo empreender a guerra segundo a sua conveniência. No Alvará de reformulação dos postos da guerra, o frei Manoel da Ressurreição instruiu como os militares deveriam empreender a guerra, deixando bem claro a necessidade de se pôr um fim à guerra:

*“... se não devem esperar defensivamente nos Arraiaes, em que se acham as mesmas armas; senão seguindo-os até lhes queimarem e destruírem as Aldeias, e elles ficarem totalmente debellados, e resultar da sua extinção, não só a memória, e temor do seu castigo, mas a tranquillidade, e segurança com que Sua Majestade quer que vivam, e se conservem seus vassallos, como por tão duplicadas ordens tem recommendado a este Governo”.*¹⁵³

A partir de então os rumos da guerra estariam, portanto definidos em direção ao extermínio completo, de uma forma ou de outra. Seja através da morte durante o conflito, pela escravidão ou pela redução completa e transformação destes Tapuia em caboclos.

¹⁵² Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 383.

¹⁵³ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 385.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização portuguesa no Brasil resultou de uma série de modificações, transformações, bem como de adaptações, tanto por parte dos colonizadores quanto dos grupos colonizados, neste caso os grupos indígenas e em especial aqueles que habitaram os vastos sertões desta colônia portuguesa.

Este processo transformou costumes e modificou as concepções de mundo vigentes, além de desestruturar e exigir reformulações econômicas, sociais e culturais, de forma que se criassem as condições necessárias para a efetivação da posse e posterior dominação dos espaços, tanto do ponto de vista do espaço físico e material, quanto do espaço cultural.

Entendemos que a produção historiográfica é em grande parte um reflexo da conjuntura política e econômica na qual foi elaborada, por isso por todo o período colonial no Brasil, os textos produzidos sobre as relações entre os grupos indígenas e os colonos refletem, em sua maioria, o preconceito e o desejo de se afastar dessa figura que representava um atraso civilizatório: o indígena.

Aquilo que produziu a historiografia brasileira no decorrer dos séculos, acerca das relações entre índios e colonos, em muitos momentos, atendeu aos interesses que estavam em jogo na época em que foi produzida, e, em sua maioria criaram a imagem de um indígena fraco, incapaz e bárbaro. Construiu-se nessa produção escrita uma imagem de que os índios, principalmente, os dos sertões, eram uma barreira à civilização, obstruindo assim o desenvolvimento econômico, impedindo a expansão da fé católica e a efetiva ocupação do espaço colonial, pois estes grupos indígenas constituíram-se num verdadeiro “muro” construído pelo demônio.

Muitos relatos de viagem e crônicas históricas escritas no período colonial nos servem como fonte sobre as primeiras atividades praticadas na colônia. Nessas fontes é fácil encontrar referências aos índios como se estes fossem os responsáveis pelo fracasso, muitas vezes, das tentativas de ocupar determinadas áreas. Em alguns casos os cronistas chegaram a recomendar a destruição total de

determinados grupos indígenas, pois criam serem estes: selvagens e de natureza belicosa, e assim, só seriam reduzidos à força. Deste modo, alimentavam o imaginário dos colonos com tais visões maniqueístas, justificando como necessária à dominação desses infiéis, pois estes não reconheciam e nem aceitavam a fé católica.

No Brasil do século XIX, dentro do contexto das transformações políticas decorrentes do processo de construção da identidade do Estado Nacional, os indígenas foram vistos, de um lado como um passado indesejado, de atraso civilizatório, barbárie e pobreza, e de outro lado foram objeto de uma visão mistificadora, encabeçada pelo Romantismo, que apresentou os indígenas como “bons selvagens”, belos, fortes e livres.

A historiografia do século XX, por sua vez é tributária direta do século XIX, com a tônica da formação da nacionalidade brasileira. Sendo assim, a partir da segunda metade do século XX, o enfoque dos trabalhos acadêmicos se voltou para os aspectos econômicos na formação da estrutura produtiva do país, tratando da economia em geral, sem dar destaque para o indígena, que foi tratado apenas como um parceiro inicial das trocas comerciais do início do período colonial. Podemos mesmo dizer que até à década de 1970, a participação do indígena foi minimizada, pois ainda era visto muito mais como uma figura exótica que deveria ser alvo dos estudos antropológicos do que como efetivos atores sociais.

A partir da década de 1980, a historiografia brasileira buscou trabalhar novas perspectivas fornecidas por novos objetos de estudo, pelas novas abordagens desenvolvidas e também na aplicação de novos métodos. Ampliou-se a visão da História no Brasil, permitindo uma produção historiográfica que trouxe à tona discussões sobre as identidades e os direitos dos indígenas. Cresceu o número de pesquisas que faziam uso de documentação primária nas quais se discutia tanto os aspectos conceituais, quanto os aspectos históricos e antropológicos. Esta produção viria a dar destaque, assim, à chamada Guerra dos Bárbaros, como um conflito de grandes proporções, no final do século XVII e início do século XVIII.

É através desta perspectiva que compreendemos a inserção da Capitania do Rio Grande e a Guerra dos Bárbaros, no contexto do Império Atlântico Português e o projeto de expansão e ocupação do espaço. Após a Restauração Portuguesa e a guerra contra o domínio holandês em Pernambuco, a situação econômica de Portugal estava agravada com a perda de possessões na Ásia e na África. Desta forma, as atenções se voltaram para o Brasil e mais especificamente à região nordeste. Os chamados “sertões” tornaram-se o principal alvo na colonização e na ocupação do espaço pela abundância de terras e também pela facilidade em adquiri-las.

Nesta perspectiva e nesse cenário foi que se desenrolaram os conflitos entre índios e colonos, a denominada: “Guerra dos Bárbaros”. Para o projeto de colonização, este conflito teve poderosa influência negativa, principalmente no aspecto produtivo e no aproveitamento efetivo das terras sob domínio português. Na capitania do Rio Grande a estrutura estava tão bem organizada, que em 1630, segundo Paulo Pereira dos Santos, o dízimo relativo à produção da pecuária girava em torno de 900\$, sendo a pecuária a base da economia na capitania.

A Guerra dos Bárbaros veio quebrar com o crescimento nesta área econômica, baixando drasticamente os dízimos, pois em 1689 este mal atingia a arrecadação de 340\$. Lembremo-nos que, em grande parte, o gado criado na capitania do Rio Grande seguia para as áreas de maior produção de cana de açúcar e, portanto, era de extrema importância para o abastecimento das mesmas. O Rio Grande enviava cerca de 15 a 16 mil cabeças de gado para a capitania de Pernambuco. Além do gado, a capitania do Rio Grande também fornecia farinhas, mandioca, milho e pequenos animais, como porcos, cabras e galinhas. Isto sem falar do sal, considerado um dos mais puros e melhores da região.

Podemos entender a Guerra dos Bárbaros como uma tentativa de se ocupar efetivamente os sertões da capitania do Rio Grande e a necessidade de pôr um fim à guerra contra o indígena e permitir a ocupação econômica da região. Todas as providências foram tomadas pelos administradores coloniais devido à importância da capitania do Rio Grande como abastecedora de alimentos das

regiões produtoras de cana de açúcar. A engrenagem da economia colonial no nordeste precisava voltar a funcionar e assim suprir a metrópole dos dividendos necessários para restaurar suas finanças.

A partir desse entendimento, compreendemos como a Guerra dos Bárbaros veio a suscitar uma mudança na cultura militar da colônia. Segundo Keegan, a guerra é uma expressão da cultura, ao mesmo tempo um produto e um instrumento de cultura. Desta forma, a Guerra dos Bárbaros foi fruto de uma necessidade econômica que mudou os contornos dos sertões. E por ter sido travada nestes sertões, lugar de características tão específicas, a guerra foi um determinante nas mudanças culturais da colônia.

Em primeiro lugar, a Guerra dos Bárbaros evidenciou a importância da capitania do Rio Grande, tanto para as demais capitanias como para toda a colônia, com sua vocação para uma atividade econômica voltada para o mercado interno de abastecimento: a criação de gado. Em segundo lugar, foi transformando gradativamente a Guerra Brasília (por sua vez já tributária da nova guerra na Europa) na Guerra dos Sertões, uma nova forma de se fazer a guerra em uma região específica da colônia. Uma nova cultura que se amoldou para criar um novo sistema de organização de idéias e sistemas administrativos e a organização militar.

A Guerra dos Sertões foi uma adaptação necessária à organização militar na colônia devido não somente às questões geográficas, mas também no modo Tapuia de se fazer a guerra. A Guerra dos Sertões tornou-se, então, o resultado de práticas adquiridas nos embates, tanto por parte dos colonos quanto dos indígenas, ou seja, de uma troca (mesmo que inconsciente), de conhecimentos e experiências sobre como guerrear nos sertões.

Neste processo, uma prática característica desta Guerra dos Sertões foi a cooptação de muitos grupos indígenas para atuarem ao lado dos colonos. Além desta, uma outra prática foi a de aproveitarem-se das disputas intertribais já existentes para assim conseguir enfraquecer os grupos indígenas resistentes.

O resultado desta nova forma de empreender a guerra, onde os colonos sintetizaram as táticas e estratégias indígenas dos sertões, foi a dizimação desses

grupos ou a descaracterização destes como indígenas. Deste modo foi desfeito o “muro do demônio” e assim dada continuidade ao processo de colonização, onde os sertões do nordeste colonial do Brasil entraram definitivamente na estrutura produtiva do Império Atlântico Português.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet / Sociedade Capistrano de Abreu, 1954.

_____. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Edição fac-similar da edição de 1930. São Paulo: Xerox do Brasil / Câmara Brasileira do Livro, 1996.

AGOSTINHO, Pedro e CARVALHO, Maria Rosário. Antropologia e história: bases documentais para a abordagem das sociedades indígenas do Norte e Nordeste do Brasil. In: ALMEIDA, Luis Sávio de; GALINDO, Marcos e SILVA, Edson. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 1999, p.119-130.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Mª Regina Celestino. O Padre João Daniel e os Índios da Amazônia. *XVIII Simpósio Nacional de História*, Comunicação Coordenada: Identidade Indígena e Representações Européias, SNH/ 0229 – MA, abril/ 1995.

ANDRADE, Pedro Carrilho de. Memória sobre os índios no Brasil. In: *Revista do IHGRN*, vol.07, 1909.

ARAUJO, Soraya G. e LOPES, Fátima Martins. Os nativos da Capitania do Rio Grande à época da conquista. (In): ALMEIDA, Luis Sávio de; GALINDO, Marcos e SILVA, Edson. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 1999, p.221-240.

_____. *Resistência indígena em Missões, Vilas e Lugares portugueses nos séculos XVII e XVIII*. Monografia de Graduação, Manaus / UFAM, jul /1991.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AZEVEDO, Pedro Cordolino F. *História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

BARICKMAN, Bert. J. *"Tame indians", "wild heathens" and settlers in southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries*. Comunicação apresentada no Seminário em comemoração à Semana do Índio, 1995, Núcleo de Estudos Indígenas – UFPE. (Fotocópia cedida pelo autor).

BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e resistência indígena na historiografia da conquista. *Revista Clio*, Série História do Nordeste, Recife, vol.01, n.14, 1993, p.167-212.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BICALHO, Ma. Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: Prefeitura do Município de Natal, 1947.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Depto de Imprensa Nacional – MEC, 1955.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill do Brasil.

CHAIM, Marivone M. A política indigenista no Brasil. *Revista CLIO*, Série História do Nordeste, Recife, n.15, 1994, p. 141-152.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp / Comissão Pró-Índio, 1992.

_____. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp /SMC-SP / Cia das Letras, 1992.

_____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense / Edusp, 1986.

DEL PRIORI, Mary. A antropologia histórica e a historiografia atual: um cordial diálogo. *Revista Ciência e Trópico*, vol.27, número 01, jan / jun, 1999: 71-85.

DIAS, Carlos A. O indígena e o invasor: a confrontação dos povos indígenas do Brasil com o invasor europeu, nos séculos XVI e XVII. *Revista CLIO*, Série História do Nordeste, Nº 10, 1988, p. 71- 109.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DUBY, George. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro*. (a origem do mito da modernidade). Petrópolis: Vozes, 1993.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1995 (Coleção Estudos).

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares – subsídios para sua história: Domingos Jorge Velho e “Tróia Negra”, 1687- 1700*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Cia Editora Nacional, 1938.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a Colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra /ANPOCS, 1991.

FERNANDES BRANDÃO, Ambrósio. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1930.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Experiências de convívio intercultural; uma abordagem da história colonial brasileira. *Revista História Hoje*, Ponta Grossa/ PR, UEPG, vol. 02, nº 06, 2005.

FREITAS, M. M. de. *Reino Negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Cia Editora Americana, 1954.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec: Editora da USP: Secretaria de Estado da Cultura, 1989 (Estudos Brasileiros, v. 25).

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho (1689-1690). *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 51, 1979. p. 252-300.

GUIMARÃES, Lúcia M^a Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil Colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.48, p. 145-170, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (Coleção Documentos Brasileiros, 01).

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEMOS, Vicente. *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte 1598-1697*. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Comércio, vol. 01, 1912.

LEONARDI, Victor P. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores/ UNB, 1996.

LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande*. Mossoró: FVR / IHGRN, 2003.

_____. A escravidão indígena na historiografia brasileira. *Revista Caderno de História*, Natal, v.3, n.01, p.7-29, jan/jun, 1996.

LORETO COUTO, Domingos. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultura Cidade do Recife, 1981.

MALLON, Florência E. Entre la utopia y la marginalidad: comunidades indígenas y culturas políticas em México y los Andes; 1780-1990. *História Mexicana*, v. 42, nº 02, p.504, out/dez, 1992.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989. (02 volumes).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O Terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manoel Álvares de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros*. Mossoró: UFRN, 1987 (Coleção Mossoroense, série B, n. 480).

_____. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Editora do Senado, 1984.

_____. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Depto Estadual de Imprensa, 1997.

_____. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. Tese de Doutorado*, Recife, UFPe, 2000.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Universitária, 1973.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1993.

MELLO E SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto; USF, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa / PR, 1999.

MOTT, Luiz. Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770. *Revista de Antropologia*, nº 30/31/32, 1987/88/89, p. 55-78.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE / FNP, 1987.

OLIVEIRA, José Aldemir. Waimi-Atroari: invasão e fragmentação do território indígena. *Revista Travessia*, nº 24, p.39-43, jan / abril, 1996.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PEÑA, Guillermo de La. Etnicidad, ciudadanía y cambio agrário: apuntes comparativos sobre três países latinoamericanos. Apresentação no XVI Colóquio de El Colégio de Nicoachan: *Lãs disputas por el México rural, Transformaciones de practicas, identidades y proyectos*. Nov./ 1994.

PIRES, M^a Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial*. Recife: FUNDAP / CEP, 1990.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil Colonial*, Bauru, SP, Edusc, 2003.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Tapuias do Nordeste. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*, Fortaleza, número 53, 1939.

PORRO, Antonio. Mitologia heróica e messianismo na Amazônia seiscentista. *Revista de Antropologia*, nº 30/31/32, 1987/88/89, p. 383-389.

PORTO ALEGRE, M^a Sylvia. Cultura e história: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. *Revista Ciências Sociais*, v.23/24, n.1/2, 1992/93, p.213-225.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *História Econômica do Brasil*. 31^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000 (Estudos Históricos, 44).

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986 (Série Princípios)

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Eu te batizo...em nome da servidão (a catequese dos Xavante). *Revista de Antropologia*, nº 30/31/32, 1987/88/89, p. 133-149.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SANTOS, Francisco Ruas. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: DIE, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande: EDUFPG, vol 09, 2000.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC / MARI: Unesco, 1995.

SILVA, Edson. Bárbaros, bons selvagens, heróis: imagens de índios no Brasil. *Revista Clio*, Série História do Nordeste, Recife, n.15, 1994, p.53-71.

SILVA, Leonardo Dantas. Introdução à bibliografia histórica brasileira: do Descobrimento à República. *Revista Ciência e Trópico*, Recife, v.26, n.01, p.123-162, jan / jun, 1998.

SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia Editora Nacional / Edusp, 1971.

SOIHET, Rachel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.05, nº 09, 1992, p. 44-59.

STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e Fatos para a História no Ceará*. Fortaleza:Tipografia Studart, 1896.

TAUNAY, Affonso de Escragno. *A Guerra dos Bárbaros*. Mossoró: FVR / Etrn/Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, Coleção.Mossoroense, Série C, vol. 863, jul/ 1995. (ed. Fac-similar)

_____. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil).

TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1981.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e idolatrias: cultura e resistência indígena no mundo colonial Ibérico. *Revista Brasileira de História*, vol. 01, número 21, 1991.

_____. Idolatrias e milenarismos: a resistência indígena nas Américas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.05, nº 09, 1992, p. 29-43.

_____.(org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos/ Instituto Nacional do Livro / MEC, Tomos 1 a 5, 1975.(Coleção Memória Nacional).

WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981/82.

WEHLING, Arno e WEHLING, Mª José de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979

WRIGHT, Robin M. Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas. *Revista de Antropologia*, nº 30/31/32, 1987/88/89, p. 355- 381.

FONTES COMPULSADAS

I - RELATOS ETNOGRÁFICOS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, sob o governo de João Maurício de Nassau*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

BARO, Roulox. *Relação da viagem de Roulox Baro – intérprete e embaixador Ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos Ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil (1647)*.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CARRILHO DE ANDRADE, Pedro. Memória sobre os Índios do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, volume 07, números 1 e 2, 1909.

GANDAVO, Pero Magalhães. *História da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

GERRITZ, Hessel. *Journaux et Nouvelles tireés de la bouche de Marins Hollandais et Portugais de la Navigation aux Antilles et sur lês Cotes du Bresil (1597)*. In: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIX, 1909.

HERCKMANN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo V, 1886. p. 239-288.

LAET, Johannes de. *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 02, 1925, p. 458-469.

MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao País dos Tapuias*. São Paulo: USP / Itatiaia, 1979.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (1682). 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1915.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil -1500 a 1627*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

WAGNER, Zacharias. *O Zoobiblion*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Tomo XI, nº 64, 1904.

II - FONTES IMPRESSAS

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional:

1. Vol. X, Série E VIII, 1671-1692, Rio de Janeiro, 1929.
2. Vol. XXXIX, Códice I – 2 - 2, 1. 1698-1705, Rio de Janeiro, 1938.
3. Vol. XXXVIII, Códice 1 – 2 – 2, 1. 1692-1698, Rio de Janeiro, 1937.

Documentos para a História do Brasil – Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará Tomo XXXIV, 1920.

Anais do Arquivo Público do Museu do Estado da Bahia – Ano III, Vols. IV e V, 1919.

III - FONTES MANUSCRITAS

Documentos para a História Indígena no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – Coleções:

1. Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (Livros 2 a 12).
2. Livros de Termos de Vereação da Câmara de Natal (Livros 1, 3, 4, 8,10 e 13)
3. Documentos Avulsos.

Coleção de Livros e Registros de Cartas e Provisões - 07 volumes – de 1659 a 1720.

Livros de Registros de Sesmarias concedidas para o Governo da Capitania do Rio Grande – 05 volumes – de 1659 a 1723.

Livros de Termos de Vereação da Câmara de Natal – 04 volumes – de 1679 a 1730.

Livros de Assentamento do Terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

Acervo documental da Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – Cópias de manuscritos originais de arquivos portugueses – Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino.

Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco – Ministério da Cultura - Manuscritos Digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino.

ANEXO I

FICHA PARA RECOLHIMENTO DE DADOS HISTÓRICOS

1-Acervo pesquisado: _____

2-Tipo de material:

Manuscrito ☐

microfilme ☐

impresso ☐

3-Arquivo de origem:

AHU ☐

T T ☐

B A ☐

OUTRO _____.

4- Tipo de organização de origem:

Códice n.: _____ fl.: _____.

Caixa n.: _____.

Maço n.: _____.

Outro: _____.

5-Tipo de documento:

Alvará ☐

Provimento ☐

Relação ☐

Requerimento ☐

Carta ☐

Concessão ☐

Tratado ☐

Outro: _____

Auto ☐

Nomeação ☐

Contrato ☐

_____.

Consulta do Conselho Ultramarino ☐

Consulta do Conselho da Fazenda ☐

Consulta das Partes do Conselho Ultramarino ☐

Registro de Carta do Conselho Ultramarino ☐

6- Descrição:

Data: ____/____/____.

Local: _____.

Origem: _____.

Destino: _____.

Assunto:

Tapuia ☐

gado ☐

índio manso ☐

seca ☐

Guerra ☐

fome ☐

prisão ☐

armas ☐

Fuga ☐

morte ☐

degredo ☐

sublevação ☐

Terço dos paulistas ☐

Terço dos índios ☐

toponímia: _____.

Etnonímia: _____.

Outros : _____.

7-Resumo: _____

ANEXO II

